



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

GUTIERREZ ALVES LÔBO

**“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO”: UM
ESTUDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA AS MULHERES**

CAMPINA GRANDE
2019

GUTIERREZ ALVES LÔBO

“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO”: UM ESTUDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra Alômia Abrantes da Silva.

**Campina Grande
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L799q Lobo, Gutierrez Alves.
"Quem come do meu pirão, apanha do meu cinturão"
[manuscrito] : um estudo com homens autores de violência
doméstica e familiar contra as mulheres / Gutierrez Alves
Lobo. - 2019.
131 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas ,
2019.
"Orientação : Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva ,
Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Violência doméstica. 2. Violência contra mulher. 3.
Masculinidades. 4. Gênero feminino. 5. Machismo. I. Título
21. ed. CDD 362.83

GUTIERREZ ALVES LÔBO

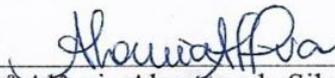
“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO”: UM ESTUDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

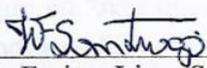
Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra Alômia Abrantes da Silva.

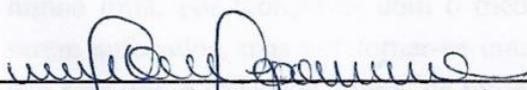
Aprovado em: 10 / 05 / 19



Prof. Dr^ª Alômia Abrantes da Silva (Orientadora)
PPGSS-UEPB



Prof. Dr^ª. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Examinadora Interna)
PPGSS-UEPB



Prof. Dr^ª Margarete Almeida Nepomuceno (Examinadora Externa)
DJ-UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Antônio Gutemberg Lôbo, *In memoriam*, por ter me apresentado desde menino, as faces cruéis de uma sociedade patriarcal e machista. E, assim, me ensinar tudo o que eu “não quero ser” enquanto vivência masculina. A ele e a todos os homens que “carregam nas costas” o peso de ser macho, simplesmente por existirem. E a todas as mulheres em situação de violência, especialmente Sayonara Alves Lôbo, minha irmã, por (con)viver com o medo, por ver seus sonhos serem sufocados, mas por tornar-se uma mulher forte e resistir não sem dor, a realidade “dura” da violência. É pelo entrecruzar dessas histórias que construí este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta dimensão só é possível através de um conjunto de esforços. E a gratidão é, sem dúvida, a maior de todas as virtudes a meu ver. Portanto, agradeço ao universo, sobretudo por todas as adversidades para que eu chegasse até aqui, foram todos os problemas que me fizeram forte e é graças a eles que eu nunca desisti de sonhar.

Agradeço a tia, Maria Iran Lôbo Teles, por ser bem mais que uma tia, por ser uma amiga, uma mãe, uma casa de portas abertas, um coração sempre disposto a acolher. Tia acredita em mim, quando me faltam as forças, tia é aquele tipo de pessoa que a gente se orgulha de dizer que conhece e é por gente como tia que vale a pena viver. Costumo dizer que tia é o meu coração pulsando fora do meu corpo, e que amo bem mais que a mim. Minha gratidão eterna por todo apoio material e imaterial ao longo da minha vida e, sobretudo nesse período do mestrado. Sou grato pelos nossos caminhos terem cruzados nessa existência, obrigado.

A Renata Oliveira, minha mamãe aqui na Paraíba, por ter feito seu coração de morada, por dividir seus sonhos e projetos de vida comigo. Por me dar o prazer de conhecer sua história, com Renata é gostoso sentir a vida. Renata é bem mais que uma amiga, é um ser de luz que o universo me presenteou para que a vida fosse menos doída. Sonho bom é sonho acordado e que se sonha junto, e aqui estamos prestes a realizar o nosso sonho do mestrado, começamos e estamos terminando junt@s essa caminhada, ora tão doída, ora tão cheia de alegrias. Obrigado por tudo Renata, você é luz!

A minha família, na pessoa de minha mãe, Sinara Alves Lôbo, por ter visto o filho “mais mole” crescer, bater as asas e voar, por ter vivido e dividido comigo situações tão duras, sobretudo de violência. “Ninguém solta a mão de ninguém” e é assim que chego até aqui, de mãos dadas contigo, te amo. E ao falar em família, não poderia deixar de mencionar vovó, Francisca Gomes Lôbo, *In memoriam*, que partiu recentemente deste plano deixando uma lacuna no meu coração, mas que deixou um conjunto de ensinamentos que levarei enquanto vida eu tiver. Vovó era feminista mesmo sem saber, separou-se num tempo em que “mulher não podia nem abrir a boca”, formou os filhos trabalhando arduamente como costureira. Vovó ensinou a todos nós a importância da educação, de onde estiver certamente está vibrando por mais uma conquista do seu “mago véi”. Vovó é saudade boa de sentir, é a tradução de amor. Ainda na família,

agradeço ao tio, o Dr José Tancredo Lôbo, um ser com sede inesgotável de aprender, tenho muito orgulho de ser seu sobrinho.

A minha querida, diva e maravilhosa orientadora Alômia Abrantes, por ser calma em meio a essa tempestade e intensidade que é a minha vida, minha escrita e o meu coração. Por toda solidariedade e preocupação comigo enquanto pessoa, não apenas como orientando. Que a vida seja tão generosa contigo como você foi comigo, sobretudo nestes últimos meses, minha gratidão de todo coração.

As colegas de mestrado, da turma de 2017, pelo debate sempre respeitoso, mesmo diante das divergências. Especialmente as minhas amigas da linha de gênero, diversidade e relações de poder. Ana Tereza (Lequetê), por ser amor, emanar amor, por me dar a chance de conhecer sua história e dividir o peso dessa vida, foi delicioso caminhar contigo durante esse tempo, dois cearenses cheios de sonhos, vivendo as dores e delícias longe de casa; Nataly Barros, por sua espontaneidade e resistência diante da vida, por arrancar de mim tantos sorrisos, tornando a vida mais leve; Elinadja Fonseca (Dinha), mulher forte e destemida, por guardar sua dor no bolso e cuidar da minha por tantas vezes nesse mestrado; Salomé Margot, por todo carinho e cuidado comigo nas aulas, pelo sorriso frouxo e pelas cervejas que regaram tantas reflexões pertinentes que fizemos; Dassaelly Souza, pela sua generosidade em me ajudar sempre que eu não sabia onde era nada nessa cidade, e pelo “simples” gosto e disposição em ajudar.

Aos amigos dados pela vida, a família que o coração escolhe, aos do Ceará, por terem suportado comigo o peso da distância e por nada ter mudado, especialmente Karyny Feitosa, Welligton Karter, Suellen Lôbo (Minha irmã), Márcia Solano, Raquel Pinheiro, Isabel Freitas, Luiza Martins. E aos amigos aqui da Paraíba, que tornaram essa vivência única, Iury Sarmiento, Albert Coelho, Márcia Brito, Denyse Queiroz, Eweson, Juliana Nunes, Edy Lamartine, Vanezza Donato, obrigado por tudo. É bom saber que tenho tanto afeto, que os nossos caminhos ainda se cruzem muito nessa existência.

As professoras que integram minha banca, minha querida Idalina Santiago (Naca), por ser uma mãezona, dona de um coração maravilhoso. A Margarete Almeida e Nilda por lançarem um olhar crítico e feminista para a minha pesquisa. Gratidão.

A duas queridas amigas e professoras do Cariri Cearense, Zuleide Queiroz e Ângela Lima por todo incentivo para que eu tentasse mestrado fora do Cariri Cearense.

A equipe do Juizado de Violência Doméstica de Campina Grande, especialmente Jessica e Clarissa, por todo acolhimento desde o momento em que fui apresentar minha proposta de pesquisa, ainda como projeto. Gratidão.

E, por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, pelo apoio financeiro para a realização dessa pesquisa.

Eu sou apenas um rapaz latino-americano; Sem dinheiro no banco, sem parentes importantes; E vindo do interior, Belchior.

RESUMO

Este trabalho analisa como a violência doméstica e familiar contra as mulheres é compreendida por homens autores dessa violência. Para tanto, examina essa questão e as problemáticas de gênero nela contidas a partir da perspectiva de homens que se encontraram em audiências no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do município de Campina Grande – Paraíba, no recorte temporal de setembro a novembro de 2018. No intento de alcançar esta análise, identifica os dispositivos históricos culturais que constituem a visão de homens autores de violência contra as mulheres acerca desta questão; problematizar a visão oferecida por estes homens em face às questões de gênero, enfatizando os aspectos relativos à construção de suas masculinidades; discutir se e como estes homens são alcançados pelas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Pela natureza dos seus objetivos, a pesquisa é de natureza qualitativa, baseando-se em estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Os instrumentos usados para a coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas, cujos depoimentos foram abordados numa perspectiva analítica de gênero, o que possibilita pensar os discursos como instâncias, não apenas que demonstram, mas, sobretudo, que instituem os sentidos atribuídos às relações entre os gêneros em nossa sociedade, com seus fluxos de rupturas e permanências. A análise realizada leva a compreensão de que os discursos dos homens depoentes são permeados por jogos de saber e poder, chegando mesmo a apropriarem-se do discurso e agência política feminista acerca da igualdade de gênero. Entretanto, prevalece a dificuldade de nomearem a violência de que são acusados, de assumi-las enquanto tal, criando comumente subterfúgios para a culpabilização das mulheres e\ou do sistema social para justificar suas práticas. Muitas marcas contraditórias entre estas e seus depoimentos indicam a falta de compreensão sobre a perspectiva mais abrangente do que é violência e do que estas representam no jogo das relações de gênero e na atualização das desigualdades. Considera ainda que, a carência de mais estudos e trabalhos interventivos junto a estes homens acaba por contribuir para o aumento da impunidade destes casos. Trata-se de uma pesquisa que permite a reflexão acerca de temas como gênero, masculinidades e violência, bem como pensar outras possibilidades de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Violência; Homens; Masculinidades.

ABSTRACT

This paper analyzes how domestic and family violence against women is understood by men who are authors of this violence. Therefore, examines this issue and the gender issues contained therein from the perspective of men who met in hearings in the Court of Domestic Violence and Family Against Women of the city of Campina Grande – Paraíba, in the temporal clipping from September to November 2018. In order to achieve this analysis identifies the cultural historical devices that constitute the vision of men perpetrators of violence against women on this issue; problematize the vision offered by these men in the face of gender issues, emphasizing the aspects related to the construction of their masculinities; discuss whether and how these men are reached by public policies aimed at confronting violence against women. By the nature of its objectives, the research is qualitative in nature, based on bibliographic study and field research. The instruments used for data collection were semi-structured interviews, whose testimonials were addressed from a gender analytic perspective, that make possible think of the discourses as instances that not only demonstrate but, above all, institute the meanings attributed to the relations between genders in our society, with its flow of ruptures and permanences. The analysis carried out leads to the understanding that the discourses of men witnesses are permeated by games of knowledge and power, getting through to appropriating feminist discourse and political agency about gender equality. However, the difficulty of naming the violence of which they are accused prevails, of assuming it as such, commonly creating subterfuges for the guilt of women and or the social system to justify their practices. Many contradictory marks between these and their testimonies indicate the lack of understanding about the broader perspective of what violence is and what they represent in the game of gender relations and in the updating of inequalities. It also considers that the lack of further studies and interventional work with these men ultimately contributes to the increase of impunity in these cases. It is a research that allows the reflection on themes such as gender, masculinities and violence, as well as think about other possibilities of coping with domestic and family violence against women.

KEYWORDS: Gender; Violence; Men; Masculinities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – “É AQUELA COISA VOCÊ TEM QUE SER HOMI, NÃO PODE LEVAR DESAFORO PRA CASA NUM É?”	22
1.1 “Infelizmente essa sociedade machista a gente herdou um pouco” : Interfaces entre gênero, feminismos e os estudos sobre masculinidades.	23
1.2 “Não, que eu sou <i>homi</i> e eu tenho que honrar a roupa que eu visto né? Tenho que honrar a minha força, minha dignidade, tudo tem que ser desse jeito”	37
1.3 “E então tudo são violências, a maneira de muitas vezes a gente achar que a mulher não pode fazer aquilo e o homem pode fazer”	53
CAPÍTULO II – “TEVE BRIGA E ELA DISSE “EU VOU EMBORA”. AÍ EU JOGUEI AS COISAS DELA, QUEBREI OS TROÇOS, SOMENTE”	61
2.1 “Foi negócio de casa, bagunça, quebrei os troços, mas num teve agressão, não”.	62
2.2 “Poxa, tem um ditado que diz assim “Quando um não quer, dois não briga né” tanto o <i>homi</i> como a mulher”	78
CAPÍTULO III - “EU RESPONDO UM HOMICÍDIO E NÃO PAGO UMA MARIA DA PENHA. VAI MORRER!”	91
3.1 “A própria Lei Maria da Penha, ela já coloca você como réu, então você não tem outra denominação a não ser autor”	93
3.2 “Eu acho isso realmente um absurdo porque o homem mesmo que ele seja mais frágil que uma mulher, mas ele sempre tem mais força de que uma mulher”	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
APÊNDICES	125
ANEXO.....	130

INTRODUÇÃO

*Uma é rica, rica, rica
 De mavé, mavé, mavé
 Outra pobre, pobre, pobre
 De mavé, mavé, mavé
 Escolhei a que quiser
 Pois ambas são agredidas:
 À porrada e pontapé
 (Trechos do cordel intitulado “Embalando
 meninas em tempos de violência, de autoria de Salete
 Maria da Silva¹).*

Não é raro encontrar pesquisadores que afirmem ter “escolhido o seu objeto de estudo”, a partir das suas experiências com os mais variados campos onde inseriram-se. De forma contrária, costumo afirmar que “o objeto de estudo escolheu-me desde sempre”, e que a minha família foi/é o meu “laboratório de pesquisa”. A violência doméstica e familiar contra a mulher – meu objeto, costura os significados que venho construindo acerca de gênero, sexualidade e das desiguais dinâmicas de saber/ poder imbricadas nessas relações.

Relatos de violência, casos de agressão e assassinato brutal de mulheres vem aparecendo com cada vez mais frequência, seja na mídia, nas conversas cotidianas e informais, não é difícil encontrar uma pessoa que sofreu ou conhece alguém que já viveu situações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os homens, por sua vez, estão frequentemente presentes nessas narrativas, como principais autores dessa violência. Na pesquisa intitulada “O crepúsculo do macho menos violência e mais sentimentos podem desenhar uma nova ideia do que é ser homem”, publicada em 2018², são apontados alguns dados que dão a magnitude desta problemática, a saber: 94,4% do contingente de vítimas por armas de fogo no contexto brasileiro são homens; 45% dos feminicídios estão ligados aos homens manifestos pela não aceitação da separação; houve registro de 49.497 casos de estupros no ano de 2016, embora acredite-se que o número real possa chegar a quase 500 mil por ano.

Segundo dados da pesquisa intitulada “Atlas da Violência”, organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e publicada em 2017, o feminicídio - nos casos de

¹ Para leitura completa do cordel de autoria da Feminista Salete Maria da Silva, ver, <http://cordelirando.blogspot.com.br/2008/07/embalando-meninas-em-tempos-de-violencia.html>. Último acesso em 10 de abril de 2019.

² Para acesso a pesquisa completa, ver, <https://tab.uol.com.br/masculinidades#tempo-de-violencia>. Último acesso em 17 de abril de 2019.

homicídio de mulheres que envolvem violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação a condição de mulher é qualificado como um crime hediondo, existindo para o seu enfrentamento no Brasil a Lei nº 13.104/2015, conhecida como a Lei do Femicídio - estima-se que em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no contexto brasileiro, correspondendo a uma taxa de 4,5 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres.

As estatísticas nacionais são assustadoras e não diferem da realidade no estado paraibano. Conforme o site Jornal da Paraíba, na matéria intitulada “Violência contra a mulher: feminicídios e estupros são recorrentes na Paraíba; veja onde buscar ajuda³”, publicada em fevereiro de 2018, em 2016, foram notificados 376 casos de mulheres vítimas de estupro no estado, em consonância com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Em 2017, por sua vez, ocorreu no estado o assassinato de oitenta e seis mulheres, a partir de dados da Secretaria da Segurança e da Defesa Social – Sesds.

Como enfrentamento desta problemática em âmbito brasileiro, em 2006 foi promulgada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), que tem como principal objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A lei trata ainda do trabalho com os homens autores dessa violência, na perspectiva de reeducação conforme disposto nos artigos 35º e 45º (BRASIL, 2006).

Com base nas estatísticas citadas e observando que foi necessária a criação de uma lei específica para enfrentamento desta problemática, pode-se analisar com isso que esta violência em especial é transversal na dinâmica social, envolvendo múltiplas determinações sociais, culturais e simbólicas. Mas, que longe de ser uma questão natural, estrutura-se em aspectos como a arraigada cultura patriarcal que se atualiza e difunde-se em práticas e discursos machistas ainda persistentes nos dias atuais.

Na pesquisa intitulada “Precisamos falar com os homens?”⁴, realizada pela ONU Mulheres e o portal Papo de Homens, através do Grupo Boticário, 81% dos homens participantes do estudo reconhecem que existe muito machismo no Brasil. Quando indagados sobre o quão machistas consideram-se ser no escopo das suas práticas cotidianas, evidencia-se uma contradição, pois apenas 3% identificam-se como bastante machistas e, 23% consideram-se nada machistas.

³ Para análise completa da matéria, ver, http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/violencia-contra-a-mulher-feminicidios-e-estupros-sao-recorrentes-na-pb-veja-onde-buscar-ajuda.html. Último acesso em 17 de abril de 2019.

⁴ Para análise completa da pesquisa, ver, https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/relat_rio_onu_eles_por_elas_pesqui Último acesso em 16 de abril 2019.

Com isso não se pode negar que os processos de socialização de homens e mulheres são distintos, e que eles são permeados por assimetrias. Mais que reconhecer as diferenças que estes processos agregam, faz-se necessário compreender como isso converte-se em relações desiguais. Desde a infância, fosse na família ou na instituição escolar deparei-me com as expressões mais cruéis do machismo, tanto no sentido “agressivo” da linguagem ou no campo das práticas sociais. Acredito que assim como a maioria dos meninos e adolescentes, algumas expressões foram costurando os meus significados acerca do que seria “ser homem”. Discursos do tipo “fale e ande feito um homem”, “Se você apanhar na rua, apanha em casa também”, “A pior desgraça de um homem e eu prefiro morrer se tiver um filho *viado* [sic]”, “Um macho de verdade não chora e não leva desaforo para casa”, “Um filho *viado* [sic] ou uma filha grávida em casa mancharia minha honra, eu mato se isso acontecer”, atravessam a construção das identidades e subjetividades masculinas.

Essa fúria discursiva aliada à vivência da violência doméstica e familiar contra a mulher, sobretudo através da agressão física, e da minha sexualidade dissidente numa sociedade que tem a heterossexualidade como norma fez-me “perder o sono”, o “brilho no olhar” por muito tempo. Inquietava-me e queria responder a questionamentos como: por quais razões os homens gozavam de tantos privilégios e eram “gratuita e naturalmente tão embrutecidos”? Quem lhes conferia tanto poder e por que as mulheres próximas a mim eram tão submissas? Se é apenas “nascer” num corpo masculino, por que eu não era um privilegiado assim como os demais meninos e homens? É nesse emaranhado de questões densas que centra-se esse estudo.

As primeiras destas questões começaram a ser compreendidas e analisadas ao longo da graduação em Serviço Social, iniciada em 2009, no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, na cidade de Juazeiro do Norte, no Cariri Cearense. Ao ser apresentado ao livro “Gênero, patriarcado, violência”, da autora Heleieth Saffioti, comecei a sentir que “não estava mais sozinho com as minhas angústias”, passando então a transformá-las em um problema de pesquisa, iniciando academicamente a aproximação com o meu objeto. Aqui registro a importância desta teórica para o desenvolvimento das questões que intitulam o seu livro em âmbito brasileiro. Inicialmente estudei as mulheres que sofriam violência, queria entender o funcionamento, as fragilidades e o percurso delas nos equipamentos da rede de atendimento e proteção as vítimas de violência. De lá até aqui o encantamento aumentou, embora trate-se de uma questão tão complexa, marcada por dor e desigualdades. Apesar disso, eu sentia falta de falar dos homens, estudá-los, por vezes ouvi relatos e acompanhei casos enquanto assistente social de mulheres que foram assassinadas pelos atuais ou ex-companheiros após

denunciarem as violências perpetradas contra elas. Queria compreender o que levava a impunidade desses casos de violência e o que motivava um homem a agir com tamanha crueldade com alguém com quem manteve vínculo afetivo e constituiu família em boa parte dos casos.

Após o término da graduação e o trabalho com a problemática da violência doméstica contra a mulher, a necessidade de entender a outra face da problemática - os homens, ficava ainda mais evidente. Ao saber que o mestrado em Serviço Social da UEPB tinha uma linha específica de gênero, senti que “havia chegado a hora”. Construí o meu projeto com bastante dificuldade, dada ainda a falta de expressivo material teórico que trate sobre o recorte do tema e de que eu dispunha. Após a aprovação na seleção sabia que os desafios seriam inúmeros, fosse pelas mudanças “radicais” que estava fazendo na minha vida ao sair do Ceará e deparar-me com outra realidade, e ainda pelas questões teórico-metodológicas que já apresentavam-se na construção do projeto para a seleção. Duas professoras do mestrado foram basilares, não por acaso estão nesse momento comigo, Alomia Abrantes e Idalina Santiago que nas aulas e discussões sempre manifestavam reconhecer a importância e necessidade desse tema, expressavam isso nas suas falas ou ainda através de gestos positivos ao me verem falar com “tanta sede” sobre as masculinidades. Isso era e ainda é um combustível para estudar uma temática tão densa.

Portanto, nesta pesquisa procuro analisar os discursos produzidos social e culturalmente pelos homens acusados de terem cometido crime de violência doméstica e familiar contra mulheres, que encontram-se em audiências no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Campina Grande – PB. Minha análise centra-se nos discursos destes homens, a partir das falas das entrevistas realizadas, no intento de compreender como se dá a produção dos sentidos desenvolvidos por eles acerca das suas masculinidades e da violência em questão. Na esteira desse processo, compreender como essa produção discursiva, cristalizada enquanto verdade para eles perpassa instituições que integram a vida social e as relações de poder que nela encontram-se imbricadas. Como objetivos específicos proponho-me a: identificar os dispositivos históricos e culturais que constituem a visão de homens autores de violência contra as mulheres acerca desta problemática; problematizar a visão oferecida por estes homens em face às questões de gênero, enfatizando os aspectos relativos à construção de suas masculinidades; discutir se e como estes homens são alcançados pelas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Conforme Michel Foucault (1996, p. 8-9):

(...) Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOCAULT, 1996, p.8-9).

Assim, o autor deixa claro como as práticas discursivas são permeadas por poderes nas nossas sociedades, mais que isso, como existem diversos procedimentos que exercem controle e regulação sobre estes discursos. Estes definem ao passo que são também definidos pelas instituições que atuam no controle e legitimação dos valores de grupos sociais em dadas sociedades nos diversos contextos históricos, nesse sentido as produções discursivas operam não isoladamente, mas conectadas em si.

No intento de alcançar as análises a que proponho-me no que tange aos discursos destes homens, busco incorporar algumas questões que evidenciaram-se no escopo das entrevistas realizadas, a saber: masculinidades, trabalho doméstico, família, violência contra a mulher, situando-as envoltas por relações de gênero e poder. Optei por situar a problemática teórica dessas questões no desenvolver dos capítulos, operacionalizando-as conforme as necessidades da análise. Contudo, faz-se necessário já aqui dizer que, gênero é uma categoria analítica que aciono para a todo momento pensar tais questões.

Para Guacira Lopes Louro (1997), embora gênero seja pensado comumente como papéis masculinos e femininos, ou seja, enquanto padrões estabelecidos para os membros de uma sociedade ao exercer sentidos definidores dos comportamentos, esta é uma perspectiva um tanto redutora e simplista, pois converte as desigualdades para o plano interpessoal. A partir desta concepção de papéis fica secundarizada as múltiplas formas de desenvolver as masculinidades e as feminilidades, bem como, as complexas redes de poder, que operam através das instituições, dos discursos, dos códigos e das práticas e que integram as relações hierárquicas entre os gêneros. A autora compreende então o gênero como aspecto constituinte da *identidade* dos sujeitos, identidades nada fixas ou cristalizadas, mas como transitórias, múltiplas, plurais, que vão transformando-se. Corroboro com esta última perspectiva, e é a partir dela que irei situar as relações de gênero ao longo deste trabalho.

Minha pesquisa de campo foi realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campina Grande-PB, após saber em um debate na UEPB que a instituição estava realizando grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica. Entrei em contato com as profissionais do Serviço Social e Psicologia da instituição, a quem apresentei o meu projeto de pesquisa e as intenções em realizar o estudo. Em seguida, fiz esta

mesma apresentação ao juiz responsável pelo Juizado e, após isso, submeti o projeto ao Comitê de Ética da UEPB, tendo a pesquisa cumprido todas as exigências postas, conforme deliberação disponível no (Anexo). Convém salientar que inicialmente a pesquisa seria realizada nestes grupos reflexivos, que estavam previstos como metas a serem realizadas pela instituição ao longo do ano de 2018 e que acabou não acontecendo. A instituição realiza audiências em que são ouvidas vítimas, testemunhas e acusados de violência, entre os dias de segunda e quarta feira semanalmente, além de atendimento psicossocial e a realização de visitas e encaminhamentos dos casos que a equipe julgue necessário. Ao contactar os profissionais e receber autorização para entrevistar os homens ao longo das audiências, optei por fazê-las nestes momentos, dada a não ocorrência dos grupos.

Os homens participantes do estudo são acusados por violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo casos que possuem presença marcante de violência física e psicológica, que ainda estão sendo julgados e acompanhados no Juizado. Vale salientar que fiz a transcrição de forma fiel as pronúncias dos homens e utilizarei pseudônimos para tratá-los, como forma de resguardar as suas integridades. E ao longo do trabalho, abro as sessões utilizando falas dos depoentes para ilustrá-las.

Acredito que antes de me debruçar sobre o exercício de analisar os discursos dos depoentes efetivamente, três questões que deram-se no transcurso de realização das entrevistas são relevantes, a saber: Primeiro, dois dos interlocutores tiveram suas entrevistas interrompidas pelo horário das referidas audiências, ou seja, tendo começo e fim com um significativo intervalo de tempo e, em que eu percebi uma mudança nos seus comportamentos e formas de responderem as minhas questões, sobretudo posterior a audiência, manifestos pela ideia por eles mencionada de que “a justiça só escuta a mulher”; segundo, antes de responderem a qualquer questão da entrevista, eles sentiam a necessidade de justificarem e explicarem-me detalhadamente o motivo de estarem ali e de que não eram culpados pelo que estavam sendo denunciados; terceiro, dois deles afirmaram estar receosos de participar da pesquisa por medo que eu fosse alguém do juizado que quisesse colher informações deles, de forma que influenciasse na decisão judicial.

Realizei entrevistas com cinco homens autores de violência doméstica e familiar contra suas ex-companheiras, sendo que em um deles, a denunciante é a própria genitora, no momento em que estes encontravam-se no Juizado de Violência Doméstica de Campina Grande para participação em audiências, entre os meses de setembro a novembro de 2018. Após a realização das entrevistas, julguei necessário ler os processos dos depoentes no sentido de compreender se e quais as contradições existiam entre as suas práticas discursivas e os

contextos violentos em que protagonizaram. A faixa etária dos interlocutores variou entre 37 e 54 anos; 02 deles declaram-se morenos, 02 brancos e, apenas 1 considera-se negro; 02 possuem ensino fundamental incompleto, 01 ensino médio completo e 02 ensino superior completo com especialização; 04 deles são naturais e residentes em Campina Grande, sendo que apenas um nasceu no Rio de Janeiro, embora já resida na cidade há aproximadamente vinte anos; no que concerne as profissões, esta foi uma questão bastante variável, 01 auxiliar de produção, 01 pedreiro, 01 economista, 01 policial militar, 01 árbitro de futebol; acerca da renda mensal, 02 consideram-se classe média, 02 classe média baixa, 01 encontra-se desempregado e sem renda no momento, a renda variou de 1 salário mínimo até 3.200 reais conforme relataram espontaneamente; em relação ao estado civil, 01 é casado, 03 são separados judicialmente, sendo que desses, 01 já constituiu outra família e, apenas 1 declara-se solteiro; no tocante a ligação com as denunciadas, 03 delas eram as esposas com quem eram casados, 01 foi de uma relação extraconjugal, 01 foi a genitora; no tocante a ser ou não a primeira denúncia na (LMP), 04 deles respondem pela primeira vez na lei, 01 está na terceira denúncia e aguardando o terceiro julgamento, já tendo sido condenados nas duas primeiras ações; se possuem filhos com as vítimas, 03 deles sim, 01 possui filho mas não com a denunciante e 01 não tem filhos. Na tabela a seguir, caracterizo de forma geral os depoentes e, no decorrer do texto, situo cada um quanto a tais aspectos.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Profissão	Idade	Tipo de agressão	Escolaridade
Terra	Policial Militar	37 anos	03 processos, motivados por: Violência física, moral, psicológica e ameaça.	Superior completo (Especialização)
Plutão	Economista	54 anos	01 processo motivado por: Ameaça de expor a vítima nas redes sociais, agressão verbal, perturbação da tranquilidade da vítima e alienação parental	Superior completo (Especialização)
Saturno	Auxiliar de produção	44 anos	01 processo motivado por: Agressão física (rasgou a roupa da vítima, lesão corporal leve) e ameaça	Ensino Fundamental Incompleto
Mercúrio	Árbitro de futebol/Desempregado	43 anos	01 processo, motivado por: Agressão física (lesão corporal) e ameaça	Ensino Médio Completo
Marte	Pedreiro	38 anos	05 processos, 04 deles movidos pela tia por prática de injúria, estes já arquivados, 01 deles estando em julgamento motivado pela genitora por	Ensino Fundamental Incompleto

			violência verbal e patrimonial.	
--	--	--	---------------------------------	--

Trata-se então de uma pesquisa qualitativa, de natureza de campo, sobre estudo de campo, para Gil (2002), basicamente a pesquisa se desenvolve através da observação direta das atividades do grupo pesquisado, e por meio de entrevistas de forma que o pesquisador capte as explicações e interpretações manifestas pelos interlocutores, aliado a isso, ainda pode-se utilizar de outros procedimentos como a análise de documentos, o uso de filmagens e fotografias. Por tratar-se de um trabalho pessoal, permite ao pesquisador o contato e experiência direta com a realidade estudada, dessa forma, exige-se que passe o maior tempo possível na comunidade para que possa apreender as regras, os costumes e as convenções do grupo estudado.

Pela natureza dos seus objetivos, optei por utilizar a entrevista semiestruturada como técnica de coleta dos dados da pesquisa. Conforme Rosália Duarte (2004), as entrevistas são ferramentas fundamentais quando o direcionamento seja mapear práticas, crenças e valores classificatórios de universos sociais específicos, com maior ou menor delimitação, desde que os conflitos e contradições não estejam explicitamente manifestos. A depender da forma como são realizadas, permitem ao pesquisador adentrar com profundidade nos modos como cada um dos seus interlocutores percebe e dá significância à sua realidade, permitindo o levantamento de informações consistentes que consubstanciam compreensões lógicas acerca das relações tecidas no interior do grupo trabalhado.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro, trato dos chamados “Estudos de gênero”, nos marcos da segunda onda do feminismo, para compreender como estes estudos e denúncias feministas fertilizaram as primeiras atividades e estudos acerca da masculinidade. Em seguida, debruço-me sobre os sentidos que os depoentes do estudo atribuem as suas masculinidades, tendo como pano de fundo as desigualdades de gênero e, ainda neste capítulo, discuto estas desigualdades de gênero nas relações familiares e de trabalho a partir das suas narrativas.

No segundo capítulo, centro-me especificamente na problemática da violência doméstica e familiar contra as mulheres, problematizando as motivações dos entrevistados acerca do que leva um homem a agir de forma violenta contra a mulher, quais as razões que os depoentes atribuem as situações conflituosas das quais foram protagonistas. Após isso, busco compreender qual a situação ideal para que não ocorra conflito na esfera doméstica e

familiar; o que mudariam para que não ocorresse violência nas suas relações; e, por fim, quais as atitudes e comportamentos ideais de homens e mulheres, para que não ocorra violência doméstica.

No terceiro capítulo, analiso, a partir das falas dos sujeitos, por quais razões ainda ocorre tantos casos de violência e assassinato de mulheres na configuração brasileira, apesar de todos os avanços no campo da legislação e políticas públicas; quais os significados que eles têm produzido acerca da Lei Maria da Penha (LMP), enquanto ferramenta jurídica para coibir a violência perpetrada contra as mulheres; ao final, aponto alguns trabalhos, estratégias e atividades que vêm sendo desenvolvidas junto a estes homens autores de violência, pontuando ainda as dificuldades de se materializar essas iniciativas.

Acredito que as reflexões apresentadas neste trabalho em torno do que estrutura a percepção desses homens representa uma das ferramentas de enfrentamento dessa problemática. Seja através da criação de estratégias de intervenção social e de políticas públicas que agreguem os autores de violência, percebendo-os como partícipes das relações de violência não apenas pelo viés da criminalização, como também entendendo as determinações culturais, históricas e sociais que validam e naturalizam o comportamento violento desses sujeitos.

Não apenas a violência doméstica contra as mulheres, assim como as demais expressões da violência de gênero, para além de se constituírem em um objeto de estudo para o Serviço Social, vêm transformando-se, também, em um importante terreno para a atuação profissional. No que se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher, por exemplo, a profissão vem desempenhando importante papel não somente no campo acadêmico, como na prática profissional dos assistentes sociais, através do acolhimento, acompanhamento, encaminhamentos à rede socioassistencial e escuta das mulheres em situação de violência nos espaços sociocupacionais de trabalho. Dada a complexidade das questões aqui trazidas, tanto ao serem estudadas e enfrentadas seja pela academia como por toda a sociedade, o problema não se esgota, mudam-se as análises, busca-se reflexões.

CAPÍTULO I – “É AQUELA COISA VOCÊ TEM QUE SER HOMI, NÃO PODE LEVAR DESAFORO PRA CASA NUM É⁵?”

*Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia
Meu filho o que se há de fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era a mulher de verdade*
(Trecho da música “Ai que saudade da Amélia”, dos
compositores Mário Lagos e Ataulfo Alves, 1942).

É inegável que os feminismos vêm ganhando cada vez mais força política e social, sendo uma das suas bandeiras centrais, o enfrentamento de toda e qualquer expressão de violência contra a mulher. As conquistas das mulheres são irrefutáveis, embora ainda existam desafios a serem superados, como melhor garantia e efetivação dos avanços já obtidos como, por exemplo, maior alcance e aplicabilidade da (LMP). É inegável que essas mudanças alteram as relações entre os gêneros. Dessa forma, parto de uma questão central: será que a dominação masculina estaria mesmo na ordem das coisas, conforme afirma Pierre Bourdieu, sendo algo natural, que não possa vir ou já esteja sofrendo mudanças? Tenho como premissa que falar e estudar sobre homens hoje passa primordialmente pelo projeto político feminista que questionou, sobretudo no contexto da sua segunda onda, as estruturas histórico-políticas e sociais de dominação dos homens sobre as mulheres.

Stoller citado por Boris (2002), diz que uma gama de culturas e sociedades acaba definindo e reforçando um conjunto de comportamentos e manobras de defesa para os homens como forma de moldá-los ao que é próprio do universo masculino. Nesse sentido, destaca alguns aspectos postos e esperados dos homens, como: o temor a toda e qualquer expressão de feminilidade, especificamente na forma de ternura e passividade; dependência ou mesmo o dispêndio de cuidados para com os demais; o horror de ser desejado por outro homem e, ainda pior e mais complexo, de desejá-lo e etc. Assim, ao pensarmos num homem comum poderíamos imaginá-lo com base nos seguintes atributos: ser grosseiro, fanfarrão e briguento; tratar as mulheres com violência e objetificá-las de forma que atendam às suas necessidades e fetiches; manter relações de amizade apenas com outros homens, sobretudo heterossexuais, mas ter pavor, odiar e usar de maus-tratos para com os homossexuais; tomar com desprestígio

⁵Fala de Plutão, 54 anos. Optei por usar as falas dos depoentes de forma fiel as suas pronúncias, chamando-os ainda por nomes de planetas, como forma de garantir a integridade e segurança dos participantes da pesquisa.

toda e qualquer atividade feminina. Nesse sentido, pode-se dizer que a primeira tarefa de um verdadeiro homem é não ser uma mulher.

Ao longo deste capítulo, busco compreender questões concernentes às masculinidades dos depoentes da pesquisa. Para isso, analiso como se deu a constituição dos estudos de gênero numa perspectiva feminista e, como isso, fertilizou e abriu espaço para se pensar os homens e as suas vivências. Em seguida, debruço-me especificamente sobre os sentidos de ser homem na perspectiva dos entrevistados, tendo como pano de fundo as relações de gênero. Por fim, busco entender como as desigualdades de gênero no que se refere às relações familiares/domésticas e de trabalho atravessam os discursos dos homens sob o prisma do machismo e com traços patriarcais.

1.1 “Infelizmente essa sociedade machista a gente herdou um pouco”⁶: Interfaces entre gênero, feminismos e os estudos sobre masculinidades.

*O Cravo brigou com a Rosa
Dentro de sua morada
A Rosa saiu ferida
E o Cravo a dar risada
A Rosa pediu socorro
E o guarda veio atender:
“Se o Cravo é seu marido,
Não devemos nos meter*

(Trechos do cordel “Embalando meninas em tempos de violência”, de Salete Maria da Silva).

Muito vem sendo produzido academicamente acerca da violência de gênero nos seus diversos recortes. No entanto, se tomarmos à violência intrafamiliar, em especial, a que incide contra a mulher como exemplo, ainda são bastante tímidas as iniciativas acadêmicas e interventivas para com os homens autores desta violência. Salvo algumas estratégias de intervenção e pesquisas por parte de instituições governamentais e não governamentais, que podemos exemplificar citando o Instituto Papai⁷, fundado em 1997, na cidade de Recife – Pernambuco, que a partir de uma perspectiva feminista de gênero se propõe a realizar

⁶ Fala de Plutão, 54 anos.

⁷ Para conhecer e ter acesso às ações e informações do Instituto Papai ver, <http://institutopapai.blogspot.com/>. Último acesso em 8 de abril de 2019.

trabalhos reflexivos prioritariamente com homens sobre diversos temas que envolvem as suas masculinidades.

Conforme Grossi et. al citado por Guimarães (2015), um levantamento feito da produção teórica acerca da problemática da violência doméstica e familiar, no recorte temporal de 1975 a 2005, na configuração brasileira, localizou 286 publicações sobre esta questão. Deste total, apenas 7%, o correspondente a 16 pesquisas trataram dos homens ou masculinidades enquanto temas. O que traduz que embora os estudos, no que se refere à violência doméstica, já se configurem como uma preocupação acadêmica, pouco ainda se produz sobre os homens autores dessa violência.

Na mesma linha de análise e dando continuidade à pesquisa das autoras sobre a produção teórica brasileira acerca de homens e violência conjugal, Oliveira e Gomes (2011), afirmam que ainda são muito poucas as pesquisas que fazem recorte no masculino. O estudo dos autores fez uma análise qualitativa de 54 textos até o ano de 2009, fazendo uso de palavras chaves e denominações como “Violência conjugal e homens”, “Violência de gênero e homens”, “Violência contra mulher e homens” e “Masculinidade e violência”. Nesse sentido, constataram que muitos aspectos dessa problemática ainda estariam secundarizados e negligenciados, sendo que a análise sobre os homens autores de violência pode contribuir para reformular e elucidar essa problemática.

Realizei uma busca no banco de teses e dissertações da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, utilizando a expressão “homens e violência doméstica”, no intento de obter produções teóricas que consubstanciem as reflexões deste estudo. Após leitura dos títulos das pesquisas, constatei que já existe considerável quantidade de publicações acerca dos homens, muito embora estejam concentradas na área da saúde e ligadas a temas como saúde do homem, não fazendo, portanto vinculação direta com a violência doméstica. Apesar disso, onze publicações despertaram-me interesse, pois tratam sobre homens e violência doméstica diretamente nos seus títulos. No entanto, os trabalhos anteriores à plataforma sucupira não estão disponíveis para leitura nem dos resumos, dessa forma tive acesso apenas a quatro⁸ publicações. Vale salientar que mesmo pelos títulos, autores e instituições onde essas pesquisas foram cadastradas, constatei que foram realizadas no lastro temporal de 2003 a 2016, e um aspecto que chamou-me a atenção foi que estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, sendo que apenas duas delas encontradas

⁸ GONÇALVES, João Paulo Bernardes (2015); HOKAMA, Érika (2015); LOPES, Paulo Victor Leite (2016); MONTEIRO, Anita Cunha (2014). Acesso em 26, maio, 2018.

foram feitas no Nordeste, especificamente na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, no Departamento de Psicologia.

Fiz busca semelhante no Google Acadêmico, utilizando a mesma expressão “homens e violência doméstica” em que pude constatar realidade semelhante ao banco de produções da Capes. Num total de três títulos e resumos de artigos sobre o tema, percebi pesquisas concentradas na área da saúde, especialmente na saúde pública, realizadas majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, sendo que apenas um dos títulos que apareceram foi localizado no Nordeste⁹.

Seguido dessa dificuldade de caráter teórico – metodológico ao se estudar homens, violência e masculinidades, outras questões norteiam e me levam a pesquisar esse tema, a saber: por que os homens continuam agredindo e matando as mulheres mesmo com todo avanço da legislação e das políticas públicas no enfrentamento desse fenômeno? O atendimento socioeducativo desses homens pode contribuir no enfrentamento da violência intrafamiliar contra as mulheres? Se há uma crise da masculinidade, por quais razões isso não tem reverberado qualitativamente nas estatísticas de violência contra a mulher? Como pode-se observar, essas são questões complexas a serem estudadas. Para iniciá-las trago algumas reflexões acerca do debate de gênero numa perspectiva feminista, entendendo que foram as lutas das mulheres que permitiram questionar e enfrentar as assimetrias de poder, contribuindo, inclusive para a realização dos estudos sobre as masculinidades.

Conforme Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), nos últimos 40 anos os estudos de gênero vêm cada vez mais se consolidando no contexto ocidental, sendo que as produções acadêmicas desse campo, sobretudo no que se refere às ciências humanas e sociais, deram-se majoritariamente por pesquisadoras mulheres. Parcela dessas pesquisadoras, por sua vez, ao se debruçarem sobre os homens e o masculino os concebem como faces malditas das relações, justificando essa forma de pensar ao fato de os homens produzirem desigualdades e subordinarem as mulheres.

Os interlocutores da pesquisa entendem que o feminismo é hoje um movimento irrefutável, que tem ganhado cada vez mais força na vida social. Embora não seja meu objetivo compreender agora os sentidos que os homens atribuem a Lei Maria da Penha, quando tratamos desta questão, o feminismo¹⁰ evidenciou-se em duas falas.

⁹ DAY, Vivian Peres et. al. (2003); GRANJA, Edna, MEDRADO, Benedito (2009); LIMA, Daniel Costa, BUCHELE, Fátima (2011). Acesso em: 26 maio, 2018.

¹⁰ Embora esteja usando feminismo no singular, reconheço a pluralidade de correntes e lutas políticas que integram o movimento.

Por volta de quinze horas e trinta minutos de uma quarta feira de muito calor e o prédio do juizado cheio de pessoas (vítimas, acusados de violência e testemunhas), para participarem de audiências, além dos profissionais que ali trabalham, fui apresentado a Mercúrio, 43 anos; auto declarado moreno/negro; ensino médio completo; de e residente em Campina Grande; árbitro de futebol, mas atualmente encontra-se desempregado; sem renda no momento; solteiro; ligação com a vítima: separados, sendo que cada um atualmente reside no domicílio dos respectivos pais; possui uma filha com a denunciante; respondendo pela primeira vez por violência doméstica/Lei Maria da Penha; a denúncia foi motivada por lesão corporal, constatada em laudo traumatológico, conforme consta no processo, e ameaça, no ano de 2017, estando o processo em andamento; não possui antecedentes criminais; declara-se sem religião.

Após escuta psicossocial e prévias informações de que eu estava na instituição realizando uma pesquisa, deu-se o nosso encontro e apresentação. Ele foi um dos entrevistados que mais chamou-me a atenção pela forma solícita comigo e com a pesquisa, com um sorriso largo, apertou forte as minhas mãos, deu alguns “tapinhas” carinhosos nas minhas costas e falou “Muito prazer, eu faço questão de querer ser entrevistado, o *caba* se sente até importante. Você sabia que os alunos da UEPB já me entrevistaram antes? Deixe eu lhe dizer que eu sou árbitro de futebol, aí o povo de educação física ia lá no estádio pra negócio de monografia”. Após esse contato, dirigimo-nos para os fundos do juizado já conversando, era de fato um “bate papo”. Mercúrio falava sobre vários assuntos enquanto fazíamos o curto percurso, manifestou seu descontentamento com o calor, com a violência e insegurança em Campina Grande, que estava triste pela condição de desempregado, que “o povo” do juizado era educado e tinha tratado bem. Dali estabeleceu-se entre nós a confiança necessária para a realização da entrevista.

Ao sentarmos vizinhos um ao outro começamos a dialogar sobre as questões da entrevista e no seu transcurso fui questionando-o sobre outros aspectos que julguei necessário. Logo de início ele diz-me: “Eu achei simplesmente que a questão da Lei Maria da Penha era só mais algum movimento que fosse só pra contribuir mais ainda pra esse crescimento do feminismo no mundo, no meio da sociedade”. Em momento seguinte, embora não tenha mencionado o termo feminismo, essa questão reverbera no seu discurso, ao afirmar:

Hoje em dia com essa questão da globalização, essa questão de as mulheres quererem o espaço dela de toda forma num é? As mulheres hoje querem ocupar determinados cargos que antes era só de homem, elas querem

também ocupar esse espaço pra dizer que elas *crescero* né? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

A narrativa em questão reitera a ideia de que o avanço das mulheres nas últimas décadas, que acredito ser oriundo de transformações estruturais pelas quais vem passando a sociedade, contando também com movimentos políticos e sociais como, por exemplo, as lutas feministas, têm (re) organizado esquemas sociais, históricos e culturais que legitimam discursos e desigualdade de gênero e poder.

Outro interlocutor, apesar de não evidenciar o termo feminismo, também apresenta essa questão na esteira do seu discurso. Por volta das quatorze horas fui apresentado a Terra, 37 anos; autodeclarado branco; ensino superior completo; natural e residente em Campina Grande; policial militar; renda 3 salários mínimos e meio aproximadamente; atualmente casado com outra mulher que não a denunciante; ligação com a vítima – exesposa, hoje, divorciados judicialmente; participando do terceiro julgamento, portanto, terceira denúncia por parte da ex-companheira, as duas primeiras por ameaça, nas quais foi condenado, esta última por agressão física; considera-se cristão. Embora Terra tenha afirmado que suas duas primeiras denúncias tenham sido por ameaça, ao fazer uma leitura dos processos contra ele, constatei a presença marcante da violência física para com a vítima, seguida de violência moral, psicológica e ameaça de morte, sobretudo na primeira acusação, que foi em 2015. Nossa apresentação teve como fio condutor alguns profissionais do juizado que ao me verem em outros dias realizando a pesquisa, foram logo expressando “Ei, tem um homem aí aguardando o horário da audiência dele, já faz bem uma hora que espera, se você quiser tentar, acho que ele aceita participar de tua entrevista”. Sem qualquer outra mediação, conforme havia sendo feito por parte do Serviço Social da instituição, fui então falar com ele, embora um pouco tenso, pela ausência de alguém da equipe que conhecesse a minha pesquisa.

Ao apresentar-me como assistente social e mestrando pela UEPB, que estava realizando uma pesquisa com homens acusados por violência doméstica e familiar contra as mulheres, fui prontamente atendido por Terra. Seu tratamento comigo e a receptividade com a pesquisa manifestaram bastante confiança em mim, sobretudo no momento em que ele disse “Topo agora, nesse momento, para contribuir com pesquisa eu não tenho besteira, você é quem manda. Quer começar agora?”. Dirigimo-nos para a sala de atendimento psicossocial do juizado onde começamos a dialogar sobre as questões que trago neste trabalho, ao mostrar-lhe o prévio roteiro de entrevista, deu-se início a um “bate papo”, rompendo completamente com

qualquer tensão que poderia ser trazida por uma entrevista, em um lugar permeado por relações complexas como uma instituição da justiça.

Chamava-me a atenção a segurança com que Terra lidava com as questões sobre masculinidade e violência. Sua entrevista, assim como a de outro interlocutor, foi interrompida pelo horário das respectivas audiências. Outra questão pertinente é que tiveram início em uma das salas do juizado¹¹ e terminaram “nos fundos” da instituição, no quintal da instituição, com duas cadeiras solicitadas pela assistente social para que eu fizesse a pesquisa. Terra então diz-me:

Eu acho que a gente tem que deixar mais a questão do gênero, “não, mais é porque a mulher é o sexo frágil”, pra mim isso já caiu”. Eu vejo que hoje existe um padrão de igualdade e vejo e me sinto até feliz por estar presente e poder ver que as mulheres estão superando os homens, mas também conheço muita gente que não gosta (Terra, policial militar, 37 anos).

Não se pode negar que as conquistas das mulheres transcendem as fronteiras relacionais do gênero binário, seus desdobramentos afetam positivamente todos os campos e setores do tecido social, colidindo frontalmente com esquemas sócio-culturais como o machismo que enquanto projeto político-cultural e histórico naturaliza os privilégios masculinos, subjugando, explorando e oprimindo as mulheres. Acredito que isso seja uma das justificativas desse “desconforto” de muitos homens diante dessa realidade em processo de transformação e descontinuidade. Embora Terra aparente manifestar certo conforto frente às conquistas femininas nas últimas décadas, chama a atenção como existem pessoas próximas a ele que sentem-se desconfortáveis com esses avanços das mulheres.

Seguindo os entendimentos acerca das lutas feministas, para Bila Sorj e Maria Luiza Heilborn (1999), ao tratarem da institucionalização dos estudos de gênero na configuração brasileira e a forte vinculação que esse debate tem com os movimentos feministas, salientam duas questões pertinentes. A primeira, de que o termo mulher, bastante presente nos chamados estudos de mulheres possui um caráter empírico e descritivo, enquanto que gênero possui substrato analítico, sendo uma fértil área de estudo, permitindo pensá-lo não apenas como parte da organização social, como também, um elemento que afeta a produção do conhecimento acadêmico, sobretudo no campo das ciências sociais. A segunda questão apontada pelas autoras refere-se ao desinteresse por parte dos profissionais homens pelos estudos de gênero em escala internacional, o que traduz não apenas a hierarquia e prestígio

¹¹ Nos dias de terça, quarta e quintas-feiras todas as salas do juizado ficam ocupadas pela ocorrência de audiências no período da tarde.

entre os sexos no tocante a ordenar objetos científicos e cientistas, assim como, reflete a intrínseca ligação que o conceito de gênero possui com os movimentos de mulheres, tendo em vista que os temas privilegiados dessa área de estudo, como família, sexualidade e educação, ainda continuam muito próximos do que se relaciona às vivências das mulheres, o que reforça um ideário de que o debate de gênero interessa apenas ao gênero feminino.

Berenice Bento (2015), no início da sua obra que trata sobre homens e masculinidades, descreve o percurso e os percalços acadêmicos, sobretudo no campo da sociologia, ao realizar estudos sobre estes temas, em que vários tensionamentos apontados pela autora são relevantes para mim, a saber: as críticas de algumas feministas acadêmicas orientadas pelo mito de que a história da humanidade é uma narrativa de homens, por isso, não há mais nada para se escrever sobre eles; falar, produzir sobre homens implica não estar tratando sobre gênero; a ideia de masculinidades hegemônicas e subalternas ainda estarem assentadas no esquema binário/biológico; por último, que tanto as mulheres como os homens são implicados e partícipes na produção de um paradigma de homem violento e viril, reproduzindo um modelo hegemônico, permeado por processos de educação e socialização.

Nesse sentido a problemática das relações de gênero vem ganhando cada vez mais expressividade nos espaços acadêmicos, no entanto, não limita-se a ele, seu desenvolvimento é perceptível, dentre outros aspectos, na atenção e importância que vem sendo dada especificamente no campo das ciências sociais, inclusive independente de motivações políticas, tendo em vista o aumento nas produções de pesquisas de mestrado e doutorado de pesquisadores sem qualquer imbricação com o movimento feminista. Ao mesmo tempo, já é possível perceber que os homens vêm sendo cada vez mais atraídos por temas ligados à masculinidade e sexualidade, refletindo o caráter relacional das identidades masculinas e femininas no que tange ao campo dos estudos de gênero (HEILBORN, SORJ, 1999). Embora as autoras pontuem a construção de estudos independente de motivações políticas, acredito que mesmo não possuindo vínculo com qualquer instituição, o despertar para a compreensão de qualquer problemática que afete a vida social por si só já reflete uma questão de cunho político-social.

Para Connell (2016), foram as mulheres as responsáveis pela inserção da pauta da igualdade de gênero na agenda política por um aspecto muito evidente: elas são preteridas em face a organização desigual de gênero vigente, cabendo a elas o exercício de reivindicar essas reparações. Trata-se de um processo em que os homens devem estar diretamente agregados, e não apenas as mulheres, pois envolve alterações não apenas na esfera institucional, como na

dinâmica cotidiana das relações, envolvendo todo o corpo social, tendo em vista que dependem de mudanças nas condutas pessoais.

Segundo Adriana Piscitelli (2009), as discriminações e as distribuições desiguais de poder, sobretudo entre homens e mulheres ocorrem em escala mundial, apesar de apresentarem traços particulares, como por exemplo, a atribuição de espaços sociais distintos para ambos, tendo como pano de fundo aspectos considerados como “naturais”, inato a eles, oriundos das suas distinções corporais, ficando a mulher relegada ao espaço doméstico e tendo como atividades naturalizadas a maternidade e o cuidado primordialmente. Nesse sentido, as próprias desigualdades ao serem analisadas pelo prisma das diferenças acabam sendo tomadas como algo natural, por isso, falar de gênero na atualidade é algo fundamental.

Ainda a partir da autora, o termo gênero nas suas mais difundidas versões foi elaborado por pensadoras feministas, especificamente a partir do contexto da segunda onda do feminismo¹², como forma de denunciar a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, estruturadas, sobretudo a partir dos atributos corpóreos e biológicos de ambos. Ao mesmo tempo, gênero representava a busca por ferramentas analíticas alternativas frente a categorias problemáticas, como o patriarcado¹³. Os primeiros usos do conceito em tela centravam-se na separação entre sexo e gênero, estando o primeiro no campo do inato, do biológico natural e o segundo na esfera da cultura. O marco na sua difusão foi o texto da antropóloga norte-americana Gayle Rubin, publicado em 1975 e intitulado “O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, constituindo-se em um paradigma teórico não apenas na perspectiva dos estudos feministas, assim como para uma análise histórica do gênero por diversos segmentos e campos do saber.

Conforme Rubin (1993), ao analisar as raízes da opressão e subordinação das mulheres, objetivou compreender sua gênese para assim poder superá-la, para isso, identifica no sistema sexo/gênero, um conjunto de normas de divisões de gênero, que, tendo como pano de fundo a heterossexualidade, naturaliza expressões de comportamentos para homens e

¹² Piscitelli (2009), aponta as chamadas ondas do feminismo, a primeira tendo ocorrido entre o final do século 19 e início do 20, sobretudo no continente europeu, na América do Norte e em outros países, tendo como mola propulsora a ideia de “direitos iguais à cidadania”, especificamente ao voto, educação e trabalho. A segunda onda, por sua vez, por volta das décadas de 1960 e 1970, marca a elaboração do conceito de gênero, situado no dualismo sexo/ gênero, natureza/cultura, denunciando e publicizando as situações de desigualdades entre homens e mulheres que incidiam primordialmente no espaço privado.

¹³ Ainda conforme Piscitelli (2009), nos dias atuais, o patriarcado é alvo de críticas, por tratar de maneira universal e imutável as formas de poder que, por sua vez, se alteram em dados contextos históricos e lugares. Apesar disso, a autora reconhece que tanto o patriarcado, como outras explicações acerca da subordinação feminina, tentaram demonstrar que esse processo não é algo natural, por isso, é possível que seja combatido e superado. Ao mesmo tempo, aponta que os questionamentos em torno dessas hipóteses explicativas da opressão feminina centradas no caráter imutável e natural, abriram terreno intelectual para que o conceito de gênero se desenvolvesse.

mulheres, e cria sistemas que reprimem a sexualidade feminina. Nessa linha de pensamento, o gênero encontra-se estritamente ligado a sexualidade, sobretudo na orientação de que um sexo esteja direcionado para o seu oposto obrigatoriamente. Paralelamente, entende que o sistema sexo/gênero se caracteriza enquanto uma gama de arranjos pelos quais a sociedade e a atividade humana se apropriam da sexualidade biológica e a transformam. Apesar de suas pertinentes contribuições no referido contexto histórico, a autora incorre no dualismo natureza/cultura, ao questionar por quais relações uma fêmea é transformada em uma mulher domesticada socialmente.

No que se refere ao binômio sexo/gênero tomado sempre como polos dissociáveis:

Finalmente, as novas leituras sobre gênero se esforçam radicalmente para eliminar qualquer naturalização da noção de diferença sexual. Nesse sentido, a distinção entre sexo e gênero é questionada também por outros motivos. Nessa distinção, o gênero era percebido como *cultural* e, portanto variável e flexível. Mas o sexo, alocado na *natureza* era considerado como algo fixo. A partir de finais da década de 1980, as feministas começam a questionar o processo histórico ao longo do qual se passou a pensar que o “sexo” e a “natureza” seriam elementos fixos, anteriores à cultura. No que se refere ao sexo, a própria natureza contesta essa fixidez (PISCITELLI, 2009, p. 143).

Corroborando com essa compreensão, tomo o sexo e o gênero neste estudo como do campo da cultura, evitando incorrer nos dualismos e binarismos que, além de hierarquizar as relações, acaba universalizando as experiências de homens e mulheres, secundarizando outros marcadores sociais, como a raça, lugar de origem e a classe social que constituem as experiências desses indivíduos, por sua vez, particulares e transitórias. Entendo ainda que as formas de subjetivação que ambos fazem do corpo, gênero, desejo e da sexualidade integram fronteiras nada rígidas, passando por alterações ao longo das experiências e vivências. Vale ressaltar que essas formas binárias de conceber homens e mulheres, acabam cristalizando símbolos, códigos e práticas sociais e culturais dos masculinos e dos femininos, dificultando e, muitas vezes, impossibilitando essa transitoriedade e fluidez dos gêneros, negando ainda outras formas de se viver as masculinidades e as feminilidades, e a não identificação com nenhum dos dois campos.

Outra obra basilar na compreensão da categoria gênero é de Joan Scott (1995), no texto intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Para esta autora, as palavras e seus significados passam por processos de mudanças justamente por serem históricas e dinâmicas, sendo um equívoco tentar codificá-las de forma eterna. No tocante ao gênero, as pioneiras a fazerem uso desse conceito foram as feministas americanas, referindo-se à organização social entre os sexos, e como veículo de denúncia ao determinismo biológico,

implícito nos termos “sexo” e diferença sexual. Nesse contexto evidencia-se o caráter relacional do gênero por parte de pesquisadoras preocupadas com a centralidade das mulheres no campo dos estudos feministas. Scott (1995) tece críticas aos historiadores que centravam seus escritos apenas na história das mulheres e ao caráter meramente descritivo do gênero, por reiterar a lógica de um centro masculino, que colocaria as mulheres numa posição periférica e marginal, e, por entender que a mera descrição não tem força de análise suficiente para transformar paradigmas. Nesse sentido, pensa que a construção de uma nova história, que aglutine a narrativa das mulheres depende primordialmente da forma como o gênero, irá se desenvolver enquanto uma categoria de análise.

Ainda para a autora, o uso do “gênero” implica uma gama de relações que pode agregar o sexo, mas seu vetor determinante não é o sexo biológico, nem tampouco a sexualidade é diretamente determinada por ele. Ao mesmo tempo, situa o gênero em consonância com a raça e a classe, apesar de tecer críticas à paridade entre os três aspectos, partindo do pressuposto de que a classe possui as determinações da causalidade dialética do pensamento marxiano, enquanto as outras categorias não dispõem de uma análise tão profunda. Apesar disso, acredita que uma nova história deve ser pensada articulando essa tríade num conjunto igualitário.

Outra importante contribuição aos estudos de gênero nos dias atuais é a obra intitulada “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, da filósofa estadunidense Judith Butler, publicada no Brasil em 2003 como veremos adiante pode ser articulada ao que proponho durante este trabalho ao discutir a relação entre homens e violência doméstica. A autora critica a ideia de uma metafísica da substância, em que o sujeito é algo preexistente, ou seja, é uma substância real e concreta, que existe independente da cultura. Ao criticar essa perspectiva, pensa o sujeito como performático e não ontológico, como uma estrutura linguística em constante processo de construção e formação. Portanto, o gênero para Butler é uma performatividade, que, para ser validado, requer uma reiteração cotidiana que realiza-se no corpo. É a informação da norma invocada através dos gestos; assim, é no corpo que a sociedade espera que as normas de gênero sejam reproduzidas.

Outro aspecto central no pensamento da autora que consubstancia as análises dos estudos *queer*, é a questão da identidade, pensada como um devir, ou seja, em processo de construção, que deixa em aberta a possibilidade de tornar-se algo. Conforme já apresentei, o binômio sexo/gênero estruturou o desenvolvimento do conceito de gênero Butler, por sua vez, acrescenta o desejo a esses dois pilares. Nessa lógica, se tomarmos como exemplo um homem homossexual, o pênis representaria o sexo, que significaria que esse sujeito pertenceria ao

gênero masculino e o seu desejo seria compulsoriamente pelo sexo oposto, no caso, uma mulher. Dessa forma, a teoria *queer* surge como crítica em face às políticas identitárias, negando a sua naturalização, como também as sexualidades e os gêneros tomados como imutáveis (TOKUDA e PERES, 2014).

Articulando essas críticas à discussão sobre homens autores de violência doméstica, a ideia de uma natureza agressiva dos homens é então desmontada, pois, corroborando com o pensamento de Butler e a perspectiva *queer*, a identidade é parte de um processo de construção social permeada pela linguagem e pelos discursos das várias instituições. Dessa forma, a agressividade e a violência não fazem parte de uma “natureza” dos homens. Ao mesmo tempo, o pensamento que se tem sobre o masculino na perspectiva binária, que cristaliza os corpos e comportamentos dos homens também, é tensionada se tomarmos como base o entendimento da autora sobre subversão, que é justamente o deslocamento das normas de gênero petrificadas. Com isso, quero chamar a atenção de que os homens fazem uso da violência orientados por dispositivos históricos, culturais e sociais, mas isso não significa dizer que todo homem é violento.

Tratando as relações de gênero como estruturantes da desigualdade social:

[...] Podemos afirmar que “óculos” foram construídos e colocados! Referimo-nos ao ato de colocar os óculos como um movimento de olhar para os acontecimentos sociais de forma intencional; um posicionamento reflexivo marcado por determinado pressuposto: as relações de gênero, caracterizadas por desigualdades, organizam a nossa sociedade. Contudo, em meio a tantas identificações, é preciso sinalizar também o estranhamento diante de uma narrativa que surge, no espaço desse encontro, como naturalizada: se a violência de gênero é crime, ao homem, nomeado *agressor*, cabe apenas punição, a prisão (GRANJA E MEDRADO, 2009, p. 25).

Essa compreensão dos autores suscita em mim uma reflexão não apenas teórica, como de caráter interventivo ao pensar o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: se a criminalização do homem autor da violência por si só colocasse fim a essa problemática, por quais razões, após a promulgação da (LMP), em 2006, ao invés de sanada, essa é uma questão ainda persistente na configuração brasileira, expressa nas estatísticas supracitadas? Trazer esta questão não faz-me obscurecer que são leis como esta, de caráter marcadamente punitivo, que dão seguridade as mulheres, ou seja, que por temor da criminalização, tenha contribuído para salvar muitas mulheres. No entanto, acredito que o enfrentamento efetivo desta expressão da violência está para além da punição, pois envolve bases culturais e históricas.

Conforme Fabrício Lemos Guimarães (2015), existe uma carência de literatura sobre a complexa relação entre gênero, masculinidades, conjugalidades e violência, evidenciando que não apenas numa perspectiva teórica como no campo das ações direcionadas ao enfrentamento efetivo da violência, é imprescindível que os homens sejam percebidos como constituintes de uma dinâmica relacional, bem como, que a responsabilização e punição, que agrega a prisão, deve ser uma ferramenta utilizada em vários casos, no entanto elas não podem ser as únicas possibilidades dadas aos homens, quando tratar-se de violência conjugal. Para além disso, o autor pontua a necessidade de uma mudança paradigmática na forma como os homens, nomeados “agressores”, são percebidos, no caso, como “monstros” no imaginário social. Cabendo, portanto, aprimorar os conhecimentos acerca das bases psicossociais desses indivíduos, o que envolve as dimensões afetiva, psicológica, relacional, assim como outros aspectos que integram a dinâmica das relações conjugais. Para além de responsabilizar, é fundamental lançar olhar e escuta sobre a fala e as experiências dos homens, inclusive, no tocante aos seus sofrimentos e necessidades. Apesar de não poder negar que eles são praticantes da agressão.

Segundo Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), as produções acerca das masculinidades enquanto objeto de estudo efetivamente datam da década de 1980. Porém, sem um rigor sistemático, político, teórico, ético e epistemológico, concentrando-se em autores específicos. De forma bastante recente, especificamente a partir da segunda metade dos anos 1990, é que vem se constituindo o “desenvolvimento do campo de pesquisas sobre masculinidades”, seja através de estudos e produções mais amplos e globais, até aqueles de caráter mais íntimo e pessoal.

Para Guimarães (2015), o contexto dos anos 1990 marca uma expressividade dos estudos de gênero, o que contribuiu em grande medida para contemplar as discussões das masculinidades, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas. O autor faz então um mapeamento dessas produções teóricas em escala internacional, acrescentando ainda que, na configuração brasileira, Sócrates Nolasco foi um dos pioneiros no que tange ao debate das masculinidades.

A partir de Teixeira citado por Guimarães (2015), apesar destas pesquisas serem bastante recentes, datando dos últimos vinte anos, pensadoras clássicas como Margareth Mead, Simone de Beauvoir e Joan Scott, embora não tratassem diretamente das masculinidades em suas produções, foram pioneiras e fundamentais para começar a formular o pensamento de incluir os homens nos estudos de gênero.

Para Osterne (2011), as análises em torno da condição masculina nascem no movimento americano de contracultura por volta da década de 1970. Nessa mesma conjuntura, aparece tanto nos Estados Unidos como no Canadá, os primeiros “grupos de homens”, influenciando as discussões nas Américas do Sul e Central. As inquietudes desses grupos centravam-se desde aspectos de ordem intimista até possíveis mudanças a serem experimentadas na direção de outro modelo social. Nessa década ainda se assiste ao aumento considerável das produções e publicações de livros, tanto de caráter fenomenológico como psicológico, tentando compreender o homem da atualidade.

Ainda a partir da autora, no contexto brasileiro, apesar de ainda não muito expressivo vêm crescendo nos últimos cinco anos os trabalhos que debruçam-se sobre os homens, na tentativa de problematizar como se dão suas relações com a paternidade, com as mulheres, com a sexualidade, no trato das suas emoções e diante das posturas autoritárias do masculino. As análises dessas produções têm provocado críticas aos homens frente aos apegos nos valores estruturados na virilidade e nos sentimentos de posse e poder com as diferenças individuais.

Segundo Cristiane Marques (2007), a violência conjugal, no contexto brasileiro, passou a ter maior atenção nos marcos da década de 1970, através das críticas e denúncias do movimento feminista. A problemática foi incorporada não apenas pela militância feminista, como também na esfera da academia, direcionando-se a compreender essa questão. A ideia da vitimização feminina, estruturada na lógica de um homem algoz *versus* uma mulher vítima era majoritária nesse contexto histórico. No entanto, a partir dos anos 1980, essa lógica polarizadora e dual começou a ser questionada, fazendo surgir a possibilidade de se pensar este tipo de violência por outro prisma, ou seja, como um conflito interpessoal que minimiza essa lógica algoz x vítima.

Ainda a partir da autora, o sujeito mulher sempre foi estruturante das lutas e pesquisas do movimento feminista, contribuindo para que houvesse um direcionamento das políticas públicas apenas para a proteção e recuperação das mulheres, através da construção de instituições de atendimento e acolhimento, seja através de abrigos, centros de atendimentos e programas comunitários. Nesse sentido, o trabalho teórico e interventivo com os homens autores de violência, que tinha como foco a “recuperação” desse indivíduo, foi em grande medida bastante criticada por algumas feministas. Muitas acreditavam que o destino de verbas para o trabalho com eles representava um verdadeiro desvio da questão central da violência conjugal, que eram as mulheres vitimadas.

Connell (2016), ao tratar dos documentos e políticas sobre igualdade de gênero em escala global, sinaliza como os homens são concebidos como secundários, ou tomados como grupo privilegiado em relação às mulheres. Exemplifica sua compreensão com a problemática da violência contra a mulher, em que ocorre um duplo movimento, ora os homens são invisibilizados e implícitos, em outros momentos são explicitamente demarcados apenas como agressores. A autora ainda levanta o contexto dos debates de gênero em face ao HIV/Aids, onde os homens são demarcados como uma face maldita, como únicos agentes da infecção.

Com abordagem semelhante, ressalta Granja e Medrado (2009) que, apesar de a violência de gênero, nas suas diversas formas de manifestação, possuir um caráter relacional, as políticas sociais e a legislação ainda desconsideram esse aspecto. Nesse sentido, os serviços existentes, as políticas e legislações, voltam-se exclusivamente para a violência contra as mulheres, fazendo recorte expressivamente no feminino. Isso acaba por reiterar a distinção sexual, em detrimento de uma organização social de gênero.

Neste aspecto acredito pertinente dizer que para as mulheres vitimadas o cenário é bastante complexo, tanto pela falta de vários serviços nos municípios brasileiros, como também, pela precarização e fragilidade das instituições de proteção as mulheres hoje existentes, como por exemplo, as próprias Delegacias de Defesa das Mulheres que ficam fechadas nos finais de semana, dificultando o acesso das mulheres às instituições estatais e fragilizando ainda mais a sua segurança e vida.

Nesse sentido:

Este cenário nos auxilia a pensar a relação entre masculinidade e violência, mesmo diante da ausência de trabalhos acadêmicos sobre o assunto ou ainda da falta de consenso teórico sobre os conceitos de masculinidade, feminilidade e violência no campo das ciências humanas e sociais. Se durante muito tempo isto foi esperado de um homem e até, em algumas sociedades, era o que dele se exigia, nos dias de hoje percebemos resíduos desta tradição histórica em situações inadequadas, como a violência doméstica ou no trânsito (NOLASCO, 2001, p. 16).

Dessa forma o uso da força e o recurso da violência estão dentro de um paradigma de masculinidade, que naturaliza e exige o comportamento violento do homem nas mais diversas situações e relações. A violência passa então a ser institucionalmente autorizada, em nome de valores culturais e morais de verdadeiros homens, como por exemplo, a honra e a virilidade.

Conforme salienta Araújo (2016), ao tratar das estratégias utilizadas pelos homens para lidarem com a infidelidade feminina, aponta a honra masculina, assim como a virgindade e a fidelidade da mulher como valores culturais que dentro de um esquema de gênero,

estruturado numa lógica sexista e machista, funciona para a manutenção da autoridade dos homens sobre os corpos e desejos das mulheres. Se tomarmos a honra masculina como exemplo, a autora afirma que ela se aloja no corpo da mulher de forma que preserve os valores morais e culturais machistas. A mulher passa então a viver sob a égide da pedagogização do seu corpo, subjetivando, sobretudo na sua educação, os dois símbolos culturais citados, a virgindade, enquanto estiver sob os ditames do pai e dos irmãos, e a fidelidade, quando estiver no ordenamento do marido, criando uma teia de valores sociais e culturais que não permite transgressões.

Ainda segundo a autora, ao tratar especificamente do adultério feminino, deixa claro como o recurso da violência é expressivamente utilizado pelos homens nesses casos. O que popularmente se reproduz como “lavar a honra manchada com sangue”. Ao mesmo tempo, chama a atenção como a violência nessas situações foi naturalizada historicamente nas legislações brasileiras, o que em certa medida acaba sendo utilizado como justificativa por parte dos homens para apropriação sobre o corpo e vida das mulheres nos dias atuais, refletindo ainda como o saber jurídico é permeado por relações de saber e poder.

Esse debate em torno da violência de gênero, em especial a que incide sobre as mulheres, tanto no espaço privado como público, é pauta de destaque das agendas e lutas dos movimentos feministas e de vários campos do saber. Entende-se violência de gênero como um fenômeno complexo que incide em todos os países em escala mundial, exigindo esforços de vários estudos interdisciplinares e integrados para sua compreensão, pois envolve aspectos como dependência econômica, emocional, preconceito, vergonha e invisibilidade, dentre outras questões (LISBOA, 2010).

Na próxima sessão debruço-me especificamente sobre os significados que os homens participantes do estudo vão atribuindo às suas masculinidades, tendo como pano de fundo as relações de gênero.

1.2 “Não, que eu sou *homi* e eu tenho que honrar a roupa que eu visto né? Tenho que honrar a minha força, minha dignidade, tudo tem que ser desse jeito”

*Um homem também chora
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas
Precisa de carinho
Precisa de ternura
Precisa de um abraço*

*Da própria candura
Guerreiros são pessoas
Tão fortes, tão frágeis
Guerreiros são meninos
No fundo do peito*
(Trecho da música “Um homem também chora”, Gonzaguinha,
1983).

Neste momento, proponho-me a compreender algumas questões acerca dos sentidos produzidos discursivamente por homens acerca das suas masculinidades, ou do que seja ser um “cabra macho”. Parto de uma reflexão pertinente já feita por Simone de Beauvoir ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”. Seguindo esta linha de pensamento, ousaria também dizer que não se nasce homem, sobretudo quando este fizer uso da violência, dessa forma creio que os homens não nascem machistas e nem violentos, eles tornam-se. Estruturo meu raciocínio pensando que os padrões de sociabilidade, orientados por nossa cultura marcada por uma herança machista, instituem que os homens carreguem consigo desde muito cedo o peso, não de serem apenas homens, mas de serem “machos”, em correspondência ao que seria atributos de sua natureza animal; de não apenas pertencerem ao gênero masculino, mas responderem a um conjunto de normas e comportamentos de gênero e masculinidade, em que o uso da violência, sobretudo contra as mulheres e os considerados “menos machos”, é naturalizada.

Seguindo o fito deste raciocínio, pretendo compreender como as normas rígidas de gênero cristalizam símbolos e códigos que definem o ser e o viver, e como isso afeta a forma como os homens subjetivam a prática da violência no decorrer da construção das suas identidades masculinas.

Conforme Sócrates Nolasco (2001), ao tratar da banalização da violência dos homens na sociedade contemporânea, afirma ser esta uma questão transversal à vida social, apesar de apresentar-se de forma mais expressiva em alguns segmentos sociais. No entanto, em sua análise, o autor aponta que a violência tem um sexo, ou seja, ela é masculina. Para isso, utiliza-se de alguns dados e informações pertinentes, analisados no recorte temporal de 1980 a 1990, a saber: Os homens possuem uma expectativa de vida menor que as mulheres; são majoritários no sistema carcerário, estima-se que 90% desse contingente; morrem mais que as mulheres em acidentes de trânsito e cometem mais suicídios. Nesse sentido, afirma que a curva da violência é definida pelos homens.

Por volta de quinze horas fui apresentado a Saturno, 44 anos de idade; autodeclarado moreno; Possui ensino fundamental incompleto; Do Rio de Janeiro, viveu em Cabedelo-PB

até os 16 anos, desde então reside em Campina Grande; Auxiliar de produção; Renda de um salário mínimo e meio; O caso em questão chama a atenção, pois Saturno é casado, sendo pai de quatro filhos. No entanto, manteve um relacionamento extraconjugal com sua vizinha, no que alugou uma casa em bairro próximo, desenvolvendo, portanto relação doméstica e familiar com ela, sem dissolver o casamento, possuindo então relacionamento com as duas mulheres de forma paralela. A vizinha e denunciante teve como motivação para tal a ocorrência de agressão física (lesão corporal leve¹⁴), atestada por laudo traumatológico a que tive acesso lendo o processo, além de violência verbal e ameaça, sendo o fato precipitador o fim da relação, tendo o caso ocorrido no ano de 2017; O acusado foi preso em flagrante, ficando detido por um dia, tendo alguns condicionantes para a sua liberdade provisória, a saber: ficar a quinhentos metros de distância da vítima; comparecer ao núcleo social no fórum; não mudar de domicílio; comparecer aos atos do processo; vale ainda dizer que o acusado não possui antecedentes criminais e autodeclara-se Católico. Embora Saturno já tivesse sido previamente informado pela assistente social do juizado que eu também era assistente social, mestrando e pesquisador pela UEPB, ao entrar na sala, seu receio era evidente, manifesto tanto nos gestos e comportamentos de não olhar-me nos olhos, ficando a todo instante cabisbaixo. Bem como na fala um tanto trêmula, baixa e aparentemente de medo. Fomos apresentados, expliquei as razões de estar ali, as intenções com a pesquisa, falei da ética e sigilo na pesquisa e então Saturno começou a manifestar certa confiança em mim enquanto pesquisador, embora ainda tenha perguntando-me “Mas isso aí que eu vou responder você não vai entregar ao juiz não?”.

Entreguei o roteiro da entrevista semiestruturada e disse que ficasse a vontade para ler, questionar-me ou até não participar do estudo, caso estivesse muito desconfortável. Ao fazer isso, Saturno mudou o seu semblante de medo e receio, esboçando confiança em mim ao dizer-me “Então vamos começar doutor”. Em seguida, antes que eu fizesse qualquer questionamento previamente definido na entrevista, ele começou a justificar-me os motivos pelos quais estava ali e que não era culpado como havia sido denunciado, que não tinha batido em ninguém. Deixei-o à vontade a falar e então o perguntei: “Em sua opinião, o que é, como deve ser e agir um homem, um “cabra macho”?. Por tratar-se de homens acusados por violência doméstica e familiar contra as mulheres, julguei necessário iniciar a entrevista com

¹⁴ Embora conste no processo lesão corporal leve, após sua leitura, alguns aspectos são pertinentes de serem ressaltados acerca desse caso, dada a sua magnitude: O acusado levou a vítima para “um matagal”, rasgou sua roupa e afirmou que a mataria caso chamasse a polícia, mais que isso, em laudo traumatológico, ficou atestado ferimento ou ofensa física na região peribucal. Nas duas audiências realizadas, entre os meses de agosto e outubro de 2018, a vítima não compareceu, o que conferiu a absolvição do acusado em última audiência realizada.

essa pergunta, como forma de entender os sentidos que estes homens atribuem ao universo masculino e ao que seja “ser homem ou ser macho”. E ainda compreender se e como a questão da violência vai costurando os seus discursos e as suas masculinidades. Utilizei o termo “Cabra macho” como forma de enfatizar historicamente a constituição dessa figura, sobretudo regionalmente e, por acreditar ainda que entre os próprios homens é comum a referência a este estereótipo de masculinidade, especialmente através da linguagem e fala, o termo “macho” é comum nos diálogos entre homens.

Diante desse questionamento, Saturno afirma que:

Rapaz eu vou lhe dizer quando uma pessoa diz isso, dependendo da situação que a pessoa diga fulano é um *homi*, é um macho, às vezes, é porque muitas pessoas leva o macho pro mundo animal, tá entendendo?”(Pausa para refletir) Mais um homem mesmo ele pensa duas, três vezes antes de fazer algo entendeu? Se for necessário ele deve conversar, se ter um pouco de entendimento com as pessoas, com quem ele tiver agindo aquele *pobrema* entendeu? Dependendo da situação que esteja passando, aí eu acredito que o homem é o caráter, tá entendendo? (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Para surpresa, o depoente procura se desvincular da ideia de “macho” como animalesco, dotado de comportamentos ríspidos e de brutalidade, acredito que manifestando ainda certo desconforto a essa imagem associativa no primeiro momento quando se pensa a figura masculina. Na sua leitura um homem de verdade possui a capacidade de dialogar, refletir, de racionar frente às situações para que só assim venha a agir frente a qualquer contexto.

Outro depoente, por sua vez, também se distancia desse estereótipo. Para Terra, o sentido de ser homem consiste em:

Cabra macho, um cabra da peste (Risos), um homem acima de tudo ele tem que ser gentil, tem que ser educado. Agora nós podemos classificar o homem de duas maneiras né? Ele tem que ser classificado como o homem, o macho, o solteiro, e o casado. Mas isso não deixa em nenhuma hipótese que ele deixe de ter educação, respeito num é? E entendimento do que é certo e do que é errado, do que ele pode fazer e do que num pode fazer principalmente na fase de solteiro né que a gente acha que pode tudo. E já como casado, como chefe de família ele que tem que ser mais engajado ainda em ser o protetor, em ser o companheiro, em ser o amigo, ser o pai, ser o amigo dos filhos, aquele que brinca, aquele que bola no chão, enfim, ele tem que ser um pouco de tudo, essa é minha visão (Terra, policial militar, 37 anos)

A narrativa em questão aponta para uma classificação dupla para os homens. Uma ligada à fase de solteiro, em que o homem goza de forma mais expressiva dos privilégios e da

liberdade afetiva e sexual, onde se aloca a associação de “macho”, e a fase de casado, em que compete a ele a condução da família, o que passa a exigir outros padrões de comportamentos desse indivíduo, embora as ideias de caráter e respeito costurem os discursos citados.

Para Georges Boris (2002), em seu livro intitulado “Falas de homens a construção da subjetividade masculina”, o autor categorizou os homens participantes do seu estudo a partir das respectivas narrativas após realizar pesquisa empírica. As compreensões de Terra especificamente articulam-se ao que o autor classifica como “O homem moral”, que agrega atributos morais – caráter, respeito, responsabilidade e honestidade, e ainda, aspectos negativos – práticas machistas e autoritárias, e a “safadeza”. Com isso, Boris afirma que essas características morais distintas permeiam a constituição das identidades e condições masculinas na cena contemporânea, constituindo uma operação em que estão implicados aspectos negativos, mas sempre tradutores da fortificação do macho.

De forma semelhante, Marte, 38 anos; autodeclarado moreno; Possui ensino fundamental incompleto; de e residente em Campina Grande; Pedreiro; renda de 1 salário mínimo; solteiro; Ligação com a vítima: Ao fazer uma busca através do seu nome no juizado, constatei a existência de outros quatro processos contra ele, tendo como vítima a sua tia, movidos por ela em 2017, uma vez que ele mora numa coabitação com a mãe e a tia, em três desses processos, houve a denúncia, mas a tia retirou o direito de representação, sendo extinta qualquer punibilidade a Marte. E, em apenas um deles, foi gerado medida protetiva em favor da tia, valendo salientar que em relação aos processos movidos por ela, todos encontram-se arquivados. Julguei necessário trazer este dado, uma vez que Marte disse-me no momento da entrevista que era a primeira vez que estava respondendo por violência doméstica. Consta hoje contra ele um processo representado pela sua genitora, iniciado em 2018, decorrente de ameaça e agressão verbal, uma vez que ele prometeu quebrar “coisas”, queimar um colchão e a cama, ao que a mãe acionou a polícia e ele foi preso em flagrante. Embora tenha ocorrido o flagrante e ele ter sido conduzido até a delegacia, não ficou preso, pois a mãe, não queria vê-lo preso e sim numa clínica de reabilitação, uma vez que Marte possivelmente faz uso de álcool e outras substâncias psicoativas, conforme descrito nos autos do processo. Embora não tenha ficado recluso, sua soltura deu-se sob algumas condições, a saber: comparecer uma vez por mês no juizado para atendimento socioassistencial e assinar frequência; fazer acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; não ausentar-se de Campina Grande por mais de quinze dias; é proibido de frequentar bares; tem que recolher-se no domicílio no período noturno, por fim, o descumprimento de alguma dessas condições revoga a sua liberdade; considera-se sem religião. Uma questão pertinente a ser ressaltada é que os

sentidos produzidos discursivamente por Marte nas questões da entrevista e, nos aspectos que considere necessário melhor aprofundamento, foram orientados a partir da relação que ele possui com uma namorada, em que os conflitos do casal reverberam na dinâmica das relações que ele mantém com a mãe.

Um fato curioso deu-se na realização da entrevista com Marte, diferente dos demais com quem fiz abordagem anterior às suas audiências, no período da tarde. Meu contato com Marte teve como fio condutor a assistente social do juizado, que o contactou previamente, tendo em vista que ele encontra-se participando de atendimento psicossocial uma vez por mês na instituição, conforme determinação judicial citada, sendo sua entrevista realizada numa sexta feira pela manhã. Chegamos no mesmo horário no juizado e fomos apresentados, ele estava acompanhado de sua mãe que avisou-me seu temor em participar da pesquisa por medo de “Não saber falar direito” e pelo receio que eu entregasse suas respostas ao juiz, uma vez que Marte acaba de conseguir um emprego e “Já tem o nome sujo por ser processado”. Uma questão pertinente de ser ressaltada é que, embora a sua genitora seja a denunciante do processo em curso contra Marte, ela o tutela, o protege, tanto que o acompanha mensalmente ao juizado, conforme relatou na nossa apresentação. Expliquei, juntamente com a assistente social da instituição que já havia entrevistado outros homens e falamos do sigilo e dos termos em que eu me comprometo a resguardar a sua imagem, fazendo uso apenas dos seus discursos. Expliquei-lhes ainda que não precisava procurar uma “forma certa” de me falar, uma vez que eu me interessava justamente pelos sentidos que ele produzia acerca de algumas questões ao seu modo. Após isso, embora ele ainda com receio, fomos conduzidos até uma sala de atendimento socioassistencial em que eu realizei a entrevista.

Já na sala ele queria explicar-me que não era culpado e que não tinha batido em ninguém. Deixei-o falar livremente para que criássemos confiança e vínculo. Em seguida, perguntei-lhe o que ele compreende por ser homem, por ser um “cabra macho”, e então Marte afirma: “Rapaz, deve agir direito né? Questionei então como seria esse “agir direito”, ao que ele afirma: “Agir certo, respeitar né, o pessoal?” (Marte, 38 anos).

Outro interlocutor com entendimento convergente foi Plutão, 54 anos; autodeclarado Branco; Ensino superior completo/Especialização; Residente em Campina Grande; Economista; Renda de 3 mil reais; Atualmente divorciado; Ligação com a vítima: Ex-companheira; primeira vez denunciado por violência doméstica/Lei Maria da Penha; Declara-se Católico; Possui dois filhos com a ex-companheira. Neste caso prevaleceu denúncia de agressão verbal/perturbação da tranquilidade, violência moral e psicológica e, ainda, ameaça de difamação da vítima nas redes sociais, no ano de 2015, em que iniciou-se o processo.

Sendo motivado por um possível relacionamento extraconjugal da ofendida, conforme descrito no processo. Meia hora antes da sua audiência fomos apresentados pela assistente social que, por já conhecê-lo, sentiu abertura e uma fecunda possibilidade de realização de uma “boa entrevista”, uma vez que ele já participou do grupo reflexivo no juizado¹⁵, e como ela disse-me “Ele é muito articulado”. Já tendo aceito o convite, fomos apresentados, agradei-lhe por aceitar participar do estudo, apresentei-lhe os termos e então começamos a dialogar sobre as questões que trago nesta pesquisa. Ao perguntar-lhe sobre o que ele entende sobre ser homem, ser um “cabra macho”, ele me diz:

Olhe na minha opinião, o homem ele deve agir sempre com respeito num é? Independente de que seja com a mulher ou com qualquer outro né? Outra pessoa. Eu acho que o respeito é fundamental entre um relacionamento, quer seja ele um relacionamento de marido e mulher ou um relacionamento de amizade (Plutão, economista, 54 anos).

O sentido do respeito e de valores morais enquanto constitutivos dos homens comunga na maioria das falas. O que apresenta-se como uma surpresa, uma vez que os depoentes entendem e ativam os discursos de agência política feminista e de gênero, é que evitam os sentidos atribuídos e que ressoam socialmente de homem forte, agressivo e viril, por exemplo. No entanto, apesar de suas compreensões os distanciarem dessa ideia, não se pode negar que no tocante às suas práticas nas dinâmicas conjugais acabaram incorrendo nesse estereótipo.

É importante ressaltar que essa ideia apresentada pelos depoentes acaba divergindo da reflexão feita por autores como Albuquerque Júnior (2010), que, no objetivo de entender quem é e como caracteriza-se e encontra-se um “cabra macho”, um “cabra da peste”, afirma que o comportamento de um “cabra macho” é orientado marcadamente pela agressividade na vida e com as pessoas. Entretanto, a expressão da oralidade, que pode estar condicionada por apropriações sociais das quais se servem para deslocar-se da condição de réu, de culpado, não oculta o que em outras práticas de discurso (re) produzem: o direcionado pela vontade de poder e domínio sobre os corpos das mulheres, que se mostra nas denúncias contra eles perpetradas. Como diz Albuquerque Júnior (2010), o poder do macho se configura na necessidade de subordinados e de relações de subordinações, eminentemente das mulheres e, apesar do curioso deslocamento das falas, esse estabelece a contradição entre o que delineiam

¹⁵ No ano de 2017 foram realizados grupos reflexivos no juizado de violência doméstica e familiar de Campina Grande, como parte da pena desses homens acusados por violência doméstica e familiar contra as mulheres. Tratou-se de um projeto piloto idealizado pela equipe socioassistencial da instituição juntamente com os juízes. Por questões burocráticas em 2018 não houve grupos, estando como uma das metas previstas para o ano de 2019.

como o ideal de comportamento de um homem e o que correspondem aos praticarem atos violentos.

As falas divergem de um universo masculino apresentado pelo autor, um padrão orientado pelo viés da agressividade primariamente como é comum ao pensarmos na figura de um homem. Essa divergência vai de encontro a outros entendimentos do que é ser macho. Conforme Fogel et. al, citado por Boris (1989) é notório e sabido que os homens possuem verdadeira preocupação em reafirmar e comprovar sua virilidade, o que não ocorre muito com o universo da feminilidade. Na esteira das dificuldades de construção da condição e subjetividade masculina, é possível argumentar que já não põe-se tão firme o mito popular de que o homem é o sexo forte.

Seguindo este raciocínio, outro sentido de ser homem que julgo necessário trazê-lo como forma de entender melhor o universo complexo que integra as subjetividades e identidades masculinas, é apresentado por Plutão ao afirmar:

Eu acho que esse cabra macho talvez seja uma coisa que colocaram muito num é? É até uma influência negativa por a gente ser sempre, como se diz uma sociedade patriarcal, então sempre tem essa questão de cabra macho, de ser homem e tem que ser homem, e a gente quer queira quer não a sociedade por muitos e muitos anos, décadas, ela vem sendo alimentada com isso. Tem que ser macho, tem que ser *homi*, o *homi* tem que reagir num é? Essas coisas todas, isso contribui até pra uma incitação a violência, porque é aquela coisa você tem que ser *homi*, não pode levar desaforo pra casa num é? Então nunca através do diálogo, então eu não gosto desse rótulo.

A narrativa vai ao encontro a uma espécie de “sistema” que coloca e obriga os homens a seguirem determinados padrões de comportamentos. Na sua leitura os homens são apenas receptáculos e reprodutores da cultura. Essa perspectiva colide também com a ideia hegemônica de macho. Conforme Albuquerque Júnior (2010) é preciso pensar como constitui-se o masculino em nossa cultura, não apenas nas sociedades ocidentais, entendendo as complexidades que isso agrega, uma vez que a masculinidade é letal, os homens morrem e matam por masculinidade, no intuito de afirmá-la e por afirmá-la. O paradigma de masculinidade que temos orienta-se pela agressividade, heroísmo e competição, estando normalmente associada à violência, a ausência de cuidados com o outro e com o próprio homem. A fala recusa o rótulo, mas as atitudes que constituem a situação processual de Plutão continuam a fomentar os saberes e poderes que engendram o “macho”.

Nolasco (2001) aponta que os homens morrem bem mais que as mulheres na nossa sociedade, sobretudo porque os homens mostram-se como tais ao fazerem uso da

agressividade e violência. Disso reflete que o patriarcado afeta também aos homens, questionando ainda até que ponto isso seria um privilégio para o universo masculino.

Albuquerque Júnior (2010) analisa como é comum e cotidiano ouvirmos falar que somos uma sociedade de “cabras machos”, de “cabras da peste”, e de como esse tecido social é traçado no e para o masculino, delineando uma gama de formas e práticas culturais que se inscrevem nos corpos e comportamentos dos homens, servindo para identificar se aquele com o qual estamos tendo contato é ou não um verdadeiro macho. O autor, longe de correr o risco de incorrer em essencialismos, não nega que o corpo de machos e fêmeas possuem composições e características biológicas distintas, que possui materialidade e que seja sexuado, no entanto, machos e fêmeas, assim como masculino e feminino são conceitos e, por essa razão, estão intrinsecamente ligados ao mundo da linguagem. Dito isso, masculinos e femininos são, portanto, oriundos dos contornos que a cultura num dado recorte histórico atribui para estes e outros construtos. Mais que isso, lembra-nos como estes códigos culturais inscritos nos corpos fazem parte não apenas da produção e constituição das subjetividades, como também das identidades das pessoas.

Conforme Boris (2002), a constituição dos masculinos envolve marcadamente a dimensão subjetiva, ou seja, trata-se de algo que manifesta-se de forma individual para cada homem, embora apresente traços que a faça parecer como uma condição comum a todos eles, uma vez que muitos aspectos desse universo possuem similitudes entre esses sujeitos. Disso o autor critica a ideia de identidade masculina, uma vez que esta noção carrega consigo um caráter de semelhança absoluta, o que acaba por obscurecer as diversas expressões das subjetividades masculinas. Assim, julga pertinente pensar nas mais variadas formas e processos de identificação que os homens possuem no conjunto de relações que estabelecem com a família, com o trabalho e com os demais homens.

A construção dos sentidos do ser macho transcende os limites da relação homem/mulher, sendo pensada também em contraste com qualquer expressão sexual que transgrida o padrão de normalização e normatização sociais da própria masculinidade. Isso evidenciou-se na fala de dois dos interlocutores, ao reconhecerem como as sexualidades dissidentes vem tomando cada vez mais os espaços públicos, e de como isso tem afetado a produção subjetiva dos próprios homens acerca das suas masculinidades, aclarando um dos elementos que permeiam a possível existência hoje de uma crise do masculino marcadamente viril e violento.

Para Mercúrio:

Hoje em dia a gente vive num mundo bastante conturbado onde a gente já num sabe mais nem quem é quem, todo mundo agora tá vivendo um conflito de *indentidade* né? Tem como é que eu posso chegar e dizer assim como eu num sou homofóbico, num sou, num tenho nada contra homossexual essas coisa *tudim*, até porque quase que 20, 30% do meu círculo de amizade tem algum homossexual né? Algum envolvido né nessa relação de amizade. Então hoje em dia é mulher com mulher, homem com homem e dali tem muitos *homi* que ainda são machista pra essas coisas, não aceita de maneira alguma e daí tem acontecido muito isso (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

A fala em questão evidencia uma possível reverberação desse novo homem em sua articulação com as sexualidades que transgridem o gênero normativo e binário. Embora existam várias expressões de masculinidades, muitos homens ainda fazem uso da violência especificamente contra mulheres e LGBTQI+, em nome do machismo e de valores sociais, culturais e morais, como honra e fidelidade que determinam e demarcam como devem comportar-se homens e mulheres em sociedade.

Essa questão perpassa inevitavelmente pelo debate acerca da identidade e diferença. Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2000), parece uma tarefa fácil conceituar o que é “identidade”, estaria num campo afirmativo, aquilo que o indivíduo é sem contestações, isso por tratar-se de uma positividade, independente e autoreferenciada nela mesmo. O que acontece também com a diferença, apenas existe, estando referenciada em si. No entanto, é importante dizer que a afirmação da identidade só possui significância porque vivemos em um mundo heterogêneo. Em um mundo homogêneo, por exemplo, no qual as pessoas comungassem da mesma identidade, isso não faria nenhum sentido. Este par de conceitos é inseparável, a existência de um presume a do outro, sendo oriundos de criações linguísticas, portanto, não são dados naturais, mas produtos do mundo cultural e social, permeados pela linguagem. Disso convém dizer que “ser homem” pressupõe não ser mulher, que ser heterossexual implica em não ser homossexual, estando esse jogo de afirmativas e negativas dotado de relações de poder.

Para Stuart Hall (2006), a identidade dos sujeitos orientada pela razão, unificação e rigidez, própria do Iluminismo, vem sendo cada vez mais fragmentada e “descentrada” no contexto da modernidade, em face às transformações estruturais pelas quais vêm passando as atuais sociedades nos marcos da globalização, especialmente no final do século XX. Tudo isso tem afetado substancialmente as estruturas, as relações e a vida social, em que as localizações dos indivíduos no tocante ao gênero, à raça, à sexualidade e lugar de origem vêm passando por processos de desestabilização. Nesse sentido, as velhas identidades que

estabilizaram historicamente o mundo social vivem hoje um verdadeiro declínio, fazendo emergir novas identidades e tornando o sujeito moderno cada vez mais fragmentado. Tudo isso afeta as noções e as identidades pessoais e culturais, fazendo-nos problematizar a perspectiva histórica de que somos sujeitos integrados. É nesse terreno de descentração dos indivíduos do seu lugar no mundo social e cultural, assim como de si mesmos, que constitui-se a chamada “crise de identidade”. Embora o autor faça uma análise do sujeito a partir de três perspectivas – Iluminismo, o sujeito sociológico e o pós-moderno, esta última concepção parece-me a mais coerente para desenvolver meu pensamento acerca de uma possível crise do masculino, isso porque a identidade do sujeito pós-moderno não é fixa, dada ou imutável, pelo contrário, vive processos de transformações contínuas, não é dada biologicamente, mas é um produto histórico.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente, é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Com isso, julgo necessário dizer que o processo de construção das identidades, que aglutina obrigatoriamente as noções de diferenciação, não são apenas conceitos complementares, mas também estratégias que passam pela ordem do conhecimento, que acabam por permitir o estabelecimento de dinâmicas de poder a partir da diferenciação e/ou identificação das pessoas, ressaltando como a história da humanidade é calçada num discurso sobre o outro. Tudo isso costura relações de poder que geram desigualdades de todas as ordens, sobretudo econômicas. Penso, portanto, que as identidades sociais, culturais, sexuais e de gênero pensadas como um devir, são fronteiras nada rígidas e fixas, pelo contrário são fluídas e transitórias.

Para Januário (2016), os modelos culturais acabam criando formas e perfis normativos e de controle social em torno das construções de feminilidade e masculinidade em que os desejos e emoções são controlados pelas percepções e normatizações sociais do que é próprio dos homens ou das mulheres. No entanto, na cena contemporânea já se pode assistir a algumas mudanças e rupturas paradigmáticas no tocante a essas construções sociais. Assim, os modelos socialmente instituídos e cristalizados vêm ganhando novos contornos e releituras, obtendo outros olhares e perspectivas.

A questão da diversidade sexual e de gênero, e das múltiplas ou crise de identidade, acabam sendo trazidas em outro discurso, em que, embora Plutão entenda que o machismo

encontra-se articulado a manifestações de violência, não apenas contra as mulheres, como contra gays e lésbicas, hoje já se assiste a outros formatos de educação que agregam essas questões. Plutão então diz:

Então é uma questão eu acho que, vejo que no Brasil é uma questão cultural, nós tivemos uma colonização mais de capitânicas hereditárias que a gente já viu, já foi uma coisa de coronéis. Então sempre que o *homi* era quem ditava, então isso foi transmitido de pai pra filho, então é uma cultura nossa, nós temos um pouco dessa cultura machista impregnada. E essa violência ela se estende as mulheres e aos outros gêneros né? Nós temos muito isso que a cultura machista ela se opõe a mulheres e, nós temos aí muitas agressões a gays, lésbicas e tudo né. Então isso é a cultura machista nossa (Pausa) Eu acho que a gente tem que começar, a sociedade tá evoluindo e a gente tem que buscar também evoluir, evoluir nas relações, as relações elas não podem ficar as mesmas que eram a três, quatro décadas atrás num é, as pessoas mudaram, os costumes, os valores, mas o respeito deve permanecer entre os seres humanos, independente da opção sexual de cada um (Plutão, economista, 54 anos).

Os depoentes aparentam mostrar como algo positivo as identidades transitórias e o aumento da visibilidade das questões que envolvem a diversidade de gênero e sexualidade. No entanto, suas falas também evidenciam que aqueles que “ousam” ultrapassar as fronteiras rígidas e cristalizadas do gênero binário e heteronormativo caem no campo do desprestígio social e, caso “ousem” aparecer demais, deverão sofrer as sanções sociais. Tomando os gays como referência, borram duas normas, a primeira dessa lógica binária do gênero masculino ser construído e pensado no e para o feminino de forma naturalizada e vice e versa. A segunda, no caso dos *gays* femininos, borram também a norma da própria masculinidade, visto que é inconcebível no universo masculino que um homem queira ser ou parecer uma mulher.

Embora os entrevistados apontem reconhecer e respeitar aqueles que vivenciam sexualidades dissidentes, sinalizam ainda as dificuldades que muitos homens possuem em lidar com essas questões, bem como o desconhecimento de aspectos conceituais, quando Plutão faz uso do termo “opção sexual”, que acaba patologizando e tomando como escolha qualquer vivência sexual fora da norma heteroafetiva.

Conforme Guacira Louro (2001), nos dois últimos séculos, a sexualidade vem cada vez mais tornando-se objeto de estudo pelos mais variados campos do saber não apenas no direcionamento de entendê-la, como também de regulá-la, normatizá-la, ampliando-se ainda os mecanismos que buscam exercer controle sobre ela. Se, por um lado hoje as chamadas “minorias” sexuais vêm tornando-se cada vez mais visíveis, na mesma direção, acabam

acirrando-se cada vez mais as lutas entre elas e os grupos conservadores. A homossexualidade assim como o sujeito homossexual são verdadeiras invenções do século XIX. Anterior a esse período histórico, as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomias – uma atividade de caráter pecaminosa a qual qualquer pessoa poderia sucumbir. A partir da segunda metade desse século a pessoa que realizasse prática sexual com outra do mesmo sexo passou a ser categorizada como alguém com um desvio de norma, cabendo-a o segredo ou a segregação.

A partir do entendimento de Michael S. Kimmel (1998), as masculinidades são construídas através de dois polos que se entrecruzam nos contextos das relações de poder. O primeiro, nas relações dos homens com as mulheres, em que fica expressa a desigualdade de gênero, e o segundo aspecto, nas relações dos homens com os demais, em que as desigualdades são manifestas por outros aspectos como raça, sexualidade, etnicidade, idade, classe e etc. Partindo dessas questões, o autor entende que a construção social das masculinidades constitui-se a partir do sexismo e da homofobia, bem como, por tratar-se de uma construção, não possui uma propriedade de essência imutável ou biologicamente fixa, contrariamente, passa por variações culturais, temporais, assim como por outras variações de distintas ordens, mas que encontra-se suscetível a alterar-se no transcurso da vida individual de cada homem.

Para Flávio Urra (2014), ao nascerem, homens e mulheres já possuem um espaço simbólico determinado, que, como tal, possui características pré-definidas e determinadas funções, compilando ainda uma gama de comportamentos de condutas esperadas desses indivíduos. No tocante aos homens, por exemplo, nossa cultura preconiza para eles valores como honra, coragem, força, heroísmo e virilidade. Por outro lado, há uma negação na constituição desses indivíduos de características como medo, fragilidade, vergonha, impotência e sensibilidade, que seriam atributos próximos das vivências das mulheres.

Em sua socialização entre pares, os meninos apreendem e legitimam certos comportamentos, por exemplo, correr riscos para provar coragem e ousadia, violência para provar força, assédio ou abuso sexual para provar virilidade, em detrimento de outros comportamentos não aceitos socialmente como masculinos e identificados como sendo das mulheres. Assim, é esperado pelo grupo de homens que os meninos não demonstrem afeto por outros meninos, permanecendo como único toque legitimado socialmente entre os homens a agressão. Por outro lado, o menino aprende a se relacionar com a menina como um objeto de desejo sexual. Desenvolve uma sexualidade construída na fantasia, por meio de revistas, filmes, piadas e jogos sexuais, desvinculada de romance e afeto, que assim, se torna distinta da socialização que as meninas recebem (URRA 2014, p. 126-127).

Como se pode ver, os homens vão construindo um cenário de dominação, orientados por uma teia de valores culturais e simbólicos que manifestam-se desde a constituição das suas primeiras relações, seja com as mulheres ou com os demais homens e meninos. Desse modo, a constituição dos homens dá-se por meio de um conjunto de práticas sociais e de formas de subjetivação misóginas e falocêntricas, ou seja, centradas não apenas no fato de terem pênis propriamente, mas no sentido de possuírem esse conjunto de privilégios culturais e simbólicos, por serem homens unicamente. Evidenciando, portanto, que há uma verdadeira recusa da feminilidade na forma como os masculinos constituem-se. Ao mesmo tempo, a virilidade, a prática da violência e o exercício da agressividade passam a ser institucional e socialmente naturalizadas e reforçadas, sendo um atributo que garante ou nega a inserção dos homens nos espaços e relações com os demais.

Para Januário (2016), desde os estudos evolucionistas no contexto do século XIX, a reflexão em torno da masculinidade vem orientando-se por paradigmas naturalistas que a concebem como uma espécie de consequência biológica na constituição dos homens. O modelo em questão, por sua vez, limita-se apenas a existência do “falo” – do pênis. Assim, passou-se a ser institucionalizada, sobretudo através dos discursos sociais e científicos, a concepção de que o comportamento e a personalidade dos homens seriam traçados a partir dos seus atributos físicos – força, coragem e virilidade, articulados ao caráter biológico, desse modo, que a diferença entre os sexos seria oriunda de uma irrefutável estrutura biológica naturalizada.

Pierre Bourdieu (2014), ao tratar da dominação masculina, em especial da *virilidade* dos homens, a encara como algo relacional, ou seja, na relação com os outros homens, precisando que o comportamento individual seja validado pelo grupo de “verdadeiros homens”. A virilidade é então uma cilada, pois precisa ser reafirmada em qualquer circunstância, de forma que o “verdadeiro homem” é aquele que encontra-se à altura das condições e possibilidades que lhes são ofertadas, fazendo crescer sua honra e glória no contexto público. Assim, a virilidade é bem mais que a capacidade reprodutiva, sexual e social, liga-se também a aptidão ao combate e ao exercício da violência, especificamente nos casos de vingança.

Segundo Stoller, citado por Boris (2002), as sociedades e culturas adotam para os homens um paradigma de masculinidade que estrutura-se principalmente na força, coragem, dominação e no repúdio a toda e qualquer manifestação feminina e de passividade. É nessa construção que a violência, nas suas mais variadas formas de expressão é naturalizada,

sobretudo, contra as mulheres, concebidas historicamente como propriedade dos homens e “sexo frágil”.

As figuras de Deus e da religião aparecem nas falas dos interlocutores do estudo, engendrando as diferenças como aspectos que convertem-se e reproduzem desigualdades. Em dois momentos nos discursos de Plutão, por exemplo, quando questionado sobre o que é ser macho ao que ele afirma: “A própria religião muitas vezes influencia isso de maneira negativa, uma interpretação que se temos na Bíblia que a mulher derivou do homem, então isso faz com que ela sempre fosse submissa”.

Em seguida, quando indaguei sobre quais seriam os comportamentos ideais de um homem e uma mulher, na convivência doméstica, para que não ocorra violência, ele me diz:

(...) Se você levar pra questão bíblica Jesus disse que amar ao próximo quanto a ti mesmo, então às vezes eu digo muitas vezes não é necessário amar, mas respeitar o próximo como ele é. Então hoje na família o que tem que haver é o respeito entre o casal e você também implantar isso perante os seus filhos para que eles respeite também, assim como você também tem que respeitar a esposa, o esposo ou a mulher, respeito também aos filhos. Porque muitas vezes a violência é contra a mulher, é contra os filhos, é contra outras pessoas, então a violência muitas vezes por questões de respeito tá ocorrendo né e crescendo cada vez mais (Plutão, economista, 54 anos).

Embora não apareça de forma tão incisiva, a fala de Mercúrio aponta a figura de Deus como quem “o livrou” por diversas vezes de conflitos frente à naturalização dos seus comportamentos machistas que objetificaram as mulheres, em momentos de descontração e lazer, quando disse-me:

(...) Eu não sabia que qualquer ato que violasse o corpo daquela mulher ali era um ato criminoso que o *homi* poderia responder sobre esse fato né, quantas e quantas vezes eu creio que foi Deus que me livrou eu poderia ter, tá aí vivendo um inferno maior do que eu já tô vivendo na minha vida, tendo em vista que quantas e quantas vezes já vi determinadas situação de a mulher, muitas vezes, partir pra cima de mim num determinado evento, por ciúme, e se eu tivesse agredido ela naquele momento ali eu teria entrado numa situação difícil num é? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

As falas apontam como discursivamente a figura de Deus é usada como forma de cristalizar e naturalizar lugares sociais de gênero, sobretudo no campo familiar, de forma que oprime e subjuga as mulheres, colocando o homem numa condição de destaque e superioridade nessas relações. Ao mesmo tempo, os discursos destes homens deixam claro que, embora o homem tenha atitudes censuráveis e até condenáveis, em nome dessa figura

divina ele não sofrerá sanções, até porque está escrito na Bíblia e isso é tomado como uma verdade quase absoluta por parcela significativa das pessoas. A fala de Mercúrio é ainda mais complexa, pois ativa os valores culturais de posse e poder quase naturalizados que legitimam o domínio masculino sobre os corpos femininos, aparecendo ainda um ato falho no escopo do seu discurso ao dizer não saber ser criminoso e usar o termo violar. A utilização do termo por si só já denota certo conhecimento sobre a questão da violência.

Para Albuquerque Júnior (2010, p. 3), “O corpo masculino pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa, é um corpo censurado e instrumental, um corpo docilizado, um corpo com medo de corpos”. A compreensão do autor faz-me acreditar que a tradição judaico-cristã tem historicamente desempenhado relevante papel na manutenção de oposições binárias, manifestas não apenas nas relações entre homens e mulheres, como na negação de outras formas de ser e viver as sexualidades, como no caso da vivência homoafetiva, considerada um pecado imperdoável, uma vez que a lógica desta tradição é a reprodução da “espécie humana”. No tocante a relação homem/mulher, isso também evidencia-se, uma vez que o homem representa Deus e a santidade, enquanto que a mulher é a figura da carne, do pecado, a indutora do homem ao erro e ao que é mundano, dessa forma, creio que isso acaba servindo para a manutenção de lugares desiguais de gênero, potencializando hierarquias nas formas como nos inserimos na vida e nas instituições sociais.

Januário (2016), dialogando com o que pensa Laqueur, historiciza a dominação masculina, diz que até meados do século XVIII, contexto da Idade Moderna, ainda prevalecia o modelo de “sexo único”, orientado pela ideia de que homens e mulheres detinham a mesma natureza biológica. Assim, desde a Grécia Antiga até o Renascimento, esse era o paradigma utilizado para analisar os corpos, em que a estrutura de normalidade era o masculino, especificamente no que se refere à reprodução, sexo e orgasmo. Os corpos, uma vez análogos, eram diferenciados pelo grau de perfeição, e não pelo caráter natural. Disso, emergiram as normas de diferenciação dos sexos, fertilizando a ideia de que a mulher era um homem imperfeito ou invertido, e que os órgãos genitais femininos seriam o modelo do corpo de um homem, estando à genitália internamente.

Conforme Laqueur (2001), o século XIX marca a transição do “modelo de sexo único” para um paradigma orientado pelo essencialismo fundamentado na ideia de dois sexos. Nos bastidores desse processo acaba evidenciando-se o caráter ideológico e político dado ao biológico. Dessa forma, a transição do século XVIII para o XIX marca a gênese da concepção do dimorfismo sexual, ou seja, do reconhecimento de dois sexos, embora isso não tenha afetado substancialmente a dominação masculina.

Tomando como base as discussões a que me proponho e venho fazendo ao longo deste capítulo, e em consonância com a problemática da pesquisa, penso que é necessário problematizar como e em que lugar essas relações desiguais de gênero e dominação dos homens manifestam-se no campo das suas vivências. Ao mesmo tempo entender quais os sentidos que os homens atribuem a esses lugares sociais de gênero, cultural e historicamente naturalizados, respaldados, sobretudo discursivamente nas mais diversas instituições sociais; e como estes discursos atravessam a constituição das subjetividades e identidades masculinas.

1.3 “E então tudo são violências, a maneira de muitas vezes a gente achar que a mulher não pode fazer aquilo e o homem pode fazer”¹⁶

*Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter
Que nada
Minha porção mulher, que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É que me faz viver
(Trechos da música “Super homem”, Gilberto Gil, 1979).*

Nesta sessão, proponho-me a compreender como as desigualdades e lugares cristalizados de gênero ressoam na fala dos entrevistados da pesquisa, sobretudo no que se refere às relações familiares e de trabalho, especificamente no que concerne às atividades domésticas. Embora os interlocutores reconheçam as mudanças estruturais pelas quais vem passando as sociedades nas últimas décadas, e o quanto isso tem reverberado qualitativamente nas relações e instituições sociais, ainda acabam relegando as mulheres ao espaço do doméstico e privado, reiterando históricas e culturais dicotomias entre homens e mulheres.

É bastante comum ouvirmos falar hoje em uma crise da masculinidade que traz consigo a ideia de um “novo homem”, que não aquele rústico e violento que estamos acostumados a imaginar. Na sessão anterior já discuti um pouco como essa perspectiva de um novo homem aparece nos discursos dos interlocutores, quando tratei da diversidade sexual e de gênero. Vale dizer que esse outro sentido conferido ao homem dos dias atuais vem manifestando-se por vários aspectos, dentre eles, as denúncias dos feminismos acerca da

¹⁶ Fala de Plutão, 54 anos ao tratar da relação entre homens e mulheres no contexto familiar.

subordinação/opressão das mulheres, sobretudo entre as décadas de 1960/1970 na chamada segunda onda do feminismo, a inserção cada vez mais expressiva das mulheres na vida pública e, sobretudo no mundo e relações de trabalho, e o aumento do debate sobre diversidade sexual e de gênero. Essa gama de transformações contribui, dentre outros elementos, para colocar em questão o paradigma de masculinidade estruturado na virilidade e violência.

Sobre ser macho, julgo necessário seu entendimento, uma vez que Mercúrio difere dos demais interlocutores, articulando a ideia do homem ao trabalho e ao provedor da família, então ele afirma:

Não, no meu ponto de vista um caba macho é aquele que é trabalhador, um cara que procura não depender de ninguém pra ter o seu próprio sustento e, por exemplo, sustentar a sua companheira. Um caba macho pra mim não é aquele que tem um bigodão, aquele que quer aparentar pras pessoas que é violento, que é brabo num é? Fazer cara feia, não. Um caba macho pra mim é aquele que enfrenta as dificuldades da vida e mete a cara ao trabalho e consegue tudo na vida através do seu suor, né?

A fala de Mercúrio acerca do homem, do macho enquanto o trabalhador, o provedor da família, precisa ser problematizada, uma vez que traduz a histórica hierarquia do homem sobre a mulher, definindo lugares de gênero ainda cristalizados, sobretudo na esfera familiar. Outra questão pertinente é que ele rompe com alguns estereótipos atribuídos ao masculino, conforme comumente se faz ao tomarmos a figura de um macho no imaginário social. Mercúrio encontra no trabalho o marcador decisivo para a definição de um macho na família e na vida social.

Para Nolasco (2001), o trabalho, centrado na ideia do homem como provedor, a violência, manifesta na agressividade, o pleno exercício da sexualidade, uma vez que a sexualidade reprimida deve ser a da mulher, integram bases para se pensar as formas de “ser homem” em sociedade.

Conforme Osterne (2011), as desigualdades de gênero alicerçam-se na prevalência cultural e histórica do masculino, orientadas pela “lógica” da diferença biológica entre os sexos. Trata-se de uma ordem social, material e marcadamente simbólica que inferioriza e subjuga as mulheres em vários campos da vida humana, inclusive, no mercado de trabalho. Isso porque, aos homens, atributos como razão lúcida, a tomada firme de decisões e a inteligência são dados como aspectos naturais, enquanto que as mulheres devem desenvolver elementos como sensibilidade, sentimentos e suas ações serem orientadas pelo coração.

Seguindo este fio de análise, a separação do trabalho produtivo e reprodutivo, tendo como pano de fundo as relações desiguais de gênero, sobretudo expresso nas tarefas domésticas, foi outro aspecto que evidenciou uma clara naturalização dos privilégios masculinos, bem como, negação do trabalho doméstico feminino enquanto trabalho. Acredito que, oriunda dessa separação público/privado, tende-se a reconhecer e valorizar o trabalho público e produtivo do homem, em detrimento das atividades femininas. Mercúrio então diz:

Às vezes as pessoas, muitos homens acham que caba macho é aquele que a primeira palavra é a dele e a última, que a sua companheira tem que aceitar aquilo que ele tá dizendo, num é? Tem até um comportamento que meu pai tem que eu num aprovo, que, por exemplo, às vezes tem um controle da televisão, alguma coisa próximo dele, ele ali não, ele chama as pessoas pra fazer, pegar aquele controle, pegar aquela toalha, aquela sandália ali né? E quer dizer, às vezes a atitude começa assim e as pessoas confundem né “Ah por que eu sou o homem, eu sou o homem da casa, eu sou o caba macho, tem que ser do jeito que eu quero e num é dessa forma né?”

Essa naturalização dos privilégios masculinos na dinâmica da família evidencia-se também em outras falas, como a de Plutão:

A gente foi muito assim educado de que a mulher *tava* ali sempre por trás do homem, então a gente achava que sempre era superior. Até a própria religião muitas vezes influencia isso de maneira negativa, uma interpretação que se temos na Bíblia que a mulher derivou do homem, então isso faz com que ela sempre fosse submissa. Eu acho que essa questão cultural nossa influencia muito, até mesmo por parte você ver, as próprias mulheres elas são julgadas pelas próprias mulheres, porque a mulher ela tem que acatar, ela é mulher ela tem que ser submissa porque o homem é assim mesmo, essas coisas todas. (Plutão, economista, 54 anos).

Na fala em questão merece destaque, além da desigualdade de gênero, o conflito e rivalidade a que as mulheres também estão suscetíveis, embora num primeiro momento a competição apareça como um traço constitutivo apenas da sociabilidade dos homens, as mulheres também encaram em muitas situações, as outras mulheres como suas “concorrentes”, sobretudo nas disputas afetivas.

Sobre a rivalidade entre as mulheres, Mercúrio, 43 anos em dado momento diz-me:

(...) “E tem mulher que também ainda são como diz o nordestino né “Mulher é porreta né, não aceita perder o marido pra outra mulher”, não aceita e, muitas vezes, desce o pau na rival, chega ao ponto até mesmo de tirar a própria vida da rival por conta que mexeu com a família dela, mexeu com *homi* dela” (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

É preciso dizer que corriqueiramente uma disputa, um jogo amoroso em que duas mulheres confrontam-se “por um homem”, além de ser um conflito incitado socialmente, possui uma funcionalidade para a manutenção da masculinidade. Uma vez que marca o poder sexual que um homem tem, inclusive como gerador de conflitos e possuidor de mais de uma relação afetivo-sexual de forma paralela.

Para Araújo (2016), as memórias femininas, no que se refere ao amor, corpo e sexualidade, orientam-se para serem suprimidas e esquecidas na educação das mulheres. Por outro lado, os homens foram educados para não apenas vivê-las e cultivarem, como, sobretudo para torná-las públicas, contribuindo para que eles fossem por um longo período histórico tidos como os únicos sujeitos da história.

Acredito pertinente acrescentar que essa publicização das vivências especificamente sexuais funciona como uma política de inserção ou negação dos homens entre seus grupos, servindo como uma validação da virilidade a quantidade de corpos por eles colecionados e apresentados para o crivo dos demais. Se, por um lado, os homens validam sua masculinidade objetificando os corpos femininos através da quantidade, divergente disso, uma mulher que possui muitas memórias e vivências afetivo-sexuais cai mais comumente no campo da desvalorização e desprestígio social. Refletindo, portanto, como os símbolos e códigos de gênero circunscrevem as memórias e lugares que homens e mulheres podem ocupar na vida social, afetiva e sexual.

Ainda no tocante às desigualdades de gênero e desvalorização das atividades femininas, especialmente nas relações familiares, diz Saturno e Terra:

Ela puder compreender mais o esposo né porque, por exemplo, se o *homi* trabalha, se ela é somente do seu lar, quer dizer ela ter mais um tipo de (...) mais um respeito, de compreensão, de entender algumas coisas, o motivo né? A mulher não pergunta às vezes como o marido passou o dia né, como foi o trabalho, tem esposa que o marido chega não faz conta se tem roupa limpa pro *caba* tomar um banho né, se vestir, se tem isso aquilo outro, quer dizer é esse tipo de coisas que termina acabando o seu relacionamento né?” (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Proteção, proteção como educador, como um grande vamos dizer assim um líder, um líder que tem em sua companheira sua grande auxiliadora. Se você parar pra analisar o homem ele sempre toma as decisões dentro de casa, isso aí desde que o mundo é mundo, na minha casa quando eu era criança era assim, acredito que na sua também, mas se a gente parar pra analisar até na minha casa eu como chefe de família, se a gente parar pra analisar a decisão que o pai, o chefe, que o líder toma é sempre com base no que a mulher orienta, eu digo isso sem medo, sem vergonha, eu não tenho a menor vergonha (...). Minha esposa passou quatorze anos casada comigo, quatorze anos sem trabalhar por que foi decisão dela cuidar da casa enquanto eu

trabalhava, mas isso aí foi em comum acordo e foi ela que se pronunciou, se pronunciou em relação a isso, não foi nenhuma imposição (...) A mulher que é sábia ela tem a família na mão, ela é a grande, na realidade mesmo não trabalhando uma mulher sábia ela é a grande provedora da família, provedora não é só aquela pessoa que coloca o dinheiro, você colocar ordem dentro de casa, cuidar da sua casa é muito mais difícil e geralmente esse trabalho, esse papel é exercido pela mulher, então eu acho que a mulher é a grande líder de uma casa. Uma mulher sábia ela conduz o seu casamento, o seu marido da forma que ela achar se for realmente sábia pra o melhor caminho (Terra, policial militar, 37 anos).

Duas questões são pertinentes a serem pontuadas frente às compreensões acima. A primeira, que os homens naturalizam o trabalho doméstico feminino, reiterando o sentido do cuidado como um dos principais atributos femininos, negando, inclusive, que o trabalho doméstico das mulheres possui uma funcionalidade para o trabalho produtivo e manutenção do modo de produção em curso. A segunda, embora Terra já esteja separado judicialmente de sua ex-mulher conforme relatei na sua descrição, a lógica de apropriação sobre o corpo da mulher e suas atitudes ainda prevalece, sobretudo quando ele faz uso do termo “minha esposa”, sem possuir mais nenhum vínculo afetivo com ela, embora soe num primeiro momento como força do hábito ou costume pelo tempo de vivência conjugal, percebi no seu discurso em toda a entrevista o traço marcante da posse sobre sua ex-companheira, uma forma de mesmo na fala demarcar apropriação e poder sobre aquele corpo que “já lhe pertenceu”.

A questão da sabedoria na condução da família é outro elemento pertinente, uma vez que ressoa como um compensador, pois, embora ela não esteja nas relações produtivas de trabalho, pode desenvolver a sabedoria necessária para auxiliar nas decisões do homem, que na visão de Terra, é o grande chefe da família. Assim, embora os interlocutores reconheçam que as mulheres possuam importância e lugares relevantes nas relações familiares, suas falas recorrem a (re) produção de desigualdades de gênero perpetradas histórica e culturalmente.

Conforme Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000), em nossa sociedade as atividades da esfera doméstica são tomadas como de responsabilidade das mulheres, independente da situação social em que encontrem-se, trabalhando ou não fora do lar. Quando estas atividades são desempenhadas por mulheres donas-de-casa, no âmbito da família, elas não são consideradas trabalho, passando a ser computadas pelas estatísticas enquanto inatividade econômica. No entanto, se estas mesmas atividades forem desenvolvidas por alguém contratado para este fim, tendo como fio condutor remuneração de bens ou espécie, suas atividades passam a ser concebidas enquanto trabalho, mediante o rótulo de serviço ou emprego doméstico.

Ainda sob este raciocínio, a relação entre mulher e trabalho, sobretudo nas últimas décadas em que as mulheres vêm cada vez mais inserindo-se nas atividades produtivas para além do lar, foi outro aspecto que reverberou nas falas dos entrevistados, deixando claro como essa realidade tem contribuído para uma reorganização das relações de gênero. Nesse sentido, Plutão deixa claro em dois momentos da sua fala como as mulheres vêm cada vez mais conquistando lugares no mercado de trabalho marcadamente tido enquanto um espaço de homens. Assim:

E a mulher evoluiu, a sociedade evoluiu e essas relações têm que evoluírem num é? Hoje em dia a mulher ela trabalha, ela adquiriu conhecimento, tá buscando uma carreira profissional, então tem que haver esse respeito independente de *homi* ou mulher. Isso volto a dizer com educação a gente vai mudar isso (Plutão, economista, 54 anos).

Na esteira desse entendimento segue afirmando:

O respeito entre os dois, sem um querer se sobrepor ao outro, porque não existe uma superioridade de um homem sobre a mulher, ou de uma mulher sobre o homem também, porque é como se diz mesmo que a mulher esteja às vezes numa situação superior ao homem, ou *vamo* dizer assim superior no sentido de (...) ela está bem remunerada, mais do que o *homi*, isso não leva também a ela desrespeitar não, ou também o *homi* se achar ofendido porque ele ganha menos de que a mulher, e num pode haver uma relação em que (...) então do lado da mulher eu acho que ela tem que tá preparada muitas vezes pra que ela pode também ter um relacionamento com um homem que ganhe menos de que ela. Porque, muitas vezes, o homem também é cobrado “Ah você num pode mais, eu quem mantenho a casa, num é, eu que ganho mais que você”. Então esse respeito também tem que partir da mulher, porque ela tá em busca dessas conquistas num é de valorização profissional, tudo isso, mas quando ela chegar até aí, também que ela não haja conforme o *homi* sempre agiu num é, porque senão a gente vai ter uma eterna briga de classes (Plutão, economista, 54 anos).

Entendimento semelhante costura outros discursos dos depoentes, especialmente Mercúrio e Terra:

Que elas tem o direito também como todo *homi* tem, daí automaticamente passaram a querer fazer as coisas que pra muitos homens isso é inaceitável né? E daí como ainda existem muitos homens ainda que ainda tem a mente ainda fechada pra isso, acham que mulher é pra tá em casa, na beira de fogão né, mulher é pra tá criando os filhos e que eles é pra tá trabalhando pra dar o sustento né. Como as mulheres querem ter o seu, como é que eu posso chegar e dizer seu livre arbítrio de poder trabalhar, de ter seus direito, querem conquistar seus direito, isso tem gerado um conflito na cabeça de muitos *homi* (...) Então com essa questão do crescimento do (...) como é que diz, algumas mulheres do feminismo, as mulheres querem de toda forma mostrarem que elas também podem fazer tudo aquilo que o *homi* faz e daí

terminam muitas vezes pagando um preço muito alto que terminam carregando pro resto da vida né (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Conheço muita gente que se sente mal porque as mulheres estão dominando o mercado que era predominantemente masculino (...) Eu como policial fico feliz quando eu vou trabalhar e na minha equipe tem uma mulher fardada que vai exercer a mesma função que eu, que é o de arriscar a vida em prol de uma pessoa que nós não sabemos quem é. Muitas mulheres vêm me perguntar “Ei, como é que eu faço pra entrar na polícia?” Aí eu oriento, eu fico feliz quando entro num tribunal e eu vejo uma juíza no lugar de um juiz, vejo uma mulher exercendo a função de promotora no Ministério Público, que é o órgão responsável pelo cidadão. Isso há alguns anos atrás, eu perdi meu pai com doze anos, meu pai faleceu em 1992, meu pai não chegou a ver isso, naquela época era um Brasil totalmente masculinizado, eu não vou dizer machista, mas era masculinizado. E eu me sinto feliz em tá vendo essas transformações e eu faço questão de mostrar ao meu filho, nós *tamo* passando né num período eleitoral, essa semana nós estávamos conversando e eu *tava* dizendo ao meu filho que tinha um tempo que a mulher não podia votar e hoje a mulher pode ser presidente e já foi num é? E eu fico feliz cara (Terra, policial militar, 37 anos).

As conquistas das mulheres nas últimas décadas apontam para novos horizontes e perspectivas, no que tange às relações de gênero desiguais. É inegável que isso tem gerado processos de descontinuidades frente a relações que vem se (re) produzindo historicamente. Apesar disso, as conquistas feministas e das mulheres como um todo implicam não apenas um conflito e desconforto para os homens, que sentem-se verdadeiramente ameaçados ao verem seus lugares de prestígio, quase que naturalizados, serem gradativamente divididos com as mulheres, conforme os entrevistados afirmam. Acrescentaria a questão da violência, pois acredito que muitos homens sentem-se não apenas desconfortáveis com o avanço das mulheres, como também no direito de exercerem violência verbal e até física por verem que seus domínios possuem hoje algumas fronteiras. Ao tomarmos as relações familiares e de trabalho como exemplo, a mulher ter renda maior que o homem, ser a provedora da casa ou chefiar e liderar uma equipe e a própria família desestabiliza não apenas lugares de gênero, como relações de poder, podendo gerar situações de violência.

Bruschini e Lombardi (2000), apontam que a presença expressiva das mulheres nas áreas científicas e artísticas visíveis nas últimas décadas, dá-se em articulação com os movimentos políticos e sociais ocorridos no recorte temporal de 1960 e 1970, a que merece destaque o movimento feminista. As mudanças nos valores culturais oriundas dos movimentos em curso contribuíram também na expansão no nível de escolaridade das mulheres e, na esteira desse processo, na inserção significativa das mulheres no 3º grau de ensino, num rol diversificado de carreiras universitárias.

Conforme Cabral, citado por Amorim (2008), uma das principais questões tensionadas pelo movimento feminista centra-se nas relações desiguais no tocante ao trabalho. Isso porque historicamente a identidade masculina esteve intimamente articulada à ideia do homem enquanto o provedor, o responsável pelo sustento do lar. O feminino, por sua vez, esteve relegado à esfera da domesticidade, estando as mulheres na incumbência da maternidade, reprodução e subjugação sexual. Essa concepção desigual orientou os tensionamentos do movimento feminista, uma vez que, se as mulheres fossem relegadas apenas ao que é do doméstico, permaneceriam dependentes dos seus cônjuges, mais que isso, viveriam subjugadas no que tange aos aspectos profissional, econômico e sexual. Ao mesmo tempo, o autor levanta a ideia de que a tradição patriarcal é responsável pelo estabelecimento de uma relação dicotômica, em que o homem exerce a função de ativo, e a mulher a condição de passividade. Ao haver uma mudança nessas relações e lugares sociais, sexuais e de gênero, em que a mulher sai da condição de dependência financeira do homem, paralelamente ocorre uma perda de poder por parte do homem.

As questões que envolvem as masculinidades são complexas. Julgo então necessário pensar como vem se dando a constituição destes estudos. Para isso, situo meu raciocínio entendendo que o desenvolvimento do gênero enquanto categoria de análise, imbricado com as lutas feministas, são basilares para pensarmos as masculinidades. Se os lugares sociais de gênero estavam cristalizados, foram as feministas que desestabilizaram essa realidade até então naturalizada, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, afetando substancialmente não apenas as relações entre mulheres e homens, como entre os próprios homens que defrontaram-se com um cenário de avanço das conquistas e direitos das mulheres.

Ao longo deste capítulo os depoentes foram costurando seus discursos apropriando-se das questões de igualdade de gênero e da agência feminista, embora ativem nas suas falas e práticas sociais matrizes sociais, culturais e históricas que lhes dão prestígio e ascensão social pelo simples fato de serem homens.

Tomando por base as questões aqui discutidas, proponho-me no próximo capítulo a analisar os sentidos que os homens atribuem à violência doméstica; por quais razões fizeram uso da força nas suas relações conjugais e quais os entendimentos que na visão deles levam os homens de forma geral a agirem de forma violenta.

CAPÍTULO II – “TEVE BRIGA E ELA DISSE “EU VOU EMBORA”. AÍ EU JOGUEI AS COISAS DELA, QUEBREI OS TROÇOS, SOMENTE”.¹⁷

*Eu quero levar
Uma vida moderninha
Deixar minha menininha
Sair sozinha
Não ser machista
E não bancar o possessivo
Ser mais seguro
E não ser tão impulsivo
Mas eu me mordo de ciúme
Mas eu me mordo de ciúme
(Trechos da música “ciúmes”, de Ultraje a Rigor, 1985).*

O problema da violência parece fazer parte do cotidiano, sua ocorrência envolve os homens expressivamente. Seja no trânsito, no trabalho, nas cidades de pequeno porte, nos espaços públicos ou na vida privada, não é difícil encontrar relatos de violência. Dada a sua incidência, falar sobre esta questão vem transformando-se em um assunto comum e até banal, desta forma acaba soando em algumas situações e discussões como algo natural, pois, parece não impactar significativamente grande parte das pessoas no escopo das suas relações.

Após compreender os sentidos que os depoentes atribuem às suas masculinidades, julgo pertinente tratar especificamente das questões de violência. Como este aspecto costura suas práticas discursivas e sociais, permeadas por relações de saber e poder ao protagonizarem situações de violência doméstica.

Portanto, ao longo deste capítulo busco analisar os sentidos que os homens atribuem à violência doméstica e familiar contra a mulher; quais as motivações masculinas para agirem com violência; o que especificamente os levou aos conflitos em que foram protagonistas; quais os comportamentos ideais de homens e mulheres, para que não ocorra violência no tocante à vivência conjugal; e, por último, de forma mais generalista, compreender a partir da ótica dos depoentes, quais as razões de ocorrer no Brasil tantos casos de violência contra a mulher.

¹⁷ Marte, 38 anos, apresenta-me essa narrativa ao ser questionado sobre os aspectos que motivaram o conflito com sua companheira.

2.1 “Foi negócio de casa, bagunça, quebrei os troços, mas num teve agressão, não”.¹⁸

*Eu sei como pisar
 No coração de uma mulher
 Já fui mulher eu sei
 Já fui mulher eu sei
 Para pisar no coração de uma mulher
 Basta calçar um coturno
 Com os pés de anjo noturno
 Para pisar no coração de uma mulher
 Sapatilhas de arame
 O balé belo infame
 (Mulher eu sei, Chico César, 1995).*

Debruço-me sobre estas questões, tendo como pano de fundo as relações desiguais de gênero, que, por sua vez, tendem a naturalizar binarismos e dicotomias no tocante aos comportamentos dos masculinos e dos femininos, em que a prática da violência por parte dos homens é não apenas incentivada como naturalizada enquanto comportamento próprio deste universo. Nesta procura de respostas, perguntei aos depoentes o que entendiam sobre violência contra a mulher, no que Terra respondeu-me:

Olha violência contra a mulher é um termo bem abrangente né? Mas vamos dizer violência em si é tudo aquilo que ultrapasse os limites do outro seja ele homem ou mulher, o meu limite termina onde o seu começa. Então se eu passar do meu limite e entrar no seu *tô* cometendo uma violência. Então se for uma mulher é uma violência, se for homem também é uma violência. Olha assim culturalmente, é mais a questão da agressão física, num é? Culturalmente. Mas eu creio que um grito, uma cara feia pra mim já caracterizou; aquilo que venha a desestruturar emocionalmente (Pausa para refletir) desestruturou emocionalmente, abalou o psicológico caracteriza (Terra, policial militar, 37 anos).

A fala em evidência denota as múltiplas formas de expressões da violência e, por isso, a sua abrangência e complexidade, sendo qualquer atitude que venha a violar a integridade, seja física, moral ou psicológica no campo das relações afetivas. Aliado a isso é evidenciado o caráter relacional que possui esta problemática, para além da relação binária homem/mulher, embora seja pertinente ressaltar que o uso da violência entre os homens serve como mecanismo para a manutenção do lugar que este irá ocupar, seja na relação com as mulheres, seja no contato com os demais grupos de homens, sobretudo aqueles tidos como “menos homens”, por exemplo, no caso dos homoafetivos, especificamente os considerados

¹⁸ Marte, 38 anos, colocou-me essas questões antes mesmo de começar a sua entrevista.

“afeminados”. Percebe-se que a narrativa procura esvaziar sua condição pessoal, enquanto autor de violência, ao tratá-la de forma genérica reconhecendo suas várias formas de expressão. Mais que isso, há uma apropriação discursiva dele em face ao que preconiza textualmente ferramentas de proteção da mulher, como, por exemplo, a conceituação de violência trazida pela (LMP). Portanto, reside nesta fala uma contradição, uma vez que Terra compreende a violência a partir de um texto jurídico e os processos movidos contra ele envolvem agressão física e psicológica. Convém chamar a atenção que Terra possui graduação em direito e é policial militar, portanto, acredito que a questão da violência e suas formas de enfrentamento já tenham aparecido para ele, seja pelo viés teórico ou da prática profissional, enquanto agente de segurança pública.

Nesse sentido, reza a (LMP) no seu artigo 5º “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Fazendo recorte na violência doméstica e familiar contra as mulheres, conceituando-a como qualquer ação ou omissão que manifesta por questões de gênero venha a causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou ainda dano moral ou patrimonial a mulher (BRASIL, 2006).

Outro aspecto pertinente na narrativa de Terra é que, apesar de ter apresentado como as manifestações comportamentais e corpóreas também sinalizam aspectos violentos, há claramente referência à agressão física como sua forma majoritária, especialmente contra as mulheres, tornando-se um marcador discursivo que reverbera em outras falas dos interlocutores. No discurso de Saturno, por exemplo, é pertinente analisar como ele integra uma teia de antagonismos e contradições, pois, embora aparente manifestar inicialmente certa inquietude frente a irrefutável realidade dos casos de violência contra a mulher, quando indagado sobre o que acredita ser e os aspectos que motivam esta violência, acaba incorrendo no essencialismo ao atribuir a agressividade como um aspecto da “natureza” dos homens. Desse modo:

Existe da razão de o *homi* já ser agressivo, você entendeu? Quer dizer, a minha criação é o seguinte, meu pai, meus pais não me batia né? (...) Até hoje meus filho nunca *dissero* assim meu pai deu uma tapa em mim, pessoal ganha tudo no grito né (risos), tá entendendo? Então meu pai ganhava a gente na razão né aquela coisa de não querer bater, mas sempre aquele carrasco tá entendendo? De ele olhar pra você e você já ficar ali *queto* (risos). (Pausa para refletir) Aí mais o que ponto pra eu que não sou agressivo pra eu chegar numa situação dessa tinha que ser o extremo de uma pessoa muito assim uma agressão muito forte pra eu chegar o termo de de (...), *tô* falando no que aconteceu, no que eu acabei de falar eu só dei aquele

empurrão e fui *mimbora*, quer dizer quando é um *homi* que ele é agressivo, tudo que se uma esposa falar até no *mei* da rua mesmo, se uma mulher falar alguma besteira ele quer bater, porque aquilo dali já é um instinto dele né? Eu acredito de agressividade, tá entendendo? Aí quer dizer qualquer coisa que uma esposa falar pra ele, se torna como se fosse ameaçador né, então quando a pessoa se sente ameaçado a vontade dele é de partir pra cima você entendeu? Aí a minha opinião é essa (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

A narrativa de Saturno não apenas naturaliza e nega sua atitude violenta, como insere tal prática como própria da forma de ser e portar-se dos homens que não admitem qualquer contestação, eminentemente das mulheres. Assim, cristaliza os lugares sociais de gênero postos a homens e mulheres, como legitima a agressão dos homens contra as mulheres, utilizando-se de um marcador biológico-natural. Na esteira desse processo, o fio condutor da violência seria qualquer atitude que viesse a ameaçar o homem, nesse sentido, seu discurso é costurado pela autodefesa do masculino, sobretudo quando seu domínio for contestado. Outro aspecto pertinente é que Saturno nega-se como agressivo, tendo como parâmetro o fato de não agredir os seus filhos, apesar de, na mesma fala, de forma naturalizada e contraditória, reconhecer ter feito uso de violência física contra sua ex-companheira. Ao mesmo tempo, implicitamente manifesta que existem outras formas corpóreas de intimidação dos comportamentos, seja através do olhar intimidatório do seu pai durante a sua infância/adolescência, ou ainda, através do canal verbal para se obter algo através do grito, por parte das pessoas atualmente. Portanto, Saturno faz-me perceber que o corpo é movimento, linguagem - fala sobre e por nós, bem como, que exerce poder e controle nas nossas relações, ainda que de forma bastante sutil.

Saturno recusa a violência enquanto marca constitutiva da sua produção discursiva e prática, mas inicia sua narrativa alocando esta questão no plano do inato/biológico, inserindo-se numa teia de contradições. Para Nascimento (2001), o abandono do termo “agressor” apresenta-se como uma questão basilar ao tratar da problemática da violência contra as mulheres. O termo em questão não apenas qualifica aquele que comete o ato da agressão, como também acaba atribuindo esse comportamento como sendo constituinte do sujeito. Nesse sentido, ser agressivo e, logo, ser agressor, faz parte da identidade masculina. Sem objetivar incorrer na produção de um eufemismo, o autor propõe e utiliza o termo “autor de violência”, pois eleva a questão para o plano social, político e cultural, ampliando a discussão sobre violência, agressão e agressividade. Fazer esse movimento não apenas numa perspectiva conceitual, permite pensar o comportamento violento dos homens como resultado da

articulação de aspectos de ordem social, situacional e pessoal, e não apenas como algo que possui uma única causalidade, seja ela biológica ou psicológica.

De acordo com Oliveira e Gomes (2011), muitos homens que cometem esses atos violentos até reconhecem essas práticas como censuráveis e abusivas. No entanto, contraditoriamente, afirmam ser algo tolerável e admissível. Muitos deles atribuem seu ato violento como oriundo da forma de ser e viver dos homens, que não aceitam ser contrariados. Outros são violentos como uma resposta educativa a determinados comportamentos femininos “intoleráveis” diante da cultura patriarcal.

As falas de Marte e Mercúrio, por sua vez, ainda remetem a violência exclusivamente ao aspecto físico, assim: “Rapaz, sei não, agressão né, agressão física, moral também. Eu nunca presenciei nenhum caso de violência contra a mulher não” (Marte, 38 anos). Embora Marte responda justamente por violência patrimonial, ameaça e prática de injúria no escopo da Lei Maria da Penha, conforme análise feita do seu processo, evidencia-se na sua fala apatia, negação e naturalização dos seus atos, ao não reconhecer-se enquanto agente violador de direitos, que foi preso em flagrante, acusado e julgado judicialmente pelos seus comportamentos agressivos.

Assim como fez Saturno, Mercúrio também retoma a sua história familiar como primária referência dos significados que ele produziu sobre violência contra as mulheres. Mais que isso, a narrativa de Mercúrio articula-se com a de Plutão, pois ambos dizem reconhecer como a prática da violência contra a mulher vem sendo institucionalmente naturalizada, ao dizerem:

Não quando fala violência contra a mulher eu entendo como aquelas agressões físicas, via de fato, aquelas que o *homi* chega a bater na mulher, humilhar ela né? Eu entendo que seja nesse aspecto aí né? Num sei é tão complicado, é tão estranho essa questão aí porque eu fui criado numa família que eu nunca vi meu pai levantar a mão pra minha mãe num é? Ele sempre foi ignorante, meu pai sempre foi uma pessoa ignorante, mas nunca chegou ao ponto de levantar a mão pra minha mãe, quer dizer pra mim, essa questão aí se torna até algo novo num é? A forma como as pessoas falam, talvez é tenha determinados tipos de atitude que dê a característica que a pessoa seja, que o *homi* seja um agressor. Por exemplo, soltar uma piada, eu num sabia que se soltar uma piada com uma mulher na rua você poderia responder sobre esse fato num é? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos)

Por sermos uma sociedade, o Brasil é muito patriarcal, então nós estamos há muito e muito tempo praticando violência contra a mulher em todos os aspectos, o respeito, a maneira de tratar, a maneira de se aproximar da mulher num é isso? Tem contribuído, a maneira de expor a mulher, ou, muitas vezes, achar que a mulher é como um objeto sexual, tratar né? (Plutão, economista, 54 anos).

Estas falas apresentam duas questões pertinentes a serem problematizadas. Primeiro, como as piadas com caráter machista e formas de tratar as mulheres travestidas de elogios ou cantadas sutis são perceptivelmente vistas nas ações cotidianas. Assim, não é difícil encontrar na vida pública um homem olhando, assobiando ou até tocando nos corpos femininos sem a menor autorização. O uso das piadas em especial serve entre os próprios homens, como estratégia de inserção e manutenção da participação destes entre os seus grupos. Embora muitos homens as naturalizem e as encarem como técnicas de aproximação com as mulheres, na esteira de sua ocorrência operam práticas discursivas, linguísticas e históricas naturalizadas pela sociedade num dado recorte histórico. Para os homens as piadas integram o rol dos atributos e comportamentos dos considerados “verdadeiros homens”, são práticas discursivamente naturalizadas e socialmente reproduzidas. Em contrapartida, não apenas expõem os corpos femininos como (re) produzem os estereótipos de gênero que objetificam as mulheres.

No artigo intitulado “Assédio sexual uma releitura para além das relações de gênero”, de Rachel Franzan Fukuda, publicado em 2012, a autora faz uma análise do trato dispensado aos crimes de assédio sexual no campo jurídico, tendo como orientação as relações de gênero, que são convertidas por assimetrias, constituindo assim desigualdades. Para a autora, a ideia do assédio sexual ser pensada somente no campo das relações de trabalho, obscurece o seu reconhecimento por parte da legislação, enquanto violência contra a mulher, e os jogos de poder que o caracterizam, uma vez que a vítima do assédio perde sua humanidade, sendo encarada enquanto coisa, ficando ainda vulnerável a situações vexatórias e de constrangimento. Disso decorre que, situações cotidianamente banais como as piadas, acabam, muitas vezes, não sendo reconhecidas enquanto assédio. Ao tratar dessa questão, aponta a dificuldade que as vítimas possuem em denunciarem o crime, o sentimento e alto índice de impunidade dos “agressores” nestes casos e, como os comportamentos das vítimas, sobretudo se forem mulheres, é levado em consideração nestes casos. Desse modo:

Essa é uma das razões para que, na sociedade brasileira, os casos de assédio sexual não sejam tratados a contento, visto que em nossa cultura, um homem deve fazer investidas sexuais a despeito das negativas ou da não correspondência feminina: um comportamento socialmente esperado para ambos. É papel do homem conquistar, e é papel da mulher fazer-se de “difícil”, pois caso contrário, a mulher sendo “fácil”, estaria revertendo a ordem do jogo e adotando um papel ativo que seria socialmente reprovado (FUKUDA, 2012, p. 10).

Como se pode observar, os jogos afetivos e sexuais são orientados por práticas simbólicas, discursivas e linguísticas a partir dos comportamentos e atitudes postas e esperadas de homens e mulheres na vida social. Nas buscas amorosas é esperado que os homens sejam incessantes nas suas investidas, enquanto que as mulheres devem ficar na espera dócil de serem cortejadas. Mais que isso, a transgressão de qualquer desses comportamentos, leva-os ao desprestígio social, pois não houve a positivação das suas práticas e lugares sócio-culturais.

Para Parker, citado por Desouza; Baldwin e Rosa (2000), as questões de gênero convertidas em diferenças refletem-se na linguagem cotidiana da sociedade brasileira, sobretudo no que concerne às diferenças sexuais. Assim, os processos de socialização são marcadamente sexuais e desiguais. No tocante ao universo masculino, é colocada aos machos a atividade de “comer”, demarcando território, perseguição, penetração, sendo sinônimo de possuir. A socialização das mulheres, por sua vez, orienta as fêmeas a função de “dar”, ou seja, confere o lugar de passivas, de parceiras sexuais receptivas. Disso pode-se dizer que o lugar sexual na relação confere e demarca esquemas de poder.

A segunda questão que julgo pertinente centra-se na fala de Marte, ao tomar como referência e reportar-se ao seu núcleo e história familiar como primária orientação para os significados por ele construído acerca do que seja violência contra a mulher. Embora seu entendimento tome como primazia a agressão física, apesar de não tê-la presenciado na relação entre os seus genitores, ele acaba por naturalizar o comportamento “ignorante” do seu pai com sua mãe, manifesto por outros veículos, o que faz-lhe negar que tenha presenciado violência contra a mulher pela não ocorrência da agressão.

Conforme a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2011), esta é uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos, uma vez que atinge frontalmente o direito à vida, à saúde e à integridade física. Homens e mulheres são afetados pela violência, embora eles tendam a sofrê-la majoritariamente nos espaços públicos, as mulheres vivenciam sua incidência, sobretudo nos lares, sendo esta violência, em sua grande maioria, praticada pelo companheiro, ex-companheiro ou por algum familiar. Trata-se de uma questão transversal à vida social, pois atinge mulheres de diferentes idades, origens, níveis de escolaridade e de todas as classes sociais, cabendo ao Estado o seu enfrentamento efetivo, especificamente através de políticas públicas.

Orientado pela definição da Convenção de Belém do Pará¹⁹, o conceito de violência contra a mulher utilizado pela referida política consubstancia que seja qualquer ação ou conduta que baseada no aspecto gênero, venha a causar morte, dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, quando sua ocorrência manifeste-se no espaço privado ou público, conforme disposição do artigo 1º.

Julguei necessário ainda entender quais as motivações, o que leva um homem a agir de forma violenta junto a uma mulher, a partir da ótica dos interlocutores. Embora acredite pertinente dizer que parto do princípio que em maior ou menor dimensão todos estão envolvidos nessa relação, exercendo ou não violência. Muito embora os danos, sobretudo físicos, psicológicos e patrimoniais, afetem majoritariamente as mulheres, exigindo delas o desenvolvimento de estratégias e táticas de resistências. Os homens depoentes acabaram atribuindo às atitudes e comportamentos das mulheres os motivadores da prática da violência. Nesse sentido, Plutão, afirma:

Olhe os fatores também que contribui um pouco é a nossa herança cultural, ela tem contribuído isso né? E a sociedade ela cobra muito do *homi* isso, que o *homi* tem que ser cabra macho, como é que pode vamos dizer o *homi* apanhar da mulher ou vice versa. Então como é que pode você apanhar da mulher, a mulher não te respeitar, ou você tem direito a tudo e ela não, ela tem direito só de criar os filhos e tomar conta de casa né. Então foi essa cultura que herdamos e que infelizmente contribui pra que a gente às vezes transmita de geração pra geração (Plutão, economista, 54 anos).

A fala indica como os códigos de gênero manifestam-se nas atitudes e comportamentos de homens e mulheres, tendo como pano de fundo a supremacia masculina. No tocante à violência em específico, chega a ser impensável que um homem venha a apanhar de uma mulher ou ser desrespeitado por ela, dada a herança cultural machista e patriarcal que historicamente serve como eixo orientador das relações. Mais que isso, uma mulher violenta e um homem como vítima da violência acaba por ferir não apenas essa matriz culturalmente desigual de gênero, como também a própria masculinidade de um homem que não aceita ser contrariado, eminentemente por mulheres.

Esse entendimento acaba ressoando também na fala de outro entrevistado, Mercúrio, 43 anos, por sua vez, diz-me que:

¹⁹ Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, ocorrida em junho 1994, em Belém do Pará, Brasil. Sendo em linhas gerais um dos mecanismos que reconhece a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos e, em que os estados pactuantes comprometeram-se a enfrentá-la.

Olha na minha opinião eu acho que eu falo pelo o que eu já vi e *pelumpouco* do que eu já vivi com essa mãe dessa minha menina né? Eu sou pai de quatro filhos, quatro filhas com quatro mulheres diferentes e eu nunca, eu nunca tive discussão, bate boca com nenhuma das mães das minhas filhas, a não ser essa né? O que eu acho que deva levar um homem a ser agressor às vezes, primeiro a bebida, muitos homens bebem, perdem o raciocínio do certo e do errado e terminam, muitas vezes, pagando *pelum* ato que vai ficar marcado pro resto da vida num é? Tendo em vista que muita das mulheres contribui para que o homem seja violento num é? Por exemplo, ciúmes desnecessário num é? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Julguei então necessário questionar o que uma mulher faz, quais são suas atitudes que “contribuem” e levam um homem a ser violento, ao que ele diz:

Porque muitos homens não admitem uma mulher partir pra cima dele pra querer bater no seu rosto num é? Eu sempre dizia pra minha que toda vez quando ela chegava em casa, ela num ato de brincadeira, ela tinha o costume de entrar dentro de casa e bater no meu rosto, dar tapa no meu rosto e, até muitas vezes, induzia a minha própria filha de quatro anos a ter esse tipo de atitude e eu dizia sempre a ela, eu dizia “Para de tá batendo no rosto dum *homi*, mesmo que seja de brincadeira, por que vai chegar um momento que tu vai querer fazer na vera e isso vai gerar um revide” (Pausa para refletir) “Ela partiu pra cima de mim com claras intenções de bater no meu rosto e eu empurrei-a. Como ela tinha bebido, perdeu o equilíbrio do corpo e tombou né, caiu, e nisso cortou, arranhou o cotovelo e o tornozelo (...)Então eu *tô* respondendo *pele* uma atitude dela né, algo que se ela não tivesse partido pra cima de mim eu com certeza eu não teria empurrado pra me esquivar né? Mas daí ela simplesmente ligou pra polícia, a viatura nos conduziu pra central e eu fui indiciado num crime de Maria da Penha (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Na fala de Mercúrio vários elementos são pertinentes de serem problematizados. Num primeiro momento, ele acaba reconhecendo que os homens tendem a fazer uso demasiado da bebida e, ao perderem o controle e a noção das suas atitudes, terminam agindo com violência frente à sua companheira. Em seguida e já na mesma fala, começa a pensar a situação violenta como relacional, embora culpabilizando e apontando as atitudes das mulheres como fios condutores para a prática violenta, tomando como exemplo o que julga ser ciúme demasiado da companheira.

Assim como Plutão, Mercúrio retoma os lugares e códigos de gênero e masculinidade, que tornam imaginável que um homem venha a sofrer violência por parte de uma mulher, sobretudo quando esta prática direciona-se ao rosto masculino. Disso passa a explicar como deu-se o cenário da prática violenta que o levou a ser acusado judicialmente pela (LMP), mesmo reconhecendo que sua atitude tenha violado fisicamente o corpo da sua ex-companheira. Atribuindo a ela não apenas o fato de ter sido por ele agredida, uma vez que

ela “brincava” batendo no rosto dele, como também o fato dele ter sido “marcado” para o resto da vida, tendo sido indiciado por crime de violência doméstica. Dessa forma, afirma que foram as atitudes da ex-companheira que fertilizaram o seu ato violento, negando-se enquanto autor de violência e, mais que isso, assumindo lugar de vítima na relação.

Para Le Breton (2009), o rosto, assim como os demais atributos sexuais, são concebidos como os mais importantes aspectos do corpo numa perspectiva social e cultural. Se acontecer de ser ferido ou afetado, requerendo cuidados especiais, causa grande transtorno e perturbação. Isso porque estes polos integram a identidade pessoal. No que se refere ao rosto em especial, este mostra-se como um capital do corpo, uma revelação do sagrado. Sua desfiguração priva, portanto, o sentimento de identidade pessoal.

Nas falas dos depoentes, o rosto masculino é tomado como território máximo de poder, lugar de honra para os homens, porém, embora reconheçam o valor social, simbólico e cultural que o rosto possui, e que, portanto, não deve ser violado, não conseguem estender a mesma compreensão para com os rostos femininos. Prova disso é que não é difícil encontrar notícias e assuntos cotidianos afirmando que uma mulher teve seu rosto desfigurado pelo atual ou ex-companheiro, o que faz-me acreditar que os rostos femininos circunscrevem jogos desiguais de poder, e que a violência perpetrada contra ele demarca também o sentimento de posse do homem sobre a mulher.

No artigo intitulado “Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal”, de Suzana de Magalhães Dourado e Ceci Vilar Noronha, publicado em 2015, fica evidente os jogos de poder e apropriação do rosto feminino nos casos de violência conjugal. Em pesquisa realizada em Salvador, Bahia, as autoras tiveram acesso a Boletins de Ocorrências e entrevistaram mulheres que tiveram seus rostos marcados pela violência. Apesar de apontarem significativa dificuldade de localizar trabalhos acadêmicos que tratem desta temática, os estudos apontam a prevalência da violência conjugal contra a mulher na cabeça, pescoço e, especialmente na face. Assim, o rosto feminino é o lugar mais atingido quando trata-se de violência conjugal.

As autoras ainda desmontam uma ideia que se espraia socialmente, e no escopo de alguns trabalhos acadêmicos, de que as altas taxas de lesões contra as faces femininas no tocante à violência conjugal, é porque esta é uma região corporal marcadamente desprotegida e de maior exposição. Para elas é preciso aprofundar esta questão, uma vez que um dano físico, em caráter temporário ou não, implica em questões complexas e singulares que agregam a violência física e também psicológica, uma vez que envolve humilhação, viola um

aspecto central na constituição das identidades pessoais, além de grave violação no que tange aos direitos humanos.

Com isso convém dizer que os homens, ao inserirem-se na esfera da violência nos mais variados espaços, são também, produto-alvo dessas relações hierárquicas de poder. Assim, os mesmos esquemas de poder que permitem ao homem agir de modo agressivo e impor seus direitos, resguardando e defendendo a prevalência do masculino, são os mesmos dispositivos de poder que o expõe a situações de vulnerabilidade (OSTERNE, 2011).

No intento de aprofundar as questões que motivaram a violência masculina nas relações conjugais dos depoentes, reverbera marcadamente a fidelidade, sobretudo por parte da mulher. Isso fica claro nas falas de Marte, Mercúrio e Terra. Marte, 38 anos, diz: “Sei não, as atitudes dela né também, rapaz o desrespeito né? Traição, é a falta de respeito e a traição, mas graças a Deus num aconteceu nada disso comigo”. Questionei-o então quais são as atitudes de uma mulher que ele encara como desrespeitosa. Ele diz que “É quando ela desgosta e destrata o homem que está com ela”. Nessa mesma linha de raciocínio, Mercúrio ressalta:

Quantas e quantas vezes eu vi a minha companheira entrar em casa e entrar olhando pro chão, pra cama, procurando fio de cabelo que não fosse compatível com o dela, pra querer jogar no meu rosto que eu *tava* com uma mulher dentro de casa, onde eu nunca fiz isso. Sou uma pessoa que eu sempre respeitei o meu lar, nesse aspecto de levar mulher pra dentro de casa, mas ela sempre procurou um fio de cabelo em cima da cama, no chão, pegar o cesto do banheiro e ir procurar algum resíduo, alguma coisa que mostrasse pra ela que tinha alguém em casa no momento em que ela num *tava* e são determinadas atitudes como essa que termina fazendo com que venha as discussões e das discussões terminam gerando em atitudes mais sérias, mais graves que é, por exemplo, tapas, empurrões (...)Ela é uma pessoa bastante ciumenta, tudo causava um mal estar e daí desde o início da relação sempre foi conturbado o meu relacionamento com ela. (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Assim, Marte e Mercúrio indicam que a fidelidade é o condicionante para que haja respeito em uma relação. A ausência desse valor moral acaba abrindo espaço para a prática da violência contra a mulher, prática essa institucionalmente legítima, visto que a infidelidade feminina representa uma transgressão das normas e lugares de gênero. Na fala de Mercúrio, por exemplo, embora afirme respeitar o espaço social do lar, ele deixa subliminar que manteve vínculos afetivo-sexuais para além do que mantinha com a sua ex-companheira, o que pode ter sido o agente motivador da desconfiança e busca por vestígios de traição por parte dela. Ao mesmo tempo, seu discurso evidencia como essa busca feminina pela

confirmação de uma possível traição funciona como uma espécie de violação da moral masculina, o que termina sendo um motivo para a violência dos homens na esfera doméstica, visto que foram não apenas contestados, como tiveram sua moralidade colocada à prova. No entanto, é importante dizer que o agregar de relações afetivo-sexuais exerce funcionalidade entre os homens, conferindo-lhes prestígio e aceitação social. Enquanto a infidelidade feminina é socialmente concebida como desvio moral de conduta. Entre os homens, a infidelidade é uma prática legítima.

A traição é um dos valores culturais mais complexos e ainda tratado com bastantes reservas. Para Araújo (2016, p. 22): “A traição é uma experiência que tem cheiro de sangue, de sofrimento, de angústia, de corpo machucado e de vingança”. No que tange a traição feminina essa é mais difícil de ser compreendida e tratada, uma vez que envolve os códigos e positivamente de gênero nos corpos. A mulher infiel ou adúltera (con) vive não apenas com a violência física e emocional, como também, com a fúria violenta da linguagem que desqualifica o feminino que ousa transgredir as normas, valores e códigos de gênero circunscritos. Se, por um lado, a mulher que trai acaba caindo em maior desprestígio social, por outro ângulo, a traição masculina não é apenas referenciada e incentivada como exerce um lugar de glória para o pleno exercício da masculinidade.

Para Lopes (2015), o espaço social do lar apresenta-se como o principal cenário de conflitos que agrega marcadamente a violência contra a mulher, sendo que a expressiva maioria dessas agressões envolve pessoas ligadas por relações sócioafetivas. No lar, as manifestações da violência contra a mulher dão-se das mais variadas formas possíveis: física, moral, psicológica, sexual e etc. A casa passa a ser, portanto, um espaço irrefutavelmente pertencente à figura do homem que, direcionado por valores culturais, sociais e morais como a virilidade e, valendo-se do lugar de chefe de família, acaba legitimando e exercendo seu poder para ferir os direitos e a liberdade da esposa, sobretudo através da agressão. Assim, a célula familiar acaba caracterizando-se como um espaço de violência que agrega todos os sujeitos nela envolvidos.

Apesar de aparecer num formato sutil, o discurso de Terra também utiliza-se da questão da (in) fidelidade:

(...) de repente a sua esposa ou o seu marido chega e diz “olha num tá legal, tá doendo a relação, tá me causando dor, o que é que a gente pode fazer pra melhorar?” tá entendendo? Então nem todo parceiro/parceira vai entender, vai pensar logo o que vem logo a cabeça né? Porque a nossa mente ela mente demais num é? Ela trabalha, ela conspira contra nós mesmos né? Você vai pensar logo que tem outra pessoa, uma terceira pessoa na relação, que tá

sendo traído e tal, então têm que ser uma coisa muito bem trabalhada, muito bem conversada, também não é uma conversa fácil, é uma coisa que é demorada pra se entender (Terra, policial militar, 37 anos).

A narrativa em questão articula-se às demais ao conceber a fidelidade como um dos aspectos que podem vir a gerar a falência da relação conjugal. Portanto, ser fiel é considerado um aspecto primário para manutenção de uma relação e tido como um valor moral alocado no corpo, discurso e comportamento, sobretudo das mulheres.

Para Gustavo Venturi (2014), após análise da relação entre as masculinidades com a violência de gênero a partir de pesquisa empírica feita em 2001 e atualizada em 2010, com homens e mulheres de todas as classes sociais e regiões do Brasil, através da Fundação Perseu Abramo e em parceria com o Sesc, a fidelidade é elemento central na análise da violência. Trata-se de uma exigência posta que desencadeia não apenas formas de controle, funcionando como fio condutor para a ocorrência de quase metade dos conflitos, tanto nos discursos das mulheres agredidas, como nas falas dos homens autores da violência entrevistados. O pano de fundo dessa realidade é o modelo conjugal monogâmico, que era até pouco tempo tomado como indissolúvel, tratando-se de uma das instituições mais naturalizadas no tecido social. Conforme este autor, a monogamia é tão instituída e socialmente naturalizada que transcende a própria heteronormatividade, uma vez que sua ausência também costura várias situações de violência conjugal entre casais homossexuais. Desse modo, há uma transversalidade da exigência monogâmica, sendo que, por trás disso, operam códigos de posse e poder sobre “aquele que pode, e aquele que não pode”. Ainda para o autor, a monogamia, enquanto paradigma de relação conjugal, teve o seu momento instituinte com a difusão da ideia de que o ser humano é monógamo por natureza, aclarando assim que todo essencialismo metafísico é, também, parte de uma construção ideológica e sócio-histórica.

Quando indagado sobre os motivos que levam um homem a agir com violência contra a mulher, Terra acaba elencando diversos fatores, sobretudo exteriores à sociedade conjugal, como relações de trânsito e trabalho, mas que acabam respingando no espaço doméstico-familiar, assim:

Vários fatores, existe o estresse do dia a dia, o diário, aquele que até um simples carro buzinando atrás do seu já gera um homicídio. Então, isso é um fator, você chega em casa estressado por “n” motivos, o estresse do trabalho, às vezes o próprio estresse conjugal, o desgaste, porque o casamento ele é lua de mel durante um ano, a partir daí vira um exercício diário e é complicado (...) atrelado vem à questão cotidiana, vem à questão financeira se num for muito bem debatida entre o casal já é um fator gerador. Vem à questão da própria criação dos filhos, por que cada um tem uma opinião, se

you feel and don't enter into common agreement can generate a misunderstanding, because sometimes you can say "so-and-so don't do that" and the other part "no, you can do that", then it's already a factor that can generate a catastrophe, people think that no, it's stupid, but when you're in the family cell this for me already generates everything. There is also the emotional question, which is a psychological question, sometimes you're with a stress load so high that it acts as a trigger, sometimes you're in a state of depression and you don't know, depression can just stay, show a certain lack, as well as a certain aggressiveness, there comes mood disorder, bipolar, in short for me these are the factors that if you don't have much tact, much care to notice and seek help is the end, it's the beginning of the end (Terra, police officer, 37 years).

In Terra's perspective the factors vary according to the situations that are occurring in the daily life of the couple and that spill over into the conjugal relationship. Although her narrative glues together various elements such as stress, work overload, depression and the own conjugal dynamics that, in her opinion, after a certain time require greater efforts from all the actors involved. Terra tries to show that the external issues that should be resolved at the moment and in the places where they occur are taken to the domestic sphere, which opens space for violent practices, although she does not justify them. Therefore, the discourse on this question leaves evidence that the domestic space is permeated by complex relationships and dynamics of power, more than that, as the use of violence ends up being one of the first resources used to deal with daily and conjugal issues. It is worth noting that violence still functions as a "trigger" for men to deal with daily problems, which leaves clear that the construction of masculine identities adds significantly to aggressive behavior, in that, at the slightest sign of stress, it is activated.

Trying to understand in a deeper way these relationships, and because of the very peculiar and complex dynamics that these men had and that motivated the violent practice, I felt it necessary to understand how their relationship with the women who reported them was always conflictual and the one they attribute to these conflicts. Saturno and Marte believe that their relationships were never troubled, affirming that the episodes of violence in which they participated were occasional and unique. It is relevant to remember that Saturno had an extraconjugal relationship, with this woman being the one who reported it. In this way, he says:

Boys what happened the conflict was because I didn't want her anymore? Well, because I got the next one, I took her out of the house of the wife, I rented a house and I put her in another house out of the neighborhood, then she came there and she didn't stay and then she came back to the house of the wife, nearby, so she stayed with me, sometimes, she was in a room thinking that she didn't know and she was coming, it was in that moment that everything happened because I was with the

amigos né? Nesse dia tinha tomado umas cervejas né (risos), eu acho que talvez se eu não tivesse tomado, tivesse consciente que nem nós *tamo* aqui, talvez eu não estivesse aqui né? (...) aí tinha tomado umas cervejas e ela chegou e perturbando aquela coisa toda e eu chamei ela *prum* canto e comecei a discutir com ela lá, ela discutindo tal discutindo que não era pra ter voltado era pra tá lá na casa, que eu não tinha deixado e num sei o quê, aquela coisa toda também, o conflito foi sobre isso, não dava mais entendeu? Ela dizia que me queria que num sei o quê, que não ia sair mais de perto de mim, aquela coisa toda né, mas graças a Deus saiu. Só foi essa situação mesmo, toda vida foi tranquilo, foi somente nesse dia, mas nunca teve outro tipo de conflito não (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Na narrativa em questão, o que mais chama a atenção é a naturalização do relacionamento extraconjugal por parte de Saturno. Como seu discurso é costurado pela matriz da virilidade ao iniciar e concluir sua fala afirmando ser ele o agente que dissolveu a relação afetivo-sexual. E a mulher, por sua vez, além de não aceitar tal situação começou a aproximar-se dos locais de lazer dele, de forma a “pressioná-lo” a continuar a relação. Saturno é casado, mas manteve um relacionamento extraconjugal com sua vizinha e denunciante no processo pelo qual foi acusado. Trata-se de uma fala pautada num ideário de masculinidade que legitima a traição masculina e, ao mesmo tempo, orientado pela autodefesa dos homens quando defrontam-se com o seu espaço invadido. Ao transferir o seu ato violento para o uso abusivo do álcool, Saturno não apenas nega seu lugar privilegiado de gênero em contraponto com o feminino, como naturaliza seu comportamento machista e viril utilizando-se do argumento de estar motivado por tal substância.

Roger Langley e Richard C. Levy (1980), tentando entender a problemática do espancamento de mulheres no contexto americano, apontam algumas razões pelas quais acreditam motivarem a agressão de homens contra as suas esposas, a saber: doença mental, álcool e drogas, aceitação da violência por parte do público, falta de comunicação, sexo, uma autoimagem vulnerável, frustração, mudanças e, por último, violência como recurso para resolver problemas. No que tange ao uso de álcool e drogas, os autores sinalizam que entre 40 e 95 por cento, dos contextos em que há abuso conjugal, o uso do álcool foi um agente motivador. Dessa forma, acreditam que há uma forte imbricação entre o uso de álcool e a violência na família, embora não seja consensual apontar esta como a causa do problema do espancamento de mulheres, uma vez que muitos homens também agem com violência sem terem feito uso de qualquer substância psicoativa.

Com entendimento semelhante, Marte então afirma:

Foi só uma vez, foi por que eu morava com uma companheira aí teve briga e ela disse “Eu vou embora” aí eu joguei as coisas dela, quebrei os troços,

somente”. Tinha umas brigas né? Por que eu bebia, ela também aí acontecia às brigas, mas eu me separei já graças a Deus (risos), mas só umas *brigazinha* de vez em quando (Marte, pedreiro, 38 anos).

Uma vez que ele afirmou tratar-se de algo esporádico, questionei-o acerca do motivo específico do conflito, ao que ele reitera: “Foi que ela disse “Eu vou embora”, aí eu disse “Você num vai não”, aí ela “Eu vou”, aí, foi embora mesmo, aí eu com raiva, quebrei”.

Saturno e Marte colocam como agente precipitador dos seus conflitos e práticas violentas a ingestão de substância psicoativa, tomando como natural a maquinaria machista e patriarcal que consente e naturaliza seus atos. Na narrativa de Marte em específico, fica claro como a transgressão do lugar de gênero da sua companheira motivou e “deu-lhe o direito” de violar os seus pertences e bens materiais. Paralelamente, como a atitude dela infringiu o domínio, posse e poder que os homens acreditam possuir sobre as mulheres validados pela cultura machista, justificando a violência.

Terra e Plutão, por sua vez, mantiveram sociedade conjugal por longo recorte temporal, afirmando que no seu transcurso não tiveram expressivos conflitos, apesar de nos últimos anos viverem momentos de desgastes nas suas relações, que acabaram culminando com a dissolução dos seus casamentos. Desse modo, Terra afirma:

Não, nunca foi assim conflituosa não, houve um desgaste nos últimos anos, um desgaste, mas por divergências de comportamentos e, assim, nós tínhamos um estilo de vida que eu não vou dizer compatível, mas era agradável á todos, tanto a mim, como a ela, como aos nossos dois filhos. Só que nos últimos dois anos, foi se desgastando e ela assumiu uma postura que dentro do que nós tínhamos como opinião de família não era o ideal (Terra, policial militar, 37 anos).

Questionei qual a postura que ela vinha tendo nos últimos anos que acabava por transgredir o ideário de família construído até então, ele diz:

Então começaram os conflitos, por que eu questionava e ela dizia que não que agora queria fazer aquilo e colocava lá às razões dela e eu questionava, então foi se desgastando, se desgastando e o casamento se desfez, o casamento durou quatorze anos (Terra, policial militar, 37 anos).

Na mesma esteira desse entendimento, quando indagado sobre a presença ou não de conflitos ao longo do seu relacionamento, Plutão então afirma:

Olha nunca tivemos relação conflituosa não, tivemos conflitos, nós tivemos assim tiveram divergências em alguns momentos, mas nunca houve conflito. Nossa relação nunca foi cheia de conflito, por sinal ao contrário sempre tinha uma parceria, companheirismo, então era sempre um procurando ajudar um

ao outro. Então não houve conflitos, infelizmente aconteceram coisas que fugiram do nosso controle num é, e devido ter acontecido isso talvez não estivéssemos preparados para esse tipo de coisa. E acabamos causando uma coisa maior, um conflito maior, mas anteriormente a gente sempre vivia, sempre viveu, durante muito muitos anos, quase três décadas sem conflitos, num é (Plutão, economista, 54 anos).

Os entrevistados reconhecem ter vivido expressivo tempo com suas ex-companheiras. Ao longo do desenvolvimento das suas relações, divergências de comportamentos foram apresentando-se, embora não tenham sido motivadoras de grandes conflitos ou práticas agressivas. Um aspecto pertinente na fala de Terra centra-se na atribuição à mulher pela falência do ideário de família, que gerou o desgaste e término do casamento, uma vez que segundo o que ele acredita, os conflitos foram oriundos das decisões particulares por ela tomadas, sem qualquer permissão ou consentimento da figura masculina, o que acaba representando verdadeira mudança nos lugares sociais de gênero na esfera doméstico-familiar.

Divergente dos demais interlocutores, Mercúrio é o único que afirma ter tido desde o início uma relação conflituosa com sua ex-companheira, apresentando motivações diversas, que iam desde a não aceitação do relacionamento por parte da família dela, desencontros nos horários de trabalho e, portanto, dos seus encontros, até a questão central que foi a dúvida e negação dele acerca do reconhecimento da sua paternidade. Então ele afirma:

Desde o início né, desde o início tendo em vista que eu apenas namorei dois meses com ela, como ela é de família de policial militar, a família é de policiais militares, tanto o pai, como o tio, o outro tio é advogado. A gente namorou dois meses, eu sempre fui um cara que eu gosto de sair, gosto de ir pra lanchonete, pizzaria, eu gosto de sair *pruma* festa e onde eu não podia fazer isso com ela né? E ela trabalhava numa empresa aqui na cidade e todas as noites eu ia buscar ela no trabalho, nessa ida tanto pra levar ela para o trabalho como pra voltar, a gente fugia e ia pra um motel, essas coisas *tudim* e a gente tinha relação. Quando dois meses eu vi que ela num podia sair, ela *trabaiava* a noite, eu *trabaiava* de dia, ela *trabaiava* a noite aí chegava em casa, muitas vezes tinha que ir ajudar os pais no *churrasquim* que eles tem lá, e aí eu disse “Não, num dá pra mim, ei num dá certo a gente continuar mais, é melhor a gente separar” ela não quis o fim do relacionamento e daí ela disse “Vamos fazer nossa despedida”, nessa despedida tenho plena e total certeza que foi onde ela engravidou. Dois meses, quase três meses depois ela me procurou, já estava dentro de um outro relacionamento, me procurou dizendo que estava grávida e que o filho era meu e eu discordei como homem, discordei dela pelo fato de que ela já estava com um outro companheiro e o que eu disse a ela que ela tinha que me provar que esse menino era meu, tendo em vista que ela *tava* com outra pessoa já né? Daí ela disse que eu iria pagar, que eu iria pagar por essa minha atitude, que iria *infregar* o exame de DNA na minha cara. Ela ficou gestante, teve a criança, de acordo com as leis agora do nosso país o filho não pode sair da

maternidade sem ser *rezistrado*, ela saiu do hospital sem o filho ser *rezistrado* né, não sei quais foi às informações que ela passou pra mim, só sei que o Ministério Público *mim* acionou pra reconhecimento de paternidade. Eu disse que teria dúvida, daí a gente foi fazer exame de DNA na capital, em João Pessoa, e daí com um bom tempo depois deu como positivo. A gente já tinha um ano quase, um ano da gestação dela, o processo de gestação, praticamente sem nenhum um tipo de comunicação, porque ela me bloqueou em todas as rede social, essas coisa *tudim*. Depois que a menina nasceu à gente passou também mais um ano sem contato, quando o exame saiu *tudim*, foi dado como positivo, eu tentei aproximação, ficou *mei* conturbado, de repente ela se achegou a mim né? A família não aceitou de jeito maneira pelo fato de que eu tinha dito que a criança não era minha, que ela teria que me provar, criou-se aquele mal estar entre a família dela e a minha pessoa. Com o passar do tempo ela começou a correr atrás de mim mesmo sem a família aceitar (...) E dali sempre a minha vida com ela sempre foi com ameaças, risco de vida né, pra mim como também até pra ela mesmo né? Que dessa última vez agora o pai dela mesmo chegou ao ponto de dizer que se soubesse que ela *tava* se encontrando comigo ele matava ela no meio da rua. Quer dizer um pai chegar ao ponto de dizer que mataria a própria filha no meio da rua se ela se encontrasse com o pai da filha dela, com o seu ex-marido já tá dizendo que eu estaria também correndo um risco de vida né? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

O discurso em questão debruça-se sobre um relacionamento com curta duração, permeado por conflitos, sobretudo morais, manifesto pela descrença de Mercúrio acerca da sua paternidade, uma vez que para ele tratou-se de uma relação afetivo-sexual aligeirada e que rapidamente foi desfeita e reconstituída por parte de sua ex-companheira. Embora ele afirme categoricamente que no encontro de “despedida” ela tenha engravidado dele, contraditoriamente ao ser noticiado da gestação, pelo fato de a mulher já estar em outra relação afetiva, sua masculinidade e sexualidade de homem viril conferiu-lhe o direito de questionar a paternidade, tendo sido este o fio condutor de todo o conflito do qual participou. Outro aspecto pertinente a ser ressaltado e marcadamente presente no discurso de Mercúrio, assim como no de Saturno, é que a ex-companheira era quem não aceitava o fim do relacionamento, passando a “correr atrás dele”, mesmo que contrária às vontades de seus familiares, o que traduz como os homens precisam realizar a manutenção das suas masculinidades, alocando-se sempre em lugares de domínio e prestígio social e, subjungando e objetificando o feminino.

2.2 “Poxa, tem um ditado que diz assim “Quando um não quer, dois não briga né” tanto o *homi* como a mulher”²⁰

²⁰ Fala de Mercúrio, 43 anos.

*Nunca vi rastro de cobra
 Nem couro de lobisomem
 Se correr o bicho pega
 Se ficar o bicho come
 Porque eu sou é home
 Porque eu sou é home
 Menino eu sou é home
 Menino eu sou é home
 E como sou!*

(Trechos da música “Homem com H”, de Ney Matogrosso, 1981).

Ao analisar os significados que os homens construíram acerca da violência contra a mulher, e de como essas relações conflituosas deram-se no transcurso das suas vivências conjugais, busco entender como os homens identificam ser a situação ideal no contexto das suas relações para que não ocorra conflito. E quais são as atitudes, ou seja, como devem agir homens e mulheres na relação afetiva de forma que mantenham um relacionamento sem violência.

O respeito e o diálogo aparecem indicados nas falas como principais ferramentas para um relacionamento ideal, reverberando nos discursos de Saturno, Terra, Marte e Mercúrio, desse modo:

A situação ideal, rapaz, primeiro, antes, hoje em dia é difícil porque hoje em dia a gente não conhece ninguém né, um casal tanto a parte do homem que nem da mulher, às vezes você é uma pessoa séria assim de família, você é uma pessoa é (...), mas é difícil hoje em dia você falar isso cê acredita (risos). Tanto no masculino como no feminino assim porque eu te digo uma coisa que pra levar uma vida sem briga, sem um tipo de violência, porque discutir acredito que jamais um casal não discuta, mas uma vida sem violência doméstica dentro de casa, uma vida pra tudo tem que ter o diálogo, pra tudo tem que ter o diálogo (...) *vamo* a pé que a gente vai conversando pegado na mão, quer dizer a gente vinha conversando assuntos bons né, coisas que não devia ter acontecido né (risos). Quer dizer pra gente num tá passando por isso hoje, quer dizer a vida da gente, um casal tem que ter comunhão com a família né, principalmente começa pela família de casa, quer dizer isso aí é uma razão de você ter uma certa comunhão, uma conversa boa com a sua esposa, a esposa com o marido, que isso realmente é difícil acontecer, eu acredito desse jeito (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Diálogo diário, muito, tem que ter muito diálogo entre o casal, quando você dialoga você começa a entender o que tá acontecendo dentro da relação, que às vezes você passa despercebido, despercebido no sentido de pessoa e não do problema. Às vezes você passa a não ser mais percebido pela outra pessoa, então alguma coisa tá acontecendo, então sentar e conversar antes que comece a refletir nos filhos, esse reflexo pode gerar um trauma assim e esse trauma vai levar consequências terríveis na vida adulta dos filhos, então o diálogo entre casais que eu percebo é (...) diante do meu convívio social quase não existe mais infelizmente (Terra, policial militar, 37 anos).

Primeiro, o respeito, primeiro o respeito né, consigo próprio e com o companheiro tanto o *homi* como a mulher né, o respeito mútuo. Segundo, o *homi* ou uma mulher, ou ambos que não sabem, por exemplo, beber, então que evitem até mesmo o uso do álcool né? Em uso demasiado pra não gerar a perda de raciocínio e terminar acontecendo coisas que ambos no momento em que estejam lúcidos né, venham a se arrepender daquele momento ali e ser algo que seja tarde demais. Por exemplo, no meu caso a minha vida acabou, a minha vida acabou porque eu fui indiciado *pelum* crime onde eu tentei me esquivar né de uma agressão, e num reflexo de autodefesa eu empurrei, como a minha companheira *tava* embriagada, ela já tinha tomado dois litros, dois litro e meio de montila, ela perdeu o equilíbrio do corpo e tombou e eu fui indiciado. Onde manchou a minha vida, manchou a minha família né? Pois meu pai, minha mãe nunca presenciou nada desse fato com nenhum dos filhos e, de repente, eu de uma forma ou de outra terminei envergonhando o meu pai e minha mãe por conta de uma atitude que no meu ponto de vista foi uma atitude impensada (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Marte por sua vez, afirma: “Não, eu num sei não, o respeito né também, rapaz, sei não viu, respeito né, convivência boa”. Os discursos são costurados tendo como fio condutor a menção ao diálogo e o respeito para uma convivência familiar harmônica. Chama a atenção as falas de Saturno e Terra ao colocarem essa questão como desafiadora, orientados pela ideia de que hoje vivemos um processo de engessamento das relações sociais como um todo, e, como isso reverbera negativamente no seio da família, envolvendo outros atores sociais como os filhos, além de contribuir para o desgaste da vida conjugal. No tocante a Mercúrio, sua narrativa vai tecendo-se com ele assumindo o lugar de vítima da relação por ter sido denunciado por violência, mesmo que a tenha praticado, sustentando-se num discurso de autodefesa. Mais que isso, ao assumir esse lugar de vítima por ter tido sua vida “manchada” após a denúncia, acaba por negar e encobrir todas as implicações sociais, culturais e simbólicas pelas quais passa uma mulher em situação de violência, visto que esta problemática ainda é permeada por tabus e aspectos culturais machistas que, em sua expressiva maioria, tende a culpabilizar apenas a mulher pela finitude do relacionamento. Paralelamente, Mercúrio coloca o uso abusivo de álcool como motivador da dissolução do seu relacionamento e critério para uma convivência sem violência, tentando invisibilizar a matriz machista que legitimou a prática agressiva exercida por ele.

Outro aspecto pertinente expresso no discurso de Saturno reitera suas falas anteriores de que as atitudes dos homens são motivadas por aspectos naturais e instintivos. Além do aumento do diálogo, ele diz:

Você já viu um *homi* que não usa celular? Sou eu tá entendendo? Porque, olhe hoje em dia o mundo tá muito, na minha opinião assim, que a gente, *cê* sabe também muito virtual certo, eu deixei de usar celular já tem uns cinco anos porque o *homi* é aquela história viu um negócio ali e tal “Me dá teu número né?” (risos), onde você mora num sei o quê, bota no seu celular certo, aí termina esquecendo né, aí bota no bolso, a mulher “*Oxente* esse número aqui”, as vezes nem nome tem, aí vai investigar né, tá entendendo? (risos), de onde é aquele número, vai ligar, então, quer dizer, tudo isso se torna agressivo dentro do seu lar, celular, *facebook*, esse negócio. *Facebook* meu é no celular da minha esposa, eu aprendi um negócio com isso sabe, meus contato de amigo, seja lá de quem for é no celular da minha esposa, se alguém ligar pra mim, hoje em dia eu penso desse jeito, porque às vezes uma pequena besteira se torna uma grande coisa entendeu, porque já que eu fiz algumas besteiras e pra gente ter a confiança da pessoa novamente, aquela confiança, então eu resolvi é, deixar pra lá e resolver dessa maneira, tá entendendo? (...) Porque eu já procurei já evitar esse tipo de coisa pra ter uma vida mais tranquila, familiar (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Embora seu discurso aponte as facilidades de técnicas de comunicação e contatos do mundo digital e globalizado como elementos positivos, na mesma direção, acaba por convertê-los como desafios que atravessam a dinâmica familiar e a relação conjugal. De forma subliminar sua fala recorre à naturalização da infidelidade masculina, tendo como pano de fundo um caráter biologicamente instintivo dos homens. Dessa forma, Saturno transfere para a maquinaria digital aquilo que ele institui naturalmente como discurso, prática e comportamento dos homens.

Para Albuquerque Junior (2010), a sociedade em que vivemos pauta-se na heteronormatividade, pois espera e incentiva que os homens manifestem seu desejo sexual para com as mulheres, que os homens gostem de mulheres. Na esteira desse processo, esta mesma sociedade institui o masculino e o feminino como polos dissociáveis, como territórios difíceis de caminhar. É nesse tecido social que fabrica machos que os homens desenvolvem admiração por si só, por seus atributos, uma vez que encaram-se como seus verdadeiros reflexos. Assim, nas lentes de um macho, as mulheres são apenas fêmeas, são materializadas apenas como objeto de desejo de posse e alívio de prazeres imediatos, mais que isso, são tomadas com o intento de poder e domínio.

Embora a maioria dos entrevistados afirme não terem tido uma relação marcada por conflitos, mesmo assim acabaram protagonizando situações de violência contra suas ex-companheiras. Diante disso, julguei necessário entender o que eles mudariam na sua família e no seu relacionamento, para que não estivessem vivenciado situações conflituosas. As questões levantadas foram diversas e bastante divergentes umas das outras, apesar disso, Terra e Plutão retomam o diálogo e a privacidade como aspectos que contribuiriam para uma

convivência familiar e relacionamento harmônico. Vale salientar que ambos apontaram estas perspectivas, mas encontram-se atualmente separados judicialmente das suas ex-companheiras, conforme constatação feita ao ler os referidos processos, inclusive Terra já constituiu outro núcleo familiar. Desse modo:

Mais diálogo, mais do que nós já tínhamos certo? Mais privacidade porque assim eu, eu sou o tipo de pessoa que respeito à privacidade, até pra entrar na porta de um filho meu eu bato e já mulher é mais difícil, ela sempre tá olhando o celular do marido, carteira, essas coisas e eu nunca questionei. Então eu mudaria isso mais diálogo, mais privacidade e mais liberdade também. Na época tudo era feito em comum, assim onde *tava* um, *tava* os quatro, então eu vejo que se tivesse tido mais liberdade “Não hoje eu vou sair com uns amigos né, vou jogar uma bola, fazer alguma coisa, um exemplo”, “Não eu vou sair com minhas amigas, tomar um café na casa de uma amiga”, tivesse tido isso e tivesse debatido não teria chegado ao ponto que chegou não é? Porque não existia essa rotina, quando surgiu foi bruscamente, então houve um choque né, um choque pra ambos (Terra, policial militar, 37 anos).

Plutão por sua vez diz: “Ter um pouco mais maturidade, conversar mais, buscar mais se abrir mais, buscar se abrir, ter um diálogo mais franco num é, e não se deixar agir por impulso ou, muitas vezes, influenciados por pessoas negativas”. As falas apontam que os relacionamentos foram desgastando-se por aspectos cotidianos como ausência de privacidade, liberdade e influência de opiniões de pessoas exteriores aos que integravam seus núcleos familiares. A fala de Terra, em especial, de que as mulheres são controladoras e ciumentas, deixa claro como a socialização de homens e mulheres, tendo como pano de fundo a desigualdade de gênero é diferenciada. As mulheres são educadas para manterem seus vínculos afetivos, portanto, a vida conjugal, subjetivando, sobretudo através de instâncias discursivas que o casamento é uma instituição sagrada, cabendo ao feminino o exercício de sua perpetuação. Contrariamente, os homens são orientados para a vida pública e pleno exercício da liberdade sexual, sem demonstrar fraquezas e incertezas.

Para Swain (2006), o gênero e as suas tecnologias constroem os sexos demarcando as suas delimitações, seus aspectos de exclusão, e os contornos das suas expressões. Neste esquema, a heterossexualidade é tomada como norma, e assim referenciada. Enquanto a sexualidade é o que fundamenta o ser. Para o que a autora chama “corpos-em-mulher”, por exemplo, fundem-se as imposições do amor e da sexualidade, que acabam fixando uma identidade fictícia. Ou seja, como dispositivo de controle sobre as mulheres pesa ainda o do amor romantizado, que as prendem a ideias regulatórias, afetivas, sexuais e de validação

social. E esses dispositivos certamente desempenham um papel crucial nas relações de gênero, demarcadas no interior dessas relações conjugais e familiares.

Para Marte, o entrave do relacionamento foi a falta de uma casa para conviver com sua companheira. Desse modo:

Rapaz num sei não (risos), deixa eu ver aqui eu acho que era um canto pra eu morar com ela num é? Porque eu morava na casa da minha tia lá atrás, aí tinha briga direto, se tivesse um *canto* né pra eu botar ela, eu mudaria, mas eu acho que eu não quero mais não (risos), dá mais certo não (Marte, pedreiro, 38 anos).

Assim como na narrativa de Plutão, Marte deixa subliminar que seu relacionamento sofria influências por parte dos seus familiares, uma vez que ele residia na casa da tia. Casa essa que já era por si só atravessada por conflitos, conforme leitura do seu processo e denúncias representadas pela tia do entrevistado contra ele. Ao mesmo tempo, é ativada no seu discurso a ideia de posse e poder do homem, enquanto o provedor, ao afirmar: “se tivesse um *canto* pra eu botar ela”.

Saturno acredita que a infidelidade dele tenha influenciado negativamente na manutenção do seu relacionamento familiar e conjugal, afirmando que:

Eu acho que o que eu mais mudaria hoje na minha vida junto com a minha família era que se eu pudesse isso nada tinha acontecido, tá entendendo? Se eu pudesse assim passar um giz branco assim dissesse isso nunca aconteceu na nossa família era o que eu podia mudar se eu pudesse (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Enquanto que a traição masculina funciona como um código da virilidade dos homens nas suas relações com os demais, é irrefutável que, se descoberta, traz impactos psicossociais para todos os atores envolvidos na relação familiar. De forma subliminar, Saturno afirma que ocorreram mudanças na dinâmica e nos vínculos familiares dele com os demais sujeitos do seu núcleo familiar. Embora pareça manifestar arrependimento pela sua infidelidade, anteriormente reiterou o caráter instintivo desta prática, acreditando ser “natural” dos homens ao terem contato com as mulheres, de forma que as objetifica.

Para Araújo (2016), há uma articulação do falo com a linguagem que produz não apenas a valorização do masculino, como demarca traços e códigos para os corpos masculinos e femininos. Se, por um lado, a simbologia do pênis apropriada aos discursos, sobretudo do senso comum, como, por exemplo, “lavou está pronto para outra”, demarcam e reforçam a liberdade e facilidade de acesso dos homens ao prazer sexual de forma deliberada, sem o

menor controle ou disciplina. Por outro lado, para as mulheres, as questões sexuais são denotadas por sentidos proibitivos e da inversão. Assim, historicamente a valorização das mulheres, durante suas vivências solteiras, esteve articulada à virgindade, ao inserirem-se na vida conjugal, à fidelidade ao marido. Com tudo isso, é inegável que a linguagem exerce significativo poder e controle sobre a diferença de gênero no que tange a sexualidade humana.

Mercúrio, por sua vez, segue articulando seus significados através do uso do álcool, ao dizer:

Não hoje eu mudaria a questão que eu não permitia mais que álcool né entrasse dentro da minha residência, evitaria as festas demasiada que estava acontecendo, pois ela todo final de semana ela convidava os amigos da gente, vizinhos da casa, chamava os amigos que a gente tinha, que a gente tinha feito um círculo de amizade, aliás eu tinha um círculo de amizade e com isso meus amigos passaram a ser amigos dela, e ela convidava todo final de semana pra eles tá na residência da gente, comprava bebida né essas coisa *tudim*, a gente ficava até altas horas da madrugada bebendo, onde sempre terminava em confusão, transtorno (...) tirava isso e procuraria fazer o que eu queria fazer no início, quando eu passei os dois meses de relacionamento com ela como namorado né. Que eu queria o que, eu queria continuar minha vida que era tá em lanchonete, pizzaria, eu nunca fui de tá em bar, eu era da igreja, eu era evangélico (...) Saía de moto né, andava vários quilômetros de moto, quando era no outro dia não sabia dizer como eu tinha chegado em casa, quer dizer eu automaticamente eu evitaria que o álcool entrasse na minha casa pra que eu pudesse perceber se realmente as discussões que ocorria dentro da minha casa com a minha companheira era por conta da bebida ou não num é, eu só poderia ter a certeza disso se eu cortasse esse laço né e não deixasse mais que isso acontecesse dentro da minha casa. Procuraria sair mais com ela, porque eu sempre fui uma pessoa que sempre quis gostar de andar só ou pelo fato que sempre que eu andava com ela gerava discussão devido ciúme, ela dizia que as mulheres *tavam* olhando pra mim, que eu *tava* olhando pras mulheres e dali rolava conflito e a noite nunca terminava em paz. Então só era essas coisas que eu procuraria consertar pra que meu relacionamento pudesse ter longos anos de duração (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

O discurso em questão é de transferência de responsabilidades e comportamentos, por parte de Mercúrio. Embora afirma categoricamente que sua ex-companheira bebia de forma demasiada e isso gerava conflitos, culpabilizando-a. Contraditoriamente, afirma também fazer uso descontrolado de álcool, pilotar um transporte e, no outro dia não lembrar como chegou em casa, o que coloca-os numa condição relacional e passível de atitudes e comportamentos que poderiam abrir espaço para situações violentas. Concomitantemente, atribui apenas a ela o ciúme demasiado, apesar de reiterar seu desejo pela liberdade proporcionada pela vida de solteiro, sobretudo de andar sozinho, evitando qualquer amarra que a vivência conjugal pudesse trazer.

Entendendo que os homens entrevistados vivenciaram relações conflituosas e violentas no desenvolvimento das suas relações, acreditei ser pertinente compreender, a partir de suas perspectivas, como deve agir um homem no seio familiar; quais são os comportamentos e práticas masculinas ideais para que não aconteça violência. Saturno e Terra acreditam que aspectos sensíveis, como manifestações de carinho e escuta da mulher, são ferramentas indispensáveis. Então, dizem:

Assim eu acho que como deve agir é amor entendeu com sua família, carinho, ter seu tempo pra sua família tá entendendo? De passear, de ter uma vida boa né, carinho, abraçar os seus filhos, sua esposa, tá entendendo? Isso pra mim hoje é tudo, o comportamento cem por cento (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

(...) às vezes eu digo isso, mas minha esposa chega “É melhor, vamos fazer assim, eu acho que assim é melhor, vamos viajar pra tal canto, porque assim não vamos gastar, vamos economizar mais porque nós *tamos* com esse objetivo assim assim assim, ou então vamos fazer assim porque dessa forma é melhor” mas sempre tem orientação sutil, quando a mulher ela é sábia na realidade ela é que governa a casa (Terra, policial militar, 37 anos).

As falas denotam como as masculinidades são constituídas por múltiplas subjetividades, colocando em questão o paradigma de homem machão, viril e violento que nega qualquer possibilidade de afeto e sensibilidade no campo das suas relações afetivas, seja com as mulheres, filhos ou demais indivíduos. Com isso os aspectos que cristalizam e fixam as identidades masculinas e femininas vêm sendo cada vez mais questionados e passando por processos de desestabilizações. Apesar disso, ainda é comum que muitos homens recorram aos históricos padrões de comportamento como, por exemplo, no momento em que Terra confere a sua ex-companheira o lugar de orientadora e presença sutil no lar, deixando subliminar que ele é quem detém o exercício da autoridade. Nesse sentido, embora as falas apresentem uma possível falência desse ideário de masculino viril, ou ainda, uma crise dessa masculinidade hegemônica em face às mudanças, inclusive, estruturais, pelas quais vem passando a sociedade e que tem reordenado as relações entre homens e mulheres, há que se problematizar até que ponto esse novo ideal de homem implica em transformações substanciais ou funciona enquanto um gotejamento, visto que no escopo dos seus discursos os homens ainda recorrem ao modelo hegemônico de masculinidade.

Conforme Alexandre Batista *et. al* (2004), historicamente, vêm sendo naturalizado os lugares sociais que homens e mulheres devem desempenhar no desenvolvimento das suas relações, sobretudo familiares. A eles o ideário de provedor da família, detentor da autoridade e exercício de poder são marcas constitutivamente naturalizadas. Se, por um lado, isso traduz

uma organização social eminentemente desigual entre homens e mulheres, por demarcar e legitimar uma condição de superioridade do masculino sobre o feminino, na mesma direção, evidencia uma série de saberes, discursos, práticas e dispositivos que impõem uma gama de exigências sociais que exercem a manutenção desses lugares masculinos. Ao mesmo tempo, é possível problematizar o paradigma heterossexual, patriarcal e branco em curso, situando-o como (re) produtor de desigualdades e opressões entre os próprios homens.

Já para Marte, 38 anos, afirma que é respeitar as demais pessoas e não envolver-se em conflitos, assim: “Rapaz num esquentar a cabeça né, e respeitar o pessoal”. Mercúrio, por sua vez, afirma:

Poxa tem um ditado que diz assim “Quando um não quer, dois não briga né” tanto *homi* como a mulher às vezes existe aqueles conflito de ciúme né, por várias questão, tanto o *homi* não aceita a mulher tá olhando pra outro *homi*, outro *homi* tá mandando, mandando mensagem fora de hora pra sua companheira ou pro seu companheiro né e, sei lá, eu creio que se o *homi* ou a mulher quando gerasse um transtorno, com conflito dentro de casa por qualquer que seja o motivo, um saísse né, se evadisse do local ou simplesmente mesmo que não se evadisse do local, mesmo presente ali, parasse, vou deixar ela brigar sozinha, vou deixar ele brigar sozinho, e vou ficar só escutando, mesmo não aceitando o que ele ou ela *teja* falando. Então eu vou calar, porque só assim o bate boca muitas vezes não dá prosseguimento e não dando prosseguimento não vai gerar nenhum tipo de desavença de forma a haver contato físico com ambas as partes, então eu creio que seja dessa forma (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

A questão do ciúme demasiado é outro aspecto que vai orientando os discursos de Mercúrio, embora o tenha situado agora como relacional, divergindo de falas anteriores a que ele atribuía apenas à sua ex-companheira esse comportamento. Ao mesmo tempo, o silêncio e mediação de homens e mulheres em situações conflituosas funciona enquanto um canal para a “prevenção” de situações mais sérias e complexas, como a agressão física.

Há um aspecto que ressoa nas falas dos depoentes em vários momentos, ao tratarmos de questões diversas e que precisam ser problematizadas. O contato virtual e o uso de redes sociais enquanto canal para possíveis desconfianças e até uma infidelidade. Não se pode negar que a busca por parceiros para relações aligeiradas e descomprometidas parece ser uma realidade do tempo presente, não apenas nas relações heteroafetivas, como nas relações homoafetivas. Para isso, as ferramentas digitais e em rede são cada vez mais modernas e completas.

Para Karla Rafaela Haak e Denise Falcke (2013), há uma dupla face da internet para as relações. Se, por um lado, propiciam o estabelecimento de maiores contatos e

aproximações em redes, permitindo o maior estabelecimento de interações e contatos entre as pessoas, em outra medida, pode contribuir para a possibilidade de relações infieis. Após realização de pesquisa quantitativa, com 86 usuários de internet, em relacionamentos amorosos mediados e não mediados por tal dispositivo, em 13 estados brasileiros, as autoras apontam algumas questões pertinentes. Dentre elas, como ocorre verdadeira necessidade de estabelecimento de um contrato que defina a exclusividade conjugal entre os parceiros, sendo que a sua ausência permite maior liberdade afetiva e sexual, sobretudo nas relações mantidas pela internet. Mais que isso, a quebra desse contrato é o eixo definidor da infidelidade entre os participantes em relacionamentos presenciais. Essa questão contratual ressoa também entre aqueles com relacionamentos mediados pela internet, estando aliado a esse aspecto mentiras, o desejo por outra pessoa e a disponibilidade para trair.

A partir disso, percebe-se como a fidelidade vai funcionando como uma marca para a manutenção das relações, especificamente na dinâmica conjugal. Assim, tomando o gênero como parte da organização social da vida, e aspecto que contribui para a produção dos sentidos, discursos e práticas que os indivíduos vão construindo ao longo das suas relações e experiências, inclusive, no tocante às instituições familiares.

Busquei entender, a partir da ótica dos entrevistados, quais são os comportamentos que eles concebem como ideais numa mulher, para que não ocorra conflitos na dinâmica conjugal. Para Terra:

Não temos o menor contato, assim no meu ponto de vista eu vou repetir o que acabei de falar agora na audiência nós não somos amigos, nem inimigos, também nem precisávamos ser inimigos, também não precisava ter amizade, tá ok? Mas inimizade também não porque nós dois temos dois filhos. Então cada um seguiu seu rumo, não há necessidade de hostilidade, ficar sendo hostilizado, mais uma vez eu vou me colocar como exemplo, quando eu entrei na sala de audiência, a minha ex-exposa mesmo depois de divorciada oficialmente, do casamento ter sido desfeito já há um certo tempo ainda ficou me hostilizando, ficou me olhando negativamente, balançando a cabeça negativamente (...). No meu caso eu não tenho raiva, não tenho, não guardo mágoa, rancor, nada, mas também não quero aproximação justamente devido a hostilidade que vem da parte dela, então isso pode gerar um novo conflito e aí lá vai Terra está sendo ouvido aqui de novo, sendo julgado aqui de novo, sendo condenado como das outras vezes. Então é melhor manter o afastamento pra (...) Diante disso pra não tá passando por esse constrangimento, por esse sentimento não da minha parte, porque como eu disse pra mim não tem (...) eu tenho outras coisas pra me preocupar, mas pra não tá recebendo essa negatividade, essa hostilidade, de ver assim o olhar da minha filha que tem quatorze anos de idade, mas que segue os conceitos da mãe, não é bom, não é bom (Terra, policial militar, 37 anos).

Embora seu discurso amarre-se na autodefesa e no sentimento de vítima, o entrevistado, no desenvolver da sua narrativa, afirma já ter sido condenado nas outras denúncias feitas por violência doméstica contra ele. Ao mesmo tempo, apesar de sentir um comportamento hostil por parte da sua ex-companheira, acaba por silenciar e naturalizar o contexto de violência provocado por ele contra ela, e os danos psicossociais das situações violentas que a fizeram possivelmente manifestar esse comportamento hostilizador.

As falas de Mercúrio, Plutão e Marte corroboram no sentido de que o respeito e a compreensão feminina são estruturantes de uma convivência harmônica. Desse modo:

Ser compreensiva, ser compreensiva e mesmo estando no seu direito, mesmo estando no seu direito, não deixar que por questões banais ela venha perder esse direito num é, mesmo sabendo que o *homi*, seu companheiro tá errado não alimentar mais ainda essa raiva né, essa raiva que ela possa tá naquele momento ali. Então eu creio que se esperar, sentar, vamos sentar aqui, vamos sentar num sofá “Puxa você tá errado, você tá errado, você num era pra agir dessa forma, olhe pra sua filha, olhe pro seu filho né, veja o que você tá fazendo, você acha que é certo isso que *cê* tá fazendo?” quer dizer, ter um diálogo, não jogar mais lenha na fogueira pra que no lugar das coisas serem apaziguadas terminarem aumentando mais ainda o conflito num é (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Eu acho que do mesmo jeito que o *homi* agindo com respeito à mulher também tem que agir, com o respeito também. Eu acho que o respeito mútuo é que é fundamental para que não haja esses tipos de comportamento, violência. O respeito, o companheirismo e o diálogo (Plutão, economista, 54 anos).

Para Marte: “Acho que sei lá, do mesmo jeito do (Pausa para refletir) respeito né com o companheiro, respeito com a família, mas tem mulher que não tem né respeito, somente.” Questionei o que uma “mulher que não tem respeito” faz, quais os comportamentos dela, ao que ele manifesta: “Ela desagrada né seu companheiro, fica saindo com os outros né, sei lá, com outros homens”.

Chama a atenção nas falas como os homens atribuem a condição de passividade e compreensão ao feminino, sobretudo no discurso de Mercúrio ao manifestar que, mesmo a mulher não tendo sido o agente que provocou o conflito, ela deve fazer releituras das situações, não contribuindo para potencializar o sentimento momentâneo de raiva manifesto pelo homem, que no seu discurso, embora de forma mistificada, incorre em uma “natureza” instintiva do masculino, reiterando perspectivas com caráter essencialistas. É pertinente refletir como os homens têm lidado com as suas vivências e relações, enquanto homens, nos seus grupos e espaços de socialização e, sobretudo, nas relações que mantém com as

mulheres, uma vez que costuram seus discursos (re) produzindo não apenas antagonismos de gênero como a matriz machista e patriarcal. Portanto, as formas como homens e mulheres exercem as suas sexualidades vão tecendo os discursos e sentidos produzidos pelos homens, mais que isso, refletem como estes discursos são permeados por relações de poder, hierarquias e assimetrias de gênero.

Para Tania Swain (2006), à luz do pensamento foucaultiano, o dispositivo da sexualidade opera na criação e instituição de corpos, tendo como fio condutor tecnologias do sexo, que induzem não apenas a sexualidade, como modelam o próprio sexo e o desejo sexual, tendo como centro e ultrapassando a heterossexualidade reprodutiva. Tomando as mulheres como exemplo, aponta como dois dispositivos fundem-se sobre os corpos femininos – o dispositivo da sexualidade e o amoroso, que institui, sobretudo através de instâncias discursivas, representações e imagens, um ideário da “verdadeira mulher”, pregando qualidades e competências como doçura, devoção e, especificamente amor, seja com o marido, filhos, com a família como um todo, ainda que isso rompa as fronteiras das próprias expressões da mulher.

Desse modo, “O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário” (SWAIN,2006, p. 10). Portanto, nessa perspectiva, é na maquinaria do dispositivo amoroso que as mulheres vão construindo-se e instituindo-se sacrificando seus corpos, desejos e prazeres em nome do amor pelo outro, mais que isso, tal dispositivo as encaminha para uma heterossexualidade sem vacilações, uma vez que a procriação é seu destino e retribuição.

Para Osterne (2011), o problema da violência contra a mulher agrega múltiplas determinações, evidenciando todo um ordenamento normativo que hierarquiza lugares e padrões de comportamentos para os distintos sexos. Ao mesmo, tempo deixa claro tensões e ambiguidades, no que tange às ações e reações postas para homens e mulheres, práticas essas que vão atualizando-se nas relações interindividuais singulares.

Ao longo deste capítulo, evidenciou-se como os homens apropriam-se das matrizes machistas e patriarcais que naturalizam os seus lugares de posse, domínio e poder sobre os corpos, vidas e desejos das suas ex-companheiras. Apesar de apontarem para possíveis alterações na forma como os homens são socializados para serem violentos, acabaram protagonizando situações violentas nas suas vivências conjugais, reiterando que talvez o modelo de masculinidade, orientado para a agressividade e violência talvez aponte sinais de crise, mas ainda requer maiores esforços, sobretudo dos homens. É preciso refletir até que ponto vivemos hoje uma crise da masculinidade hegemônica, tendo em vista que as mudanças

nas relações de gênero, fomentadas pelos movimentos políticos e sociais, sobretudo feminista, negro e LGBTQI+ vinham dando-se da década de 1970 até o Golpe de Estado ocorrido em 2015 no Brasil. Após o referido golpe o que vem dando-se é uma retomada dos valores morais e tradicionais, que tem como um dos seus direcionamentos a tentativa de sufocar e extinguir todo e qualquer movimento contrário a ordem vigente.

No próximo capítulo, proponho-me a analisar os sentidos produzidos pelos homens acerca da Lei Maria da Penha, perpassando ainda pelo feminicídio e, tentando apontar algumas intervenções em âmbito brasileiro junto a estes homens.

CAPÍTULO III - “EU RESPONDO UM HOMICÍDIO E NÃO PAGO UMA MARIA DA PENHA. VAI MORRER!”.

*Tire suas mãos de mim
Que eu não pertença a você
Não é me dominando assim
Que você vai me entender
Eu posso estar sozinho
Mas eu sei muito bem aonde estou
Você pode até duvidar
Acho que isso não é amor
(Trecho da Música “Será”, Legião Urbana,
1985).*

O título deste capítulo é parte de uma das frases postadas por um homem no *facebook* um dia antes de assassinar brutalmente sua companheira no município de Santa Rita-PB, na região metropolitana de João Pessoa, em fevereiro de 2018, conforme notícia do site Portal Correio da Paraíba²¹. O crime foi supostamente motivado por infidelidade feminina, em que, ao descobrir a traição da mulher, o homem planejou e publicou nas redes sociais que a mataria. Sobre esse crime, duas questões são pertinentes de serem levantadas. A primeira é como os casos de adultério ou infidelidade feminina exalam sangue e culminam em sua maioria em morte, mesmo com todo avanço das legislações de proteção as mulheres, enquanto que a traição masculina é incentivada e tida como um atributo de virilidade dos homens, conforme já dito anteriormente. A segunda questão, e bastante pertinente, é compreender quais as percepções que os homens possuem acerca da Lei Maria da Penha, como, por exemplo, proporem cumprir pena por homicídio do que pela lei em tela. No imaginário de muitos homens, a lei veio para “dar poder e autonomia” exclusivamente à mulher e retirar os poderes dos homens, não sendo difícil encontrar sujeitos que questionem por quais razões não é criada a lei do João²².

No crime em questão, assim como acredito que nos casos de feminicídio em geral, há uma dominação sobre o corpo, comportamentos e vida das mulheres, o intento é

²¹ Esta é a única sessão da pesquisa em que não utilizei falas dos depoentes, dado o sentido que o autor do feminicídio atribui a Lei Maria da Penha. Para análise completa da matéria, ver <https://portalcorreio.com.br/homem-que-matou-esposa-tinha-feito-ameacas-pelo-facebook/>. Último acesso em 10 de abril de 2019.

²² Durante minha atuação como assistente social em equipamentos da rede socioassistencial como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e enquanto atuei na Guarda Municipal do município de Crato-Ceará, justamente no enfrentamento à violência doméstica era comum ver a fúria dos homens e a recorrência em questionarem os motivos pelos quais não se cria uma lei para os homens, a “Lei do João” como diziam. Isso evidencia as dificuldades e incompreensões dos homens acerca da Lei Maria da Penha e a necessidade do seu aprofundamento junto a eles.

desconfigurar, descaracterizar e, assim, marcar aquele corpo que já não “pertence” aquele homem, ativando a maquinaria de posse e poder que os homens acreditam possuir sobre as mulheres. No que tange às relações de violência doméstica, principal cenário de incidência de violência e mortes de mulheres, esta questão é, muitas vezes, velada e silenciada no domicílio. Muitas mulheres até tentam denunciar a violência sofrida, buscando orientação e auxílio, mas temendo por seus familiares, filhos, pela sua própria vida e, esbarrando em diversas situações na morosidade do Estado, acabam convivendo por muito tempo com a violência. Com isso, vão tecendo redes de escuta e solidariedade, com outros atores sociais como vizinhos, familiares, fazendo com que os casos não cheguem aos órgãos competentes, implicando na subnotificação dos casos, que já são alarmantes.

A partir de Osterne (2011), cabe-nos reforçar que os indivíduos são construídos socialmente, envoltos na teia cultural, onde os signos do patriarcado e do machismo operam. Nesse sentido, homens e mulheres são educados a partir de uma divisão sexista e hierárquica, que dita padrões e comportamentos normais e naturais para ambos. O machismo, por sua vez, configura-se enquanto uma tendência à naturalização dos privilégios masculinos e da subordinação feminina, trata-se de uma formulação social quase que naturalizada na dimensão cultural da sociabilidade do Brasil.

A violência contra a mulher, por si só, já é uma questão complexa. Mais que isso, a morte de mulheres por seus atuais ou ex-companheiros é noticiada cotidianamente, exigindo formas de enfrentamento ainda mais eficazes. Nos outros capítulos foi visto que os homens participantes do estudo reconhecem os avanços das mulheres nas últimas décadas e apropriam-se deste discurso no escopo das suas narrativas, o que faz-me questionar: estaria essa realidade articulada ao aumento dos casos de mortes de mulheres? Os homens estariam matando mais suas mulheres por não saberem lidar com as atuais conquistas femininas, “assistindo” aos seus históricos lugares de poder serem gradativamente divididos e desestabilizados?

Debruçar-me sobre estas questões parece-me uma tarefa não menos complexa que as demais. Pretendo iniciá-las compreendendo as razões pelas quais ainda ocorre no Brasil tantos casos de violência contra a mulher, em seguida, analisar os significados que os depoentes atribuem à Lei Maria da Penha, por serem acusados por tal ferramenta jurídica. Após isso, busco compreender alguns aspectos relacionados ao assassinato de mulheres motivados por questões de gênero, para em seguida, apontar e refletir acerca de alguns caminhos, já em curso, no atendimento a eles no cenário brasileiro, elencando as dificuldades de trabalho com estes homens.

3.1 “A própria Lei Maria da Penha, ela já coloca você como réu, então você não tem outra denominação a não ser autor”²³

*Você gosta de mim, ó gatinho?
Eu também de você
Quando estamos sozinhos
Por que quer me bater?
Se tocares em mim, ó gatinho
E me fizeres sofrer
Eu prometo, gatinho, denuncio você!*
(Trechos do cordel “Embalando meninas em tempos de violência, autoria de Salete Maria da Silva)

Objetivando aprofundar as questões do estudo e por tratar-se de uma pesquisa que envolve homens acusados por violência no campo das suas vivências conjugais, resolvi perguntá-los a partir das suas perspectivas, por quais razões ocorre ainda na configuração brasileira tantos casos de violência contra a mulher. Tomando como premissa que a sociedade vem passando por transformações que afetam as dinâmicas relacionais, inclusive entre homens e mulheres, e que têm reverberado em avanços no campo da legislação e políticas públicas de proteção às mulheres, julguei pertinente compreender quais são os sentidos por eles produzidos acerca da Lei Maria da Penha, uma vez que todos acabaram protagonizando situações conflituosas, evidenciadas não apenas ao longo dos discursos já apresentados, como na constatação feita após as leituras dos referidos processos no juizado.

Seguindo este fio condutor, a traição feminina aliada ao sentimento de posse e exercício de poder por parte dos homens, ao não aceitarem a dissolução das suas experiências conjugais, aparecem nas falas de Mercúrio, Terra, Saturno e Marte, assim:

As mulheres, muitas vezes, devido à falta de atenção, de compreensão, de amor dentro de casa tem se refugiado e ido buscar lá fora e daí os homens por terem uma mente ainda fechada né, serem do passado, não aceitam e daí muitos homens não aceitam a perder a mulher pra outra mulher né, ou perder a mulher pra outro homem e dali como eu escuto muitos chegarem a dizer que “Eu mato, se me trair eu mato, se num ficar comigo eu mato né”, e como a gente tem visto aí muitos caso aí, o cara termina matando a companheira, matando o próprio filho e logo após termina tirando a própria vida por conta de ciúme né. Então eu creio que seja por essas coisas, é por isso que tem acontecido muito isso principalmente na cabeça de muitos homi, por muitas vezes não aceitarem o fim do relacionamento né? (...) Então são essas coisas

²³ Discurso de Terra, 37 anos, no início da entrevista, após prévia leitura das questões que integram a entrevista semiestruturada deste estudo e já denotando certo desconforto ao ser considerado um homem autor de violência doméstica.

que tem dia após dia tem aumentado esse número de violência contra a mulher né, que tem sido absurdo, tem crescido de forma assustadora né? (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

Nos casos que eu já atendi álcool, droga e traição, esses três fatores, e traição de ambos. Aí o que acontece cada um procura o seu lado né? O direito que acha que tem né? E eu fazia a minha parte como policial, como policial militar o meu trabalho é ostensivo e não investigativo, então eu conduzia até a autoridade policial, no caso o delegado e cabe a ele saber quem, descobrir quem *tava* com a razão ou não, e não a mim (Terra, policial militar, 37 anos).

Eu acho que as drogas entendeu? Falta de respeito do homem pela mulher né? A mulher se envolve com certo tipo de gente, eu acho que a mulher não procura muito saber quem é aquele *homi*, nem o *homi* procura saber quem é aquela mulher, eu acho que é isso, acho que é mais o mundo das drogas (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

É os companheiro dela né que sei lá, traição né, num quer deixar a mulher aí vai e mata eu digo *oshe*, mas isso não é certo né, somente isso (Marte, pedreiro, 38 anos).

O assassinato das mulheres aparece nas falas, traduzindo como a organização sócio-cultural legítima o exercício do poder de vida e até morte das mulheres por parte dos homens, refletindo o mito e discurso muito presente em falas masculinas de que “Se ela não ficar comigo, não fica com mais ninguém”. Embora as narrativas não citem diretamente o termo “honra masculina”, seus sentidos possuem esta conotação. Quando Mercúrio pontua que um homem não aceita perder sua mulher para “uma outra igual”, esta é uma questão pouco problematizada e ainda tratada com certa reserva. Acredito que a constituição de uma relação com este arranjo borra duas normas do universo masculino, a saber: A primeira, da própria virilidade, pois o homem “não deu conta”; “não segurou aquela mulher”, a segunda, na minha leitura, ativa o falocentrismo e a centralidade que o pênis possui em nossa cultura, tornando imperdoável e pecaminoso que “uma mulher deixe de ficar com um homem para manter relação com uma igual”, reduzindo o prazer sexual e o exercício da sexualidade ao falo.

Bourdieu (2014), ressalta que a relação sexual expressa-se enquanto uma relação social baseada em dominação, isto porque institui-se uma dicotomia que toma o masculino, como o ativo, e o feminino, enquanto o lugar da passividade, instituindo-se então uma relação de desejo. Na perspectiva masculina, opera o desejo de posse e dominação erotizada; no campo feminino, estaria o desejo da dominação masculina ou ainda a subordinação erotizada. A vivência sexual, portanto, vai tecendo-se de forma distinta para homens e mulheres. Enquanto os rapazes tendem a exercer sua sexualidade sob sentido físico, marcadamente agressivo, sendo a penetração e o orgasmo a sua finalidade, para as mulheres, esta vivência é

algo particular, estando permeada pela afetividade, não resumindo-se apenas a penetração, mas agregando a ela uma gama de atividades como falar, tocar, acariciar e etc.

Para Araújo (2016), na perspectiva de uma economia masculinista, a honra masculina é um código que está sob os cuidados das mulheres, ou seja, quando violada pelo viés da traição feminina, a mulher não apenas feriu um código cultural e moral, como transgrediu seu lugar de guardiã de algo que lhe é colocado para zelo. O homem traído, por sua vez, possui não apenas a sua suposta propriedade roubada como assiste a invasão do seu domínio e, sobretudo ao estilhaçar dos valores de sua honra. A dor da infidelidade feminina possui caráter não apenas individual, como se estende à esfera social e cultural. Se, por um lado, pode provocar sentimentos de solidariedade entre os próprios homens, de outro modo, pode implicar vergonha e reprovação social, sentimentos desdenháveis e desprezíveis. A fúria do homem traído, em nome dos valores de sua honra, esteve legitimada e naturalizada pelo menos até a década de noventa do século XX, entre os dispositivos jurídicos no caldo cultural da normatividade social.

Outra questão que vai amarrando as narrativas centra-se na classe social como um marcador que influencia a prática da violência masculina, reverberando nas falas de Plutão e Terra:

A nossa cultura de ser uma sociedade machista; a baixa educação; a baixa escolaridade né, não só nas camadas mais pobres, mas essa questão porque também o machismo a gente tá vendo também nas camadas altas, num vem muito a tona, mas a gente sabe que tem isso. Eu acho que essa questão cultural nossa influencia muito mais que, influencia muito isso (Plutão, economista, 54 anos).

É, é triste né isso ainda hoje isso tá desse jeito. Eu acho primeiro vem à questão da convivência, convivência (...) a gente vê muita gente sem estrutura emocional convivendo com outra pessoa também que não tem estrutura emocional. Tem a questão social que não deixa de ser num é, então a gente vê muito o pessoal de uma classe, eu acho que a classe média no meu ponto de vista, diante do que eu converso com o pessoal, do que eu analiso, por ser, por fazer parte desse universo, eu vejo que a classe média é onde menos tem casos de violência doméstica, posso tá errado, não sou nenhum estatístico, nenhum pesquisador. Eu vejo que tem muito na classe alta e na classe menos favorecida, aí vem o que, porque é aquela questão o rico ele acha que é onipotente, ele acha que pode fazer tudo, inclusive espancar, agredir tanto marido, mulher, filhos e que não vai acontecer nada, geralmente não acontece. Já na classe menos favorecida tem aquela questão, vem à questão de droga, vem à questão de álcool, vem aquela questão cultural, aquele questão que o homem pode ter várias mulheres enfim, eu acho que é por esse caminho. E a gente já na classe média a gente num vê tanto isso porque fica justamente aí no meio termo, então você vê muito que era no meu casamento a gente batalhava tudo pra, tudo junto (...) então eu vejo que na classe média *vamo* assim dizer tem mais aquela parceria, aquele

companheirismo, então por isso que eu vejo menos (Terra, policial militar, 37 anos).

Quando Terra ressalta que geralmente os crimes praticados pelos homens ricos geralmente não “dão em nada” diante da justiça, mostra que esta é uma questão que ressoa socialmente, sendo necessário problematizá-la, ao tomarmos a violência contra a mulher como questão, uma vez que (re) alimenta o sentimento de impunidade dos homens que, por sua vez, já naturalizam suas práticas violentas. Não apenas os homens apropriam-se desta ideia ao atribuírem seus sentidos acerca da violência e Lei Maria da Penha, como também, não se pode negar que esta é uma das fragilidades e desafio a ser superado no tocante à efetividade da lei. Se a violência possui múltiplas determinações sociais, culturais e históricas, que acabam por dificultar o encorajar das mulheres em fazer as denúncias aos órgãos competentes, quando são feitas, compete à esfera estatal melhor aplicabilidade da legislação vigente, não apenas como forma de responder e enfrentar esta problemática, como também no sentido de não contribuir para este sentimento de impunidade em face à violência masculina contra as mulheres.

No artigo intitulado “Cenas passadas, mas não tão passadas”, de Marcelo Augusto Veloso, publicado em 2017, ao debruçar-se sobre a histórica desigualdade entre os homens e mulheres, o autor faz uma analogia à luz do pensamento marxista para compreender essa situação. Para ele, as mulheres seriam o “proletariado” e os homens a “classe burguesa”. Desse modo reflete se a “burguesia” masculina estaria disposta a ouvir e aglutinar as demandas das mulheres, uma vez que isso a tiraria do lugar privilegiado a que encontra-se historicamente. Mais que isso, o autor pensa que, talvez, por essa razão, tenham sido poucos os homens que permitiram-se desconstruir essas relações ao verem o feminismo expandir-se pela sociedade.

De acordo com o Instituto Avon (2013), na pesquisa intitulada “Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher”, 41% da população brasileira conhece algum homem que já foi violento com a sua companheira. Apesar disso, apenas 16% dos autores de violência admitem ter perpetrado essa violência com a atual ou exmulher. E apenas 12% dos homens que estão vivendo atualmente uma relação afetiva assumem o ato violento do qual foram acusados.

Corroborando com os dados da pesquisa, para Amorim (2007), as agressões de homens contra as mulheres se evidenciam em todas as classes sociais, nas diversas faixas

etárias e com pessoas dos mais variados níveis de escolaridade. Acredita-se que o enfrentamento desta violência passa diretamente pelo estudo destes homens que a perpetraram.

Após estas questões, acreditei ser relevante entender como os homens têm compreendido, quais os significados têm construído acerca da Lei Maria da Penha. Prevalece nos seus discursos o caráter marcadamente punitivo da lei, aliado ao desconhecimento dos homens sobre ela e, por isso, a necessidade de maior publicização deste dispositivo entre os próprios homens. As falas de Terra, Plutão, Marte e Mercúrio convergiram articulando esses aspectos apontados. Desse modo:

A Lei Maria da Penha é uma lei que veio para beneficiar, beneficiar tanto as mulheres como os homens também, o que acontece muito é o desconhecimento dos homens, mas ela tem lá a parte que garante também a segurança, que garante os direitos do homem, o que falta é informação, é conhecimento. Então assim a Lei Maria da Penha em específico, ela veio pra sem dúvida para proteger as mulheres como é conhecido num é? (...) Ora se tivesse tido esse debate não por pessoas que eu não acho que são qualificadas, me desculpe, os nossos representantes, os senadores, os deputados, eles não tem condições de debater a criação de uma lei que vai definir a vida de outra pessoa. Por isso que eu digo tinha que ter tido um debate com o povo e por juristas, porque o povo, quando você fosse ver a opinião, ouvir a opinião, ver a real situação social do povo, povão mesmo você ia entender o porque de certos atos tanto da parte do homem como da parte da mulher, tanto da parte de filhos como da parte de filhas, porque também existe agressões dos filhos. Juristas são pessoas que a gente entende que tem o preparo pra interpretar aquilo ali e traduzir e formular como deveria ser, mas infelizmente não é o que acontece (...) eu como eu disse, eu me considero uma pessoa não vou dizer vítima, porque não tem uma vítima quando tem um crime de violência doméstica, um crime não, quando acontece a violência doméstica não é uma pessoa que é a vítima, não é uma pessoa que é o acusado. Na realidade ele já chega, a lei já classifica ele logo como réu. Existem vítimas, até o próprio agressor ele é uma vítima, a pessoa que foi agredida é vítima, os filhos também são vítimas (...) Não condeno a Lei Maria da Penha, só acho que ela deveria ter sido melhor discutida, também não vou dizer “que eu ah eu fui vítima porque ela foi” (...) não, se eu tô aqui é porque alguma coisa aconteceu, mas aqui eu não me coloco como réu, me coloco também como vítima porque a família se torna vítima. E essa vitimização extrapola a sua célula, a sua mãe também se torna vítima porque vai sofrer, a mãe da suposta vítima também vai sofrer, então extrapola e vai envolvendo várias células familiares. Então é triste assim quando a gente vê uma família se desfazer e principalmente quando se desfaz e ficam esses encontros desagradáveis diante de um juiz por conta de uma violência doméstica, seja ela física ou psicológica, enfim esse é o meu pensamento (Terra, policial militar, 37 anos).

A narrativa em questão costura-se pelo aparente desconforto que o depoente possui acerca da forma como a Lei Maria da Penha foi. Embora seja indiscutível sua relevância, por ter dado voz e visibilidade a uma problemática que afeta tantas mulheres na configuração

brasileira, compreende-se aqui que a lei transcende o aparato jurídico, pois não apenas exigiu enfrentamento por parte do Estado brasileiro no que se refere ao espancamento de mulheres, como reconheceu socialmente a magnitude que possui esta problemática no país. Outra questão pertinente a ser pontuada é a vitimização presente no discurso de Terra. É inegável que a violência doméstica afete a todos os atores sociais que convivem direta ou indiretamente no núcleo familiar, trata-se de danos psicossociais, muitas vezes, irreparáveis. Apesar disso, não se pode negar que suas implicações dão-se em maior escala para as mulheres vitimadas, dado os códigos culturais e históricos que ao serem ativados, tendem a culpabilizar apenas ou em maior grau as mulheres pela dissolução da vivência conjugal. Assim, a narrativa em questão acaba por minimizar os danos dos atos agressivos dos homens contra as mulheres.

Langley e Levy (1980), dedicam parte de sua obra a compreender por quais motivos uma mulher (con) vive num contexto de espancamento por parte dos seus companheiros, apontando três questões chave: as atitudes pessoais das mulheres, de sua família e a percepção da sociedade sobre esta problemática. Além de possivelmente naturalizem as atitudes grosseiras e violentas do pai em face da mãe quando meninas, que reverbera na constituição futura das suas relações; o ideário do amor que impede as mulheres de dissolverem o contrato casamento, aliado a isso, os sentimentos de esperança e lealdade; o medo e a vergonha de contar aos demais o espancamento sofrido; sentir-se presa ao casamento; a preocupação com os filhos; a dependência do marido; além de não terem para onde ir.

Como podemos observar, numa atmosfera de violência todos estão envolvidos. Trata-se de uma teia que agrega os mais variados atores ligados ao núcleo familiar. No entanto, as possibilidades de resistência e agência e os danos trazidos pela violência são bem mais complexos para as mulheres.

Com entendimento semelhante ao de Terra, reconhecendo a relevância da lei, apesar de apontar alguns aspectos negativos a partir da sua percepção, afirma Plutão:

Eu acho que a Lei Maria da Penha ela veio para contribuir de maneira significativa para o combate dessa violência que, muitas vezes, não estava sendo levada muito a sério, estava sendo tratada de uma maneira superficial. Apesar de a gente ver que ela tá com um caráter muito punitivo de início, eu acho que talvez devido à situação que ocorreu e tudo, ela deve ter sido implantada de uma maneira assim bem rígida, ela tem contribuído pra pelo menos ter esclarecimento a respeito da valorização da mulher, da violência que tá sendo praticada contra ela e de que mostrar que elas têm o mesmo direito né? Ela precisa, eu acho que tem que ser mais amplo ainda, conforme eu até tinha falado aqui quando participei isso tem ser implantado até mesmo nas escolas, na base mesmo, já na formação do ser humano. Começar as

crianças a respeitarem até suas amiguinhas na sala de aula e as amigas respeitarem os seus amigos, então só aí é que você consegue começar a formar cidadãos com mais respeito num é, porque uma das coisas eu acho que o respeito é fundamental, a gente tem que fazer isso de maneira educativa, eu acho que a gente tem que passar para trabalhar de maneira mais educativa. Eu acho que o choque inicial foi dado, tá sendo feito de maneira punitiva e eu acho que num pode ficar só de maneira punitiva, tem que tá buscando educar mais, mesmo as pessoas que foram vítimas e os que foram agressores. Não só buscar em punir porque muitas vezes acontece de agir por impulso e tudo, então a gente precisa trabalhar mais isso de maneira educativa também, para que seria uma maneira preventiva, porque senão a gente tá tratando só depois que acontece, então tem que buscar mais, a gente sabe o quanto a nossa sociedade é machista e a gente tem até essa dificuldade de tá divulgando isso. Então eu acho que a gente tem que disseminar mais isso, tem que trabalhar com isso nas escolas, nas universidades mesmo que nós temos muitos exemplos, que muitas vezes não é só com a mulher que está ali ao seu lado, mas a sua amiga de sala de aula, a sua colega de trabalho e, muitas vezes você tá praticando uma violência de maneira inconsciente (Plutão, economista, 54 anos).

Terra e Plutão dizem reconhecer a importância que a lei possui na perspectiva de proteção das mulheres e, sobretudo, no enfrentamento da violência cometida contra elas no espaço doméstico e familiar. Articulando seus discursos ao que preconiza o próprio texto deste dispositivo jurídico no seu início, ao propor a criação de mecanismos que tenham como finalidade coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme reza os termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Embora o processo de construção da lei seja incisivamente criticado por Terra, ambos reconhecem como esta ferramenta jurídica preocupa-se em incluir também os homens autores de violência e, nesta mesma direção, evidenciando o caráter educativo que a lei pode ter, para além da marca punitiva e criminalizadora também marcante nas falas. Nesse sentido, conforme disposto nos artigos 35º e 45º da lei, compete à União, ao Distrito Federal, aos estados e municípios, a criação e promoção, no que tange as fronteiras das suas competências, de centros de educação e de reabilitação para os agressores²⁴, cabendo ao juiz a determinação obrigatória dos agressores a esses programas de recuperação e reabilitação.

Conforme o “Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres” (2012), em âmbito brasileiro, os primeiros grupos de gênero envolvendo homens

²⁴ Utilizei a nomenclatura de forma fiel ao que reza e dispõe a Lei Maria da Penha, embora acredite que o termo mais coerente seja “Autores de violência”, conforme já citado e referenciado por Nascimento (2011).

aconteceram na década de 1990, apesar de seu foco não ser exclusivamente a temática da violência, concentrando-se no eixo Rio/São Paulo.

Ainda, a partir do documento, é fundamental afirmar que os grupos reflexivos com homens autores de violência não nascem com a Lei Maria da Penha. Já existiam iniciativas de organizações não governamentais voltadas para essa finalidade, tendo a parceria do sistema judiciário e contando com o apoio estatal. Embora o documento não aponte quantitativamente estas estratégias, pontua algumas delas, a saber: já no começo da década de 1990, alguns grupos com homens foram realizando-se sob a coordenação de Gary Baker e Fernando Acosta, tanto no seu consultório, como na ONG Centro de Educação Sexual (CEDUS), e, ainda, na Fundação São Martinho; Sócrates Nolasco, neste mesmo período, desenvolve trabalhos em seu consultório com grupos de pais; e o psicoterapeuta Luiz Cuschnir realizou atividades semelhantes em sua clínica, em São Paulo. O documento ainda aponta os trabalhos desenvolvidos com homens autores de violência através da ONG Pró Mulher, Família e Cidadania, em 1994, sob direção da psicanalista Malvina Muszkat; e, além deste trabalho, o Centro de Estudos para a Saúde começou a realizar atividades com homens no recorte geográfico do ABC paulista, tendo sido um trabalho modelo que teve continuidade por outras instituições como o Instituto Papai, em Pernambuco, e pela Rede Acreana de Mulheres e Homens. Posteriormente, o documento ressalta que o foi feito com a Lei Maria da Penha foi a aglutinação dessas experiências, tendo agora o desafio de regulamentação e aplicabilidade no tocante a esse trabalho com os homens autores de violência. Como se pode perceber, esta é uma problemática complexa, multifacetada, que envolve diversos símbolos, significados e representações sociais. Seu estudo é, portanto, de significativa importância.

Seguindo a compreensão de que trata-se de um mecanismo cuja finalidade maior é a proteção da mulher, Marte, 38 anos afirma: “Num sei não, eu acho que, ouvi que é de proteção da mulher né, somente”. Mercúrio, por sua vez, então diz:

Cara o que eu posso chegar e te dizer assim que (risos), eu num entendo sobre a lei, eu *tô* aprendendo, eu *tô* aprendendo o que seja essa lei por que eu *tô* vivendo esse momento, mas eu num sei (...) Eu num sabia que passar uma mulher no *mei* da rua, você soltar uma graça pra ela, você poderia responder, você poderia responder por essa atitude na questão da Lei da Maria da Penha num é? (...) Eu vim conhecer o que é a Lei Maria da Penha porque a minha companheira partiu pra cima de mim né, com raiva por que eu ofereci um prato de fava a minha vizinha, como ela *tava* vivendo o cotidiano e se estranhando com essa minha vizinha por conta de ciúmes para comigo, ficou revoltada pelo fato de eu ter oferecido a fava e disse que eu não ia dar, eu pra não ficar por baixo, eu disse que “se eu não desse a fava eu derramava”, como de fato eu derramei e pedi pra ela ir *simbora* pra casa dos pais dela porque ela já estava sob medida protetiva, não era pra tá na minha casa, era

pra tá a trezentos metros de distância da minha casa, e até isso eu vim descobrir como a assistente social me falou pra mim que ela *tava* sob medida protetiva, mas que mesmo eu abrindo a porta da minha casa pra ela, eu poderia responder por aquele ato. Então eu creio que é algo que a mídia, a própria mídia deveria informar, informar mais através de palestras, através de qualquer tipo de manifestações, congresso, alguma coisa, deveria informar isso aos homens, não só as mulheres. Não só propagar, propagar em cartazes em determinado tipo de ambiente “Mulheres não aceite agressão, ligue para o 190, se você sofrer qualquer tipo de agressão”. Quem precisa também saber dessas informações são os homens, tem muitos, eu tenho 43 anos e sei praticamente nada sobre a Lei Maria da Penha, quantos e quantos homens também não estão também na mesma situação, quer dizer precisam ser informados que determinados tipos de atitudes contra sua companheira ou contra qualquer outra mulher pode gerar um transtorno gravíssimo que eles vão carregar pra o resto da vida deles. Então eu creio que isso seria bom, aí então ninguém iria ser inocente de qualquer que fosse o fato, pois estariam esclarecidos sobre os direitos e deveres da mulher né, como direitos e deveres do homem (Mercúrio, árbitro de futebol, 43 anos).

O desconhecimento da lei também costura os discursos de Marte e Mercúrio. Embora Mercúrio já sinalize desenvolver certas informações sobre ela, ao pontuar as medidas protetivas como direitos garantidos pela Lei Maria da Penha para as Mulheres, conforme reza o artigo 42º inciso IV. Mais que isso, a fala de Mercúrio aponta uma fértil possibilidade educativa para se (re) pensar as relações de gênero, e, ao invés de concebê-la meramente como dispositivo criminalizador dos homens, atribui-lhe um sentido de proteção deles que, uma vez munidos dos conhecimentos acerca dos direitos e deveres de homens e mulheres, agiriam de forma violenta conhecendo a gravidade oriunda deste ato. Embora haja uma apropriação do discurso político feminista e de gênero, é inegável que este pensamento pode fertilizar outras formas de se pensar as relações de gêneros dos depoentes.

Divergindo das demais perspectivas apontadas, Saturno acredita que a lei funcione marcadamente como algo que conferiu bastante autonomia as mulheres, desse modo:

Porque a Lei Maria da Penha vem mais pra o homem baixar a cabeça pra mulher, aquela conversa toda né, assim aí eu não entendo muito né, assim porque eu não tenho muita profundidade sobre isso, mas às vezes eu fico imaginando mesmo, às vezes a Lei Maria da penha ela veio assim numa certa autoridade de às vezes a mulher, não querer também ser submissa mais ao *homí*, o marido, entendeu? Porque eu posso e eu faço e eu vou agir porque a lei me cobre, deve ser nesse motivo né, eu num penso assim né, mas deve ser esse estilo de (...) aí eu vejo assim nesse sentido, porque tem muita assim, o poder mesmo a mulher em muitas coisas, hoje você, a pessoa hoje casa, tem uma mulher, hoje em dia aquela mulher é diferente dos meus pais né, da minha que o meu pai trabalhava, hoje a mulher tem toda liberdade de todas as áreas entendeu? Que a lei hoje teve de colocar (...) não sou contra isso tá entendendo? Mas ela se sentiu mais forte em todas as áreas

que o homem, eu acho nesse sentido (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Seu possível desconhecimento sobre a Lei e as diferentes formas de expressão da violência contra a mulher aparecem em outro momento da sua narrativa, ao colocar-me que em um diálogo certa vez foi dito que a agressão e o assassinato de mulheres possui o mesmo trato jurídico, ao que ele diz:

Eu vi uma conversa, uma vez um rapaz dizendo que disse que a lei Maria da Penha né, quer dizer o homem, é a mesma coisa se o homem o processo de uma morte matou uma mulher, é o mesmo processo de ser condenado com um (...) tivesse batido nela né, quer dizer um *caba* desse, mas por qual razão? Ele disse não porque de repente você, uma pessoa pega matar uma mulher é a mesma condenação você ser julgado do mesmo jeito e tal, tá entendendo? Aí fiquei sem (...) (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

As falas de Saturno denotam as desigualdades de gênero como estruturantes das dinâmicas relações sociais. Embora atribua os avanços femininos como oriundos da lei, convém elencar duas questões pertinentes. A primeira, que as conquistas das mulheres vêm dando-se histórica e gradativamente, sobretudo a partir da segunda onda do feminismo no recorte temporal de 1960/1970, mas no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher, sobretudo a que ocorre no ambiente doméstico e familiar, esses avanços ainda dão-se a passos curtos, prova disso é que a própria Lei Maria da Penha, data do ano de 2006, deixando claro como o próprio ordenamento jurídico possui marcas discursivas e práticas de uma sociedade centrada na figura masculina. A segunda questão é que, dada a magnitude da problemática da violência contra a mulher na configuração brasileira, foi preciso a criação de uma lei específica para coibi-la e enfrentá-la, e assim conferir certa integridade e segurança as mulheres.

Mas, nessas falas, chamam a atenção, sobretudo os sentidos de Saturno de o homem baixar a cabeça e maior autoridade feminina oriundos da lei, refletindo como o sentimento de autoridade e exercício naturalizado da prática violenta masculina ainda vem passando por processos de desestabilizações, embora tenha como fio condutor o temor da coerção e não um significado sócio-educativo de transformar essas relações e lugares desiguais de gênero.

Para Valdonilson Barbosa dos Santos, na tese de doutorado intitulada “Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero”, campo realizado em Delegacia Especializada de Atendimento as Mulheres – DEAM’s, publicada em 2013, evidenciou-se como os homens sentem que estão perdendo os seus direitos. A ótica dos interlocutores dele corrobora com a narrativa de Saturno. Para eles houve verdadeira aliança entre as mulheres e

o Estado, as instituições e legislações que aglutinam as pautas feministas, conferindo exclusivamente poder às mulheres e, na esteira desse processo, retirando a autonomia dos homens.

Como se pode analisar, com base nos processos e entrevistas, as relações e experiências são atravessadas por relações de saber/poder, não diferentemente, isso evidenciou-se nas experiências dos depoentes, ao protagonizarem situações de violência. É irrefutável que isso afeta as suas construções em torno do gênero, da sexualidade, das situações de violência e das performances das suas masculinidades. Mais que isso, os homens reconhecem a importância dos dispositivos legais e jurídicos de proteção às mulheres, embora pontuem a necessidade de maior publicização sobre a Lei Maria da Penha em especial, pois há desconhecimento dos homens sobre ela, ou ainda, apontando-a apenas como algo negativo por provocar alterações nas assimétricas relações de poder.

3.2 “Eu acho isso realmente um absurdo porque o homem mesmo que ele seja mais frágil que uma mulher, mas ele sempre tem mais força de que uma mulher”²⁵

*Marido que bate, bate
Marido que já bateu”
Quem não aguenta calada
Conhece quem já morreu
Eis o que diz a moçada
À noite, pela calçada
Sobre o que aconteceu
(Trechos do cordel intitulado
“Embalando meninas em tempos de
violência, de autoria de Salete Maria
da Silva)*

Ouvindo esses homens, problematizando aspectos das suas falas, tanto sobre suas compreensões sobre a violência contra a mulher como quanto ao contexto de lutas e os dispositivos jurídicos que pretendem coibi-la. Ainda no intento de compreender melhor as questões aqui colocadas, senti a necessidade de refletir sobre alguns aspectos que as discussões suscitadas trazem para nosso momento presente, em particular, em que vemos crescer a estatística de assassinato de mulheres por parte dos homens em razão do gênero – feminicídio. Em seguida, pretendo pontuar algumas estratégias e iniciativas em âmbito brasileiro que orientam-se para o trabalho com estes homens autores de violência.

²⁵ Discurso de Saturno, 44 anos.

O site G1 Paraíba publicou uma notícia em fevereiro deste ano intitulada “Metade dos homicídios de mulheres em janeiro de 2019 são tratados como feminicídios, na PB”. No mês em questão quatro mulheres foram assassinadas no estado. Acredita-se que dois desses casos possam ser caracterizados como feminicídios, pois sua manifestação deu-se pelo recorte de gênero, ou seja, morreram em decorrência de serem mulheres. Mais que isso, o autor da violência foi o companheiro ou ex-companheiro, estando os contextos sob investigação da polícia civil. Ainda conforme a matéria, os dados de violência contra a mulher no lastro temporal dos últimos dez anos são estarrecedores. De 2009 a 2018, 1.083 mulheres foram assassinadas no estado, sendo que, só em 2018, esse número correspondeu a 84 mortes de mulheres²⁶.

A notícia ainda apresenta as particularidades dos dois casos em questão, trata-se da morte de duas jovens. A primeira, uma mulher de vinte e três anos, em que o crime ocorreu no bairro Catingueira, na cidade de Campina Grande, onde o autor da violência por não aceitar o fim do relacionamento, desferiu cinquenta facadas sobre o corpo da jovem na frente do filho de três anos. Ao apresentar-se à polícia civil e assumir a autoria do crime, afirmou que a motivação foi a suposta traição dela, tendo sido incentivado pelos amigos a matá-la. O segundo episódio ocorreu no agreste paraibano, na cidade de Itapororoca. A jovem de vinte anos foi esfaqueada pelo companheiro, quando voltando da igreja, tendo sido o ciúmes o agente motivador do feminicídio, apesar de já sofrer sucessivas violências como, por exemplo, ter tido o cabelo cortado por ele com uma faca e ter sido ferida com um facão, conforme relata o irmão da vítima em entrevista para a matéria.

Esta é uma realidade que transcende não apenas os limites do Estado da Paraíba, sendo noticiada em todos os estados do território brasileiro. Como forma de seu enfrentamento, a Lei 13.104 conhecida popularmente como Lei do Feminicídio, foi aprovada em nove de março de 2015, provocando alteração no artigo 121 do Decreto-Lei, número 2.848 de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, passando a fazer a inclusão do feminicídio no rol dos crimes hediondos, ou seja, transformando-o em homicídio qualificado. Nessa leitura, considera-se feminicídio a manifestação do sexo²⁷, a razão de ser mulher, e quando o

²⁶ Para análise da matéria, ver https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/08/numero-de-feminicidios-em-nove-meses-2018-na-pb-e-maior-que-o-registrado-em-todo-ano-de-2017.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1pb&fbclid=IwAR1NxaHVQTTu78Vu_tVUE8P3XP99m9t7S1DchhsqnUmZUvvoiGh1bviWI7M. Último acesso em: 10 de abril de 2019.

²⁷ O texto da Lei incorre na perspectiva binária e essencialista do sexo, centralizando e minimizando uma questão tão complexa apenas a genitália, o que acaba por negar a experiência e o assassinado brutal de mulheres que identificam-se como tal, mesmo não possuindo a genitália feminina, como, por exemplo, as mulheres

crime envolver violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Seguindo este fio condutor e compreendendo que os dados demonstram a dimensão social que possui esta problemática, esta questão reverberou ainda na fala dos depoentes, como, por exemplo, para Saturno:

(...) Que nem você me perguntou agressão contra a mulher eu acho isso um absurdo, a vida de muitas mulheres aí ceifando todos os dias, isso me dói muito, diante de Deus isso me dói muito. Todo dia a gente liga uma televisão, uma mulher foi morta por ex-namorado, ex-marido, é uma pessoa que era a fim daquela pessoa, que dizer hoje (...) eu tô vendo assim a morte pra mulher é mais próxima do que para o *homi*, não sei porque a mulher hoje em dia é mais frágil (Pausa para refletir) E é muito pesado, que nem eu acabei de dizer a você eu nunca fui uma pessoa é (...) louco assim pra agredir nenhuma esposa mesmo, nunca aconteceu isso, quer dizer, porque sempre independente de qualquer situação né, sempre eu pensava duas três vezes pra não chegar esse certo limite, mas *té* hoje graças a Deus assim nunca aconteceu (...) Rapaz assim na minha opinião, no meu caso, assim nunca aconteceu esse *poblema*, assim de eu ser envolvido nessa lei por que eu nunca fui uma pessoa agressiva dentro da minha casa, tenho meus filhos né? Só tenho uma *de menor*, mora tudo comigo ainda né? Assim foi um momento que eu num cheguei também a bater, foi só uma discussão de boca né? Mas aconteceu de ela me acusar de ter batido nela achando que tudo isso ia me causar um *poblema* e realmente causou né? Envolveu minha família que veio tudo a tona aquela coisa toda né? A pessoa que nunca teve uma situação de chegar numa delegacia né, chegar a ir preso *tá* entendendo? Tudo isso tornou um transtorno na minha vida né? (...) porque realmente eu sempre assisto televisão e acho isso um absurdo *tá* entendendo? Eu acho isso realmente um absurdo por que o homem mesmo que ele seja mais frágil que uma mulher, mas ele sempre tem mais força de que uma mulher, hoje em dia eu vejo a violência muito sei lá (...) É por isso que eu não entendo assim o que foi isso que aconteceu comigo, o momento, não sei se foi do motivo da pessoa ter me insultado muito né, entendeu? Mais assim eu não cheguei assim espancar, aquela coisa de aquela violência de você chegar assim a deixar marca aquele negócio todo, *tá* entendendo? Eu não cheguei a fazer nada disso, apenas somente um empurrão que eu dei assim, foi tão rápido que eu fui *mimbora* (risos), entendeu e aconteceu isso, *tá* entendendo? (Saturno, auxiliar de produção, 44 anos).

Embora Saturno manifeste-se aparentemente tocado e em certa medida inquieto e dizendo-se impressionado com os casos recorrentes de violência contra a mulher, sobretudo apresentados na mídia cotidianamente, ao fazer uma análise do seu processo no juizado e ao longo da sua fala, constatei que a motivação da sua acusação foi justamente agressão física e verbal. Desse modo, embora o interlocutor julgue censurável a prática da violência contra a mulher, acaba por não reconhecer sua atitude como violenta. Outra questão pertinente trazida

transexuais. Mais que isso, traduz como o aparato jurídico pauta-se na normatização e normalização dos corpos a partir do sentido biológico/natural.

nesta fala refere-se à relação entre vítimas e autores da violência, evidenciando ser, de fato, em sua maioria alguém que manteve vínculo afetivo-sexual com a mulher, deixando claro como o ideário de posse e poder do homem sobre a mulher integra a matriz cultural que faz parte da constituição dos homens, sobretudo no que concerne à dissolução das relações conjugais e afetivas.

Para Céli Pinto, citado por Osterne (2011), a problemática da violência contra a mulher na configuração brasileira sempre foi tomada com certa restrição e até mesmo enquanto um tabu, estando relegada à esfera privada. O lugar do homem enquanto detentor do direito à vida e até morte sobre todos aqueles que estavam sob o seu teto, tem como matriz a casa-grande escravocrata. A mulher nesse contexto era frequentemente vítima de estupro. Tanto a mulher branca submetia-se ao homem, pois era seu dever de esposa e, mais que isso, cabia-lhe a reprodução da prole, ou era a mulher negra que, objetificada, servia como fonte de desejos do homem branco que se permitia com ela os prazeres proibidos na casa-grande. Assim, transgredir essa submissão frente ao homem justificava a violência masculina. Agregado a esse poder de mando estava a moral católica e sexista vigente no país que concebia as mulheres como sujeitos naturalmente submissos e puros desde a idade mais tenra, sendo este o único paradigma de feminidade aceito.

O discurso de Saturno ainda faz referência ao corpo e sua articulação com a questão da violência, ressoa cultural e socialmente a ideia de que constitui-se como violência somente aquilo que fere o corpo físico. Prova disso é que em muitos contextos de violência de gênero, sobretudo a que incide contra a mulher no espaço doméstico e nos crimes homofóbicos, há uma lógica em desfigurar, marcar os rostos e corpos das vítimas. Ao marcar o corpo há uma demarcação de território e poder por parte do autor da violência.

Para David Le Breton (2009), há verdadeiro culto ao rosto nas sociedades ocidentais, que serve como eixo orientador da identidade, tendo como pano de fundo a ambiguidade do sagrado, manifesta no dualismo santidade/mancha. Na perspectiva das relações amorosas, ora o rosto funciona como objeto de admiração, ora vive processos de desumanização, como nos contextos de racismo, por exemplo. Tudo isso afeta um aspecto central dos indivíduos – a (des) figuração das suas identidades.

O site G1 publicou uma matéria intitulada “Lutador, filho de mulher agredida por 4 horas posta homenagem: “Te amo mãe²⁸”, em fevereiro deste ano e que chocou o país. Trata-se da tentativa de feminicídio de um advogado de vinte e sete anos, contra a mãe de um

²⁸ Para análise da matéria, ver, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/18/lutador-filho-de-mulher-agredida-por-4-horas-posta-homenagem-te-amo-mae.ghtml>. Último acesso em: 10 de abril de 2019.

famoso lutador de jiu-jitsu brasileiro. A matéria, assim como as fotos da vítima nela contida aponta para expressivas fraturas na parte do rosto. O acusado da violência, por sua vez, afirma ter feito a ingestão de bebida alcoólica e ter surtado, como forma de justificar a sua prática violenta que quase levou à morte.

Nesse sentido, este caso reflete como os homens apropriam-se dos corpos das mulheres. Mais que isso, como o rosto, enquanto lugar máximo de poder, é um dos principais locais para a prática violenta. O sentido masculino é marcar, desumanizar e, assim descaracterizar o rosto, demarcando física e simbolicamente o poder que acreditam ter sobre as mulheres.

Ainda no tocante ao assassinato de mulheres apresentados na mídia, em especial, nas redes sociais, esta questão também ressoa na fala de Terra, ao fazer referência a um recente caso que teve grande repercussão social, desse modo:

(...) A Lei Maria da Penha quando a gente vai analisar, vai ler, qualquer pessoa, ela é cheia de remendos, agora diante desse caso²⁹ que teve daquele jovem casal num é? Acho que foi uma advogada num foi que foi assassinada pelo marido, era um casal de classe média alta num foi? Que teve uma grande repercussão social, principalmente no *instagram*, que jogou ela, aí o que foi que fizeram? desengavetaram uma emenda que já *tava* engavetada há décadas também que era o feminicídio, o que foi que fizeram? Um remendo na Lei Maria da Penha (...) E quando acontecer um novo crime, espero que não aconteça né? Mas nesse momento pode tá acontecendo um crime que, mais tarde, quando a gente ligar os jornais, ou quando a gente chegar e ver as redes sociais esteja repercutindo nacionalmente e vão colocar outro remendo, vão tirar alguma coisa, alguma carta da manga, ou então algum outro pedaço de papel que tá lá engavetado há anos e vão também remendar na Lei Maria da Penha (...) Então a lei foi aprovada, foi festejada, foi muito comemorada, porém com muitos equívocos e esses equívocos se tivesse tido um debate nacional, tivesse tido uma rede de debates, de discussões, é tivesse sido melhor avaliada não por deputados e senadores, mas pelo povo e por juristas, esses erros não iam tá lá constando na lei. E eu vejo muita gente, isso como pessoa que já teve duas condenações pela Lei Maria da Penha, como também agente de segurança pública eu vejo que existe arbitrariedades dentro da lei por falta justamente desse debate. (Terra, policial militar, 37 anos).

A violência de gênero, em especial a que incide contra as mulheres no ambiente doméstico e familiar, vem sendo amplamente discutida nas últimas décadas, apesar de tratar-

²⁹ O caso a que Terra faz referência ocorreu no dia 22 de julho de 2018, na cidade de Guarapuava, no sul do estado do Paraná. Tratou-se do assassinato da advogada de 29 anos, Tatiane Spitzner, que tem como principal suspeito de ser o agente do feminicídio, o marido, Luiz Felipe Manvailier. Além de várias violências físicas, o acusado jogou o corpo da companheira do quarto andar do apartamento onde moravam. Este foi um caso que teve grande repercussão nacional, sobretudo nas redes sociais. Para mais informações, ver, <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/23/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-carregou-o-corpo-para-apartamento-apos-queda-do-4-andar-de-predio-diz-delegado.ghtml>. Último acesso em 2 de abril de 2019.

se de uma problemática histórica na narrativa brasileira. Embora existam estes esforços em compreender essa problemática nas suas múltiplas dimensões e determinações sociais e culturais, bem como de existir uma lei específica e políticas públicas para coibir essa violência, o número de denúncias de agressões, com traços marcadamente fortes de crueldade, e de assassinato de mulheres manifesto por questões de gênero, vem crescendo de forma assustadora.

Para Lisboa (2010), as pioneiras ao fazerem uso do conceito de feminicídio foram Jane Caputi e Diana Russel, tratando-o como um terror antifeminino, incluindo uma gama de abusos verbais e físicos, resultando na morte da mulher. Outra dimensão dessa categoria é expressa por Rita Laura Segato, ao entendê-lo como um “crime de ódio”, oriundo da infração feminina a duas leis do patriarcado, a saber: o controle, norma e posse sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina. Há ainda outra dimensão do feminicídio apresentada por Marcela Lagarde, tomando-o como uma categoria política que traduz a ausência do Estado de Direito, frente à reprodução demasiada da violência e os assassinatos sem castigo.

É pertinente questionar então o que fazer ou o que vem sendo feito no Brasil em face a esses homens autores de violência e de assassinato de mulheres. Para Leandro Feitosa Andrade (2014), há uma proposta de trabalho com esses sujeitos através de grupos com homens autores de violência contra as mulheres diante do modelo marcadamente prisional em curso que, além de não apontar expressivas mudanças de comportamento, é alvo de descrédito. Não se pode negar que, com a Lei Maria da Penha, os números de denúncias vêm crescendo de forma vertiginosa, aliado às autuações dos homens autores da violência. O autor aponta que embora a lei funcione como dispositivo de enfrentamento a histórica opressão a que as mulheres estiveram submetidas, outras questões vêm surgindo e requerendo bastante atenção, como a não intimidação dos homens pela lei, por acreditarem na impunidade ou ainda por desconsiderarem as possíveis consequências da prática violenta. Aliado a isso, ainda persiste entre os homens o sentimento implacável de vingança contra as mulheres, o que tem contribuído para o crescente número de feminicídios. Apesar de no texto da lei estar prevista a criação e encaminhamento de homens a centros e programas de homens autores de agressão, conforme dispõem os artigos 35 e 45, após sete anos de promulgação da citada lei, esta ainda parece uma preocupação bastante tímida, que exige maior atenção e efetividade, o que torna a problemática ainda mais complexa, pois:

No caso dos homens, o problema é ainda maior. Quando os homens são autuados, na maioria dos casos, não são detidos em flagrante delito e

aguardam o julgamento em liberdade. Mesmo com as determinações das medidas protetivas para as mulheres, os homens ficam, às vezes, por meses, e até por mais de ano, aguardando a decisão final. Para as mulheres, permanece a sensação de impunidade, e elas tornam-se alvos, em muitos casos, de novas ameaças, o que gera novos boletins de ocorrência. Para os homens, por sua vez, além da sensação de impunidade em relação à Lei Maria da Penha, observa-se o sentimento da revolta contra as (ex) companheiras. Fica evidente que essa lei vem servindo apenas como um modelo de contenção e que, mesmo assim isso não ocorre devido à falta de serviços e de uma rede que atenda a demanda (ANDRADE, 2014, p. 176).

Como se pode observar, é desafiador o atendimento e trabalho com os homens autores de violência. Se, por um lado, vem crescendo embora ainda muito precarizado, os serviços de atenção às mulheres vitimadas, por outro prisma, as iniciativas de trabalho com os homens ainda mostram-se insuficientes, o que acaba por reiterar a matriz culturalmente machista e patriarcal de posse e poder dos homens sobre as mulheres. Mais que isso, demonstra a morosidade e desafio estatal no enfrentamento de problemáticas complexas como a violência de gênero nas suas mais variadas formas de manifestação. Apesar disso, grupos de atendimento a homens autores de violência aparecem na literatura como a principal ferramenta de trabalho junto a eles, embora ainda exija melhor aprofundamento na compreensão das atividades desenvolvidas nestes espaços e abrindo ainda terreno para reflexões em torno da sua efetividade. Carece de estudos sobre a reincidência dos homens em situações violentas, por exemplo.

Lisboa (2010), após “estância” realizada em 2009 junto ao Programa Universitário de Estudos de Gênero – PUEG, da UNAM, realizou um estudo comparativo entre as leis sancionadas no Brasil e no México que centram-se em coibir e enfrentar a violência contra a mulher. No tocante ao México, por exemplo, a questão da impunidade também apresenta-se como um aspecto basilar a ser enfrentado, pois lá a violência contra a mulher não é considerada um delito grave, o que reverbera negativamente, uma vez que, dos homens autores de violência que aceitam participar de algum grupo terapêutico, apenas 27% chega ao final do tratamento, outra constatação ainda mais complexa é que 59% destes homens reincidem nos atos de violência mesmo após esse acompanhamento terapêutico.

Para a promotora de justiça brasileira Gabriela Manssur, na pesquisa intitulada “O crepúsculo do macho” (2018), após expressivo tempo trabalhando com homens autores de

violência na perspectiva de reeducação³⁰, via grupo intitulado “Tempo de despertar”, estima-se que apenas 2% dos homens do grupo reincidiram na prática da violência de gênero, sendo este um dado que já chegou a 65%. Outra constatação apontada que julgo pertinente trazê-la, embora não tenha reverberado nos discursos dos depoentes deste estudo, é que 67% dos homens autores de violência vivenciaram ou presenciaram ao longo da infância situações de violência. Manssur ainda aponta que a violência é um agente potencializador de mais atos deste caráter, e reitera que sua ocorrência não faça parte da “identidade” masculina.

Os termos “reeducação”, “recuperação” ou “reabilitação” aparecem com frequência na literatura e documentos que tratam de homens autores de violência e no próprio texto da Lei Maria da Penha, porém há problemáticas que envolvem esses termos. Para Andrade e Barbosa citado por Andrade (2014), aparecem alguns equívocos na compreensão e trabalho com estes homens, dentre eles, a ideia de recuperá-los, pressupondo que havia algo internalizado que perdeu-se, quando, na verdade, o que ocorre é a necessidade de outras formas de socialização pautadas no respeito às diferenças, que possam superar as hierarquias em curso no que se refere ao gênero, raça e classe social, sendo esta uma questão ainda em processos de formação.

A questão da educação como agente transformador das assimetrias em curso nas relações e, pensada ainda enquanto mola propulsora para se vislumbrar outras formas de socialização, apresenta-se em dois momentos na narrativa de Plutão, sobretudo quando questionado sobre a Lei Maria da Penha, ao que ele diz:

Educação principalmente em casa, educação nas escolas, não é querer formar homens e mulheres, mas educação para que a gente tenha respeito ao outro, independente, volto a dizer, independente do sexo, da cor num é, porque isso contribui para que haja um bom relacionamento no meio, na sociedade (...) Hoje a gente já tem dado passos significativos, a gente já tá buscando, já tá educando nossos filhos já com outra visão diferente da que a gente recebeu dos nossos pais, que receberam dos pais deles né, então são coisas que tende a mudar eu acho que com informação, com a educação, com o respeito e com a valorização do ser humano (Plutão, economista, 54 anos).

A narrativa de Plutão enuncia a compreensão de mudanças pelas quais vem passando a sociedade, seja num sentido estrutural ou nas formas como as dinâmicas relações vêm sendo costuradas, embora ainda existam longos caminhos a serem percorridos, dada a histórica desigualdade nas relações de poder. E só de escutá-lo vemos a complexidade, já que não se

³⁰ Embora a pesquisa não aponte o recorte temporal de atuação de Manssur com esta questão, pela data de publicação e tempo de trabalho dela apontado, acredito que suas atividades com os homens datem do final da década de 1990 até aqui.

pode esquecer que estamos justamente ouvindo um homem que cometeu violência contra a mulher.

Para Andrade (2014), retomando a questão das terminologias com prefixo “re” e, em consonância com a perspectiva apontada por Plutão, após pesquisa de campo realizada em São Paulo pelo autor, em grupo que atende homens autores de violência, evidencia-se como estas terminologias carregam consigo o significado de que ocorreu, na socialização dos homens, alguma habilitação para desenvolverem a igualdade junto às mulheres, quando, na verdade, a desigualdade de gênero está presente nas fases primária e secundária da socialização dos homens. Exigindo, portanto, que seja conhecida e desconstruída, sendo que sua viabilidade perpassa pela educação, e não por reabilitação ou recuperação.

Para Paula Prates e Leandro Andrade (2010), no tocante a configuração brasileira, há instituições, sobretudo não governamentais, que têm trabalhado com homens autores de violência, das que pode-se destacar o Instituto PAPAI, em Recife, Pernambuco; no Rio de Janeiro, o Instituto Promundo e Instituto Noos; em São Paulo, o Ecos – Comunicação em Sexualidade, e instituições hoje inexistentes como os CES – Centros de Educação para a Saúde e Pró-Mulher Família e Cidadania. Trata-se de instituições que obtiveram saldos positivos no escopo das suas ações ao tratarem dos temas gênero e masculinidades junto a homens, de todas as idades, com ações e estratégias voltadas para a saúde.

Conforme o “Relatório Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens autores de Violência contra Mulheres no Contexto Brasileiro”, organizado por Adriano Beiras, e publicado em 2014, os desafios de trabalhar com esses homens são expressivos. Após localizar 25 programas de diferentes estados brasileiros, em que apenas a região Nordeste não está representada³¹, e conseguir aplicação de pesquisa em 19 destas instituições, sente-se a necessidade de refletir sobre vários aspectos como: onde estão localizadas estas instituições, quais são as metodologias utilizadas no desenvolvimento das suas atividades, ou seja, como estes serviços vêm sendo ofertados a nível brasileiro, sob quais dificuldades e facilidades de acesso e efetivação. Desse modo:

Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei número 11. 340/2006), o interesse de serviços públicos em realizar esse tipo de intervenção tem crescido gradualmente. Essa nova lei, do ano de 2006, recomenda em seu texto a criação de serviços de atenção aos homens autores de violência. Ainda assim, são muitas as dificuldades de criação de serviços com estes,

³¹ Conforme descrito na pesquisa alguns estados ficaram descobertos, dada à ausência de programas ativos no período em que se deu a realização e obtenção dos dados do estudo, ou nos casos em que estes programas estão inativos seja com caráter temporário ou permanente.

dados diversos aspectos, tais como: políticas públicas ainda ineficientes, mudanças de gestão por questões políticas e fim de mandatos que interrompem serviços iniciados, desconhecimento sobre serviços similares para troca de experiências, necessidade de capacitação continuada dificultada pela falta de recursos e dificuldade de gestão, e dificuldades ainda presentes de desenvolvimento e captação de recursos. Além do entendimento de que os recursos para estes serviços poderiam “competir” com aqueles destinados ao trabalho com as mulheres vítimas, no lugar de entender que ambos caminham juntos e se interconectam (BEIRAS, 2014, p. 5).

Como se pode ver, o trabalho com homens autores de violência representa grande desafio, não apenas no campo teórico, como na perspectiva prática. Trata-se em sua grande maioria de estratégias e iniciativas não governamentais que, embora sejam pertinentes, acabam não transformando-se em políticas públicas, dificultando sua continuidade e monitoramento.

Embora a região Nordeste não tenha aparecido no mapeamento supracitado, ocorrem aqui pertinentes intervenções junto aos homens. Para Moraes; Medrado et. al (2016), desde 1997, nos marcos da criação do Instituto Papai, a instituição vem desenvolvendo variadas ações e estratégias com o intuito de agregar homens jovens em ações participativas, criativas e dinâmicas. Apesar dos esforços dispensados, há um grande obstáculo encontrado no desenvolvimento das atividades que é a incompreensão e não apropriação dos homens pelos espaços de discussão, tomando-os como espaço marcadamente de mulheres. Temáticas como direitos sexuais e reprodutivos, violência de gênero, cuidado e autocuidado são questões tradicionalmente postas como próprias das vivências femininas, o que dificulta o acesso e o trabalho junto a esses homens. Apesar disso, o instituto conseguiu realizar uma intervenção junto a homens jovens, através de um grupo chamado de “Grupo Atuação”, utilizando o teatro como fio condutor das atividades, objetivando a reflexão e ressignificação de algumas compreensões deles acerca da violência de gênero.

Ainda conforme os autores, há uma importante experiência que vem sendo desenvolvida nacionalmente por diversas instituições, sendo coordenada pelo Instituto Papai, em articulação com vários movimentos organizados de mulheres e outros movimentos que preocupam-se com a equidade e os direitos humanos, chamada Campanha do Laço Branco – Homens pelo fim da violência contra a mulher. O objetivo da campanha é justamente sensibilizar, envolver e mobilizar os homens em uma gama de ações pelo fim da violência contra a mulher, nas áreas de saúde, educação, justiça, trabalho e ação social de forma que

promova a reflexão dos homens, implicando em mudanças de comportamento e busca por outras estratégias de resolução de conflitos que não seja pelo canal da violência.

Convém ainda ressaltar que o Canadá foi o país pioneiro da campanha, em 1991, através de um grupo de homens de Ontário e Quebec que organizaram um movimento reflexivo e prático pela não violência contra a mulher, elegendo ainda o laço branco enquanto símbolo e fazendo a adoção do lema “Jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência”.

Conforme Andrade (2014), é irrefutável que, ao longo das últimas décadas, a produção teórica feminista e de gênero vem permitindo se pensar melhor as subjetividades das mulheres de forma geral e, em particular, das mulheres vitimadas pela violência. No entanto, no que se refere aos homens autores de violência, ou que exerceram agressão contra as mulheres, é quase inexistente o desenvolvimento de políticas públicas. No tocante a produção teórica acerca das masculinidades, seus avanços ainda estão muito distantes de serem aglutinados de forma efetiva nas dimensões técnicas no escopo dos atendimentos. No sistema de justiça, por exemplo, o homem autor de agressão ainda é concebido pelo viés da rotulação ou classificação: da periculosidade, da dimensão do grau ofensivo, da tipificação no que tange às violências cometidas ou ainda dos diagnósticos e prognósticos.

Ao longo deste capítulo, acredito ter ficado em evidência como os esquemas binários, históricos e aparentemente natural e cristalizados de gênero vêm vivenciando processos de desestabilizações nas últimas décadas. Apesar disso, na mesma direção, os jogos e ações de poder dos homens também aparecem tanto nos casos apontados, como nos discursos dos depoentes, fazendo-nos refletir como os homens têm lidado negativamente com as conquistas femininas, utilizando-se da violência para realizar a manutenção do seu domínio e sentimento de posse sobre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O cara que pega você pelo braço
Esbarra em quem for que interrompa seus
passos
Está do seu lado pro que der e vier
O herói esperado por toda mulher
(Trechos da música “Esse cara sou eu”, de
autoria de Roberto Carlos, lançada em
2012).*

A vida é feita de riscos! A todo instante corremos riscos das mais variadas ordens e por diversas razões. Ao estudar um tema denso como a violência, tendo motivações particulares e familiares tão pertinentes, me vi diante de incorrer em riscos não apenas de ordem acadêmica, teórico/metodológica, ao talvez ficar na mera descrição do problema, sem conseguir “sair da superfície”. Como também de cunho pessoal, pois a todo instante defrontei-me comigo mesmo, enquanto masculino não branco, não rico e não heterossexual. Mais que isso, revivi, rememorei cenas de violência na minha família ao ler notícias, analisar os dados estatísticos e, sobretudo, ouvir os depoentes do estudo. Outro risco que corri foi o de deixar-me romantizar pelos discursos dos homens acerca das suas masculinidades e violência. Fazer uma leitura crítica, analisar as contradições dos discursos e as relações de saber e poder que eles comportam, foram não apenas riscos, como desafios ao longo dessa construção. Transformei estes riscos em questões e me propus a analisá-las. Mais que atender ao rigor teórico, busquei compreendê-las pessoalmente e assim “responder” as “velhas inquietações” que trago ao longo da vida, conforme anunciei na introdução. Portanto, é nesse emaranhado de motivações e complexidades que esta pesquisa está alocada.

Em tempos sombrios como os que estamos vivendo hoje, este é um trabalho que confronta-se com as estruturas dominantes, e com os discursos e jogos de poder que preservam os binarismos e dicotomias de gênero. O paradigma hegemônico de masculinidade branca, rica e heterossexual encontra-se em ascensão, a centralidade histórica do masculino realimenta suas raízes. Foi preciso “ousadia” para pensar o gênero e as masculinidades como fluidas em tempos de narrativas do tipo “Menino veste azul, e menina veste rosa”. E, em oposição, ouvindo, no momento mesmo em que encerro esta escrita, que em menos de uma semana quatro feminicídios ocorreram no estado da Paraíba, todos provocados por homens enciumados e que não aceitavam o fim de seus relacionamentos. Em dois destes casos, os homens, após matarem suas ex-cônjuges, suicidaram-se.

Embora autores de violência, os participantes do estudo se colocam, a partir do mais aparente em suas falas, em um campo de recusa deste modelo hegemônico de masculinidade, desvencilhando-se da ideia do homem como macho, violento, e dominante; e procuram demonstrar adesão a outras formas de ser e viver as suas masculinidades. Não quero com isso romantizar seus discursos, nem tampouco negar a violência que usaram no escopo das suas relações domésticas, pelo contrário, em suas narrativas, percebi que os homens depoentes apropriam-se dos discursos e pautas políticas feministas e da igualdade de gênero, afinal, encontravam-se num ambiente da justiça, o que exigia verdadeira vigilância sobre os seus corpos, falas e comportamentos.

No entanto, não se pode negar que este modelo tóxico e hegemônico da masculinidade já mostre alguns sinais de crise, pelas mudanças estruturais pelas quais vem passando a sociedade. Assim, as formas como alguns homens estão lidando com as suas masculinidades e temas tão próximos das vivências femininas, como o cuidado de si, dos filhos, trabalho doméstico e a própria questão da violência vem passando por (re) leituras. Com todos os contraditórios, isso pode ser ouvido em alguns momentos das narrativas dos depoentes, a exemplo de Plutão que, em diversos momentos, aponta a importância de educar meninos e meninas para a igualdade e respeito entre os gêneros. A perspectiva de Plutão colide frontalmente com as ideias reacionárias e conservadoras que integram a pauta do dia, através de ações políticas conservadoras que apregoam contra o que chamam “ideologia” de gênero, que toma especialmente a sexualidade pelo viés normatizador dos corpos e usa equivocadamente as dinâmicas dos estudos de gênero como afrontadores da moral e dos propalados “bons costumes” de uma sociedade onde a matriz heteronormativa válida ou não a existência dos indivíduos.

Ainda concernente às masculinidades, fica evidente a carência de trabalhos voltados aos homens autores de violência. Mais complexo que isso, há poucos serviços, estratégias e atividades voltadas à escuta e trabalho junto a estes homens, embora esteja previsto na LMP. Penso que o enfrentamento efetivo da violência contra a mulher perpassa pelo trabalho junto aos homens, afinal, são eles, em sua grande maioria, os principais agentes da violência, orientados por uma cultura patriarcal que incita e naturaliza a agressividade masculina. Se, por um lado, ainda temos a prevalência do masculino em curso, por outro prisma, os feminismos seguem mostrando sua r(e)xistência, propondo um projeto de sociedade pautado na igualdade entre os gêneros, do qual faço adesão e considero-me um homem feminista.

Nesse sentido, os ganhos das mulheres são inquestionáveis, embora ainda requerendo melhor efetividade das conquistas já obtidas. Todo esse contexto tem provocado

qualitativamente profundo descompasso entre uma cultura predominantemente masculinista, de base patriarcal, que legitima a posse e o poder dos homens sobre as mulheres, e as conquistas femininas como um todo. Se, por um lado isso tem reordenado as relações de gênero hierárquicas, em outro sentido, tem gerado desconforto nos homens, o que acredito ser uma das motivações para o aumento das denúncias, autuações de homens e casos de feminicídios.

No que se refere a estratégias de atendimento a esses homens, percebeu-se que há grandes lacunas e desafios a serem superados seja no campo teórico, e, sobretudo na perspectiva interventiva. A ausência de uma incorporação, via políticas públicas, através do Estado, de espaços de escuta e acolhimento destes homens dificulta e até impede um mapeamento quantitativamente preciso de quantos e onde estão localizados os atuais serviços, que são hoje majoritariamente não governamentais. Assim, todos esses desafios e questões complexas acabam contribuindo para o sentimento de impunidade dos homens frente às leis de proteção as mulheres e o silenciamento e temor das vítimas em fazerem denúncias aos órgãos competentes, ficando as mulheres por muito tempo na teia da violência, do medo e do domínio masculino.

Algo pertinente de ser apontado é que os homens foram costurando seus significados articulando várias instituições, tendo a desigualdade de gênero como pano de fundo. Fosse a família, através da divisão do trabalho, a escola, ao pensá-la enquanto espaço de educação, não apenas entre homens e mulheres, mas entre os gêneros de forma geral, ou seja, agregando a diversidade sexual e de gênero e, ainda reverbera a questão do corpo, em que eu percebi primordialmente o rosto enquanto território máximo de poder, lugar inviolável para e entre os homens. Na leitura dos depoentes o rosto masculino possui centralidade, embora ao fazer uma análise dos processos, três deles agrediram justamente os rostos femininos ao fazerem uso da violência, isso reflete um hiato entre a produção discursiva dos homens e as suas práticas sociais e doméstico familiares. A (in)fidelidade foi também um elemento decisivo nos discursos dos interlocutores. Ser infiel é algo que “faz parte das identidades masculinas”, numa cultura que institui, legitima e incentiva os homens a agirem como tal. Do contrário, uma mulher infiel cai no campo do desprestígio social, sofre agressão como uma forma de correção frente à sua transgressão das prescrições de gênero. Na perspectiva deles, é dever da mulher vigiar o seu corpo e os seus comportamentos, pois eles guardam os valores masculinos, como a honra.

Esta pesquisa permitiu-me (re)começar a ver o mundo por outras lentes, ousaria dizer que, desde o seu início, sobretudo quando fui a campo, venho tentando “ajeitar o

caleidoscópio”, embora as questões de gênero já me inquietassem antes desse momento. Este é, sem dúvida, o grande legado deste estudo, permitir ver as dinâmicas de poder entre os gêneros, e, entre os próprios homens a partir das diversas formas de ser e viver as masculinidades, para além dos binarismos pautados na biologia/natureza/essencialismo. Permite, portanto, pensar possibilidades de resistência e agência frente às faces cruéis de uma sociedade que tem nas suas bases o patriarcado, machismo, racismo, a heterossexualidade e a misoginia como norma.

Espero que esta leitura fertilize, amplie horizontes para se pensar outras formas de ser e viver os gêneros e as masculinidades especificamente, para além das caixinhas normativas que nos aprisiona e sufoca os nossos corpos, comportamentos, sonhos e liberdades.

Acredito que um mundo sem violência é possível, e é orientado por esta crença que lancei-me neste desafio, correndo todos os riscos já apontados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças.** Disponível em: <https://slidex.tips/download/maquina-de-fazer-machos-genero-e-praticas-culturais-desafio-para-o-encontro-das>. Último acesso em 24 de abril, 2019.

ANDRADE, Leandro Feitosa. **Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as suas masculinidades.** In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. BLAY, Eva Arteman (Org). – 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

AMORIM, Douglas Daniel de. **Violência doméstica contra a mulher: estudo sobre os agressores a partir de uma delegacia especializada de atendimento a mulher.** Minas Gerais. [manuscrito], 2007.

ARAÚJO, E. C. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor.** 1. Ed. – Curitiba; Appris, 2016.

BARBOSA, JOSUSMAR. **Violência contra a mulher: 3,2 mil homens respondem a processos em Campina Grande.** Disponível em http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/violencia-contra-mulher-32-mil-homens-respondem-processos-em-campina-grande.html Acesso em 9 de maio de 2018.

BATISTA, A. B e LOPES, M. de F. **Gênero e masculinidade: construção de um ethos militar.** In: 28º Encontro Anual ANPOCS, 2004, Caxambu/MG. Anais... Disponível em: . Acesso em:05. Fev. 2019.

BEIRAS, Adriano. Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Disponível em: http://www.noos.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Mapeamento%20SHAV_site.pdf. Último acesso em: 23 de abril de 2019.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas.** 2. ed. – Natal,. RN: EDUFRN, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kuhner. – 12º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BORIS, Georges Daniel Bloc. **Falas de homens: a construção da subjetividade masculina.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento á Violência Contra a Mulher. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Último acesso em 10 de fevereiro de 2019.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Último acesso em: 24 de abril, 2019.

_____. Presidência da República. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Último acesso em: 24 de abril, 2019.

_____. Secretária de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf>. Acesso em 01, janeiro, 2018.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de pesquisa, n. 110, pp. 67-104, julho, 2000. Último acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Raimundo e OLIVEIRA, Victor Hugo de. **Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher**. Relatório Executivo I – Primeira onda – 2016. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-Nordeste_Sumario-Executivo.pdf. Publicado em: 06, dezembro, 2016. Acessado: 31, janeiro, 2018.

CERQUEIRA, Daniel e LIMA, Renato Sergio de. *et. al.* **ATLAS DA VIOÊNCIA 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Publicado em: 06, junho, 2017. Acessado: 31, janeiro, 2018.

CONNELL, Rawyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nversos, 2016.

CONNELL, Robert W e MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC, v. 21(1), p. 241-282, janeiro-abril/2013.

DAY, Vivian Peres, et. al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista Psiquiatr, Rio Grande do Sul, v. 25, p. 9-21, abril/2003.

DOURADO, Suzana de Magalhaes e NORONHA, Ceci Vilar. **Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2015, vol. 20, n.9, pp.2911-2920. Último acesso em 8 de abril 2019.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisa qualitativa**. Educar em revista (online), 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Entrevistas.RDuarte.pdf>. Acesso em 1 de maio de 2018.

DESOUZA, Eros e BALDWIN, John R; ROSA, Francisco Heitor da. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicol. Reflex. Crit. Porto Alegre, v.13, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a16.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª ed. – São Paulo, ed. Paz e Terra, 2014.

_____ **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

FUKUDA, Rachel Franzan. **Assédio sexual** uma releitura a partir das relações de gênero. Revista Simbiótica, Espírito Santo, v. ún, n.01, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Joao Paulo Bernardes. **As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: As experiências no estado de Minas Gerais**. Mestrado (Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. P. 199, 2015.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos. (2015). **“Ela não precisava chamar a polícia...”**: anestésias relacionais e duplo vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

GRANJA, Edna e MEDRADO, Benedito. **Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde**. Revista Psicologia & Sociedade; 21 (1): 25 – 34, 2009.

HAACK, Karla Rafaela e FALCKE, Denise. **[Infidelid@de.com](#)**: infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela internet. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 305-327, ago. 2013. Último acesso em 9 de abril 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. **“Estudos de gênero no Brasil”**, in: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1975)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183 – 221.

HOKAMA, Erica. **Estrutura e dinâmica do funcionamento psíquico de homens envolvidos em violência doméstica**. Mestrado (Psicologia da saúde). Universidade metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, p. 97, 2015.

HOMEM QUE MATOU ESPOSA TINHA FEITO AMEAÇAS PELO FACEBOOK. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/homem-que-matou-esposa-tinha-feito-ameacas-pelo-facebook/>. Último aceso em 10 de abril, 2019.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção**: corpo, gênero e publicidade. Covilhã, Portugal: LabCom, 2016.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Trabalho traduzido por Andréa Fachel Leal. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LANGLEY, Roger e LEVY, Richard C. **Mulheres espancadas fenômeno invisível**. 2ª Ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Tradução Vera Whately. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, David. **El rostro y lo sagrado: algunos puntos de análisis.** *Universitas Humanistica* 2009; 68:139-153. Último acesso em 8 de abril 2019.

LIMA, Daniel Costa e BUCHELE, Fátima. **Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.** *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21 [2], p. 721-743, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México.** *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade*, Organizadoras Carmem Rial, Joana Maria Pedro e Silvia Maria Fávero Arend. – Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1997.

_____. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/ubVR7>. Acessado em 5 fev. 2017

LOPES, Paulo Victor Leite. **“Homens autores de violência doméstica”:** relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 321, 2016.

LOPES, Wanessa Kelly Pinheiro. **Aspectos sociais e simbólicos da prática de violência intrafamiliar contra a mulher no município de Iguatu-ce.** *Revista Direito & Dialogicidade - Crato, CE*, vol.6 n.1, p. 16-27, janeiro/junho. 2015.

LUTADOR, FILHO DE MULHER AGREDIDA POR 4 HORAS POSTA HOMENAGEM: “Te amo mãe”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/18/lutador-filho-de-mulher-agredida-por-4-horas-posta-homenagem-te-amo-mae.ghtml>. Último acesso em: 10 de abril, 2019.

MARIDO LEVA CORPO PARA APARTAMENTO APÓS QUEDA DO 4º ANDAR EM GUARAPUAVA, DIZ DELEGADO. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/23/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-carregou-o-corpo-para-apartamento-apos-queda-do-4-andar-de-predio-diz-delegado.ghtml>. Publicado em: 23, julho, 2018. Acesso em: 23, fevereiro, 2019.

MARQUES, Cristiane Gomes. **Homens “autores de violência conjugal”:** modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado) UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós – Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

MEDRADO, Benedito e LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidade.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16 (3): 424, setembro - dezembro/ 2008.

MONTEIRO, Anita cunha. **Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/ DF.** Mestrado (Sociologia) universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MORAES, Maristela e MEDRADO, Benedito; CASTRO, RICARDO; NASCIMENTO, Fábio. **O teatro como ferramenta de discussão e ressignificação da violência de gênero entre homens jovens.** In: CERVINSKIS, Andre; SILVA, José Carlos (Org.). Homens e suas masculinidades. Recife: Tarcísio Pereira Editor, 2016, p.122.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. **Desaprendendo o silêncio:** uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2001.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson:** banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. – Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NÚMERO DE FEMINICÍDIOS EM NOVE MESES DE 2018, NA PB, É MAIOR QUE O REGISTRADO EM TODO ANO DE 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/08/numero-de-femicidios-em-nove-meses-2018-na-pb-e-maior-que-o-registrado-em-todo-ano-de-2017.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1pb&fbclid=IwAR1NxaHVQTTu78Vu_tVUE8P3XP99m9t7S1DchhsqnUmZUvvoiGh1bviWI7M. último acesso em 10 de abril, 2019.

O CREPÚSCULO DO MACHO: menos violência e mais sentimentos podem desenhar uma nova ideia do que é ser homem. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/masculinidades#tempo-de-violencia>. Último acesso em:8 de abril, 2019.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher:** lacunas, desafios e perspectivas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 120 f, 2012.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar e GOMES, Romeu. **Homens e violência conjugal:** uma análise de estudos brasileiros. Revista Ciências & Saúde Coletiva, vol. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero:** o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

_____. **Violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino.** Revista O público e o privado – Fortaleza, CE, n. 18, p. 129-145, julho/Dezembro. 2011.

PERCEPCOES DOS HOMENS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. Instituto Avon/Data Popular. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf. Publicado em: 29, novembro, 2013. Acessado: 11, setembro, 2016.

PISCITELI, Adriana. **Gênero:** a história de um conceito. In ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. Diferenças, igualdades. São Paulo: Berlendis & Vertercchia, 2009, p. 116-148.

PRATES, Paula Licursi e ANDRADE, Leandro Feitosa. **Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher:** o contexto sócio-histórico. In: Seminário Internacional Fazendo gênero 10 (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373299497_ARQUIV_O_PrateseAndradeFazendoGenero10.pdf. Último acesso em 23 de abril 2019.

PRECISAMOS FALAR COM OS HOMENS? Uma jornada pela igualdade de gênero. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/relat_rio_onu_eles_por_elas_pesqui. Último acesso em 22 de abril, 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. **Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 300 f, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade: Porto Alegre, v. 16. N. 2, jul/dez, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Ed. 23ª. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Salete Maria da. **Embalando meninas em tempos de violência.** Disponível em <http://cordelirando.blogspot.com.br/2008/07/embalando-meninas-em-tempos-de-violncia.html> . Acesso em maio, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. T. T. Silva (Org). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Bárbara Musumeci e ACOSTA, Fernando. **Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres.** Rio de Janeiro, Ier, 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. **Entre a vida e a morte, o sexo.** In: Labrys. Revista de estudos feministas. Brasília, UNB, n. 10. Jun. 2006. Disponível em: http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf. Acesso em: 08 abri. 2019.

TOKUDA, André Masao Peres e PERES, Wiliam Siqueira. **Teoria Queer e as identidades cristalizadas masculinas de sujeitos presos.** In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014, Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Anais (on-line). Disponível em http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT11_Andr%C3%A9%20Masao.pdf . Acesso em 1 maio 2018.

URRA, Flávio. **Masculinidades:** a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. BLAY, Eva Arteman (Org). – 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VELOSO, Marcelo Augusto. **Cenas passadas, mas não tão passadas.** In: CERVINSKIS, Andre; SILVA, José Carlos (Org.). Homens e suas masculinidades. Recife: Tarcísio Pereira Editor, 2016, p.122.

VENTURI, Gustavo. **Masculinidades e violência de gênero:** machismo e monogamia em cena. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. BLAY, Eva Arteman (Org). – 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: feminicídios e estupros são recorrentes na Paraíba; veja onde buscar ajuda. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/violencia-contra-a-mulher-femicidios-e-estupros-sao-recorrentes-na-pb-veja-onde-buscar-ajuda.html. Último acesso em 23 de abril, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO: UM ESTUDO COM OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES”**.

Declaro ser esclarecida e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO: UM ESTUDO COM OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES”** terá como objetivo geral analisar a compreensão da violência doméstica e familiar contra a mulher na perspectiva dos homens autores dessa violência, que se encontram acompanhados em grupos reflexivos no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do município de Campina Grande – Paraíba, no recorte temporal de março a julho de 2018.

Ao voluntário só caberá à autorização para participar de uma entrevista semiestruturada e não haverá nenhum risco ou desconforto para si.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Ao voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (83) 9 -9835 4252.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao seu conteúdo, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas

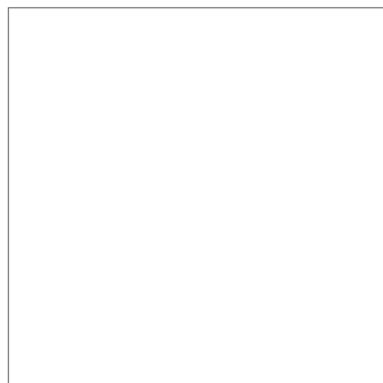
ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO: UM ESTUDO COM OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES”** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, o pesquisador Gutierrez Alves Lôbo a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (nome completo do pesquisador responsável), e após esse período, serão destruídos e;
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande, Paraíba, outubro de 2018.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ
COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.**

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA
ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS PESSOAIS

NOME: _____

IDADE: _____

RAÇA/ETNIA: _____

ESCOLARIDADE: _____

CIDADE DE ORIGEM: _____

PROFISSÃO: _____

CLASSE: _____

RENDA: _____

ESTADO CIVIL: _____

LIGAÇÃO HOJE COM A VÍTIMA: _____

SE É A PRIMEIRA VEZ QUE ELE RESPONDE PELA LEI MARIA DA PENHA: _____

QUESTÕES RELATIVAS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICAS E FAMILIAR CONTRA A MULHER:

01. Na sua opinião, o que é, como deve ser e agir um homem/um cabra macho?
02. Quando fala em violência contra a mulher, quais os seus entendimentos sobre isso?
03. O que você acha que faz um homem agir com violência contra uma mulher?
04. O que você acredita ser a situação ideal para que não ocorra conflitos entre homem e mulher?
05. Sua relação com sua mulher sempre foi conflituosa? A que você atribui esses conflitos?
06. O que você mudaria hoje na sua família e no seu relacionamento?
07. Na sua opinião, por que ocorre no Brasil tantos casos de violência contra as mulheres?
08. Como você compreende que deve agir um homem junto a sua família?
09. Como você compreende que deve agir uma mulher junto a sua família?
10. Qual o seu conhecimento/percepção sobre a Lei Maria da penha?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO: UM ESTUDO COM OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Pesquisador: GUTIERREZ ALVES LOBO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85375518.0.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.551.538

Apresentação do Projeto:

O Projeto é intitulado: "Quem come do meu pirão, apanha do meu cinturão: um estudo com os homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres", encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba para apreciação ética, com a finalidade de elaboração da Dissertação de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Nível Mestrado em Serviço Social, do Acadêmico Mestrando Gutierrez Alves Lôbo, pela Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Alômia Abrantes da Silva. Este projeto de pesquisa tem como proposta analisar a compreensão da violência doméstica e familiar contra a mulher na perspectiva dos homens autores dessa violência. No intento de alcançar esta análise busca-se identificar os dispositivos históricos culturais que constituem a visão de homens autores de violência contra as mulheres acerca desta problemática; problematizar a visão oferecida por estes homens em face às questões de gênero, enfatizando os aspectos relativos à construção de suas masculinidades; discutir se e como estes homens são alcançados pelas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Pela natureza dos seus objetivos, a pesquisa é de natureza qualitativa, baseando-se em estudo bibliográfico e pesquisa de campo, tendo como lócus os grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, que funciona no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Município de Campina Grande-PB. Os instrumentos usados para a coleta de dados serão a

Endereço: Av. das Barúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753

UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.551.538

observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas. Após aplicação das entrevistas, os dados serão analisados através da análise de conteúdo, entendendo que essa técnica se debruça sobre a fala, permitindo a captação das mensagens e enunciados explícitos e implícitos na fala dos interlocutores. Trata-se de uma pesquisa que permitirá a reflexão acerca de temas como homens, masculinidades e violência, bem como pensar outras possibilidades de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como homens autores de violência contra a mulher compreendem essa violência, a partir de homens que se encontram acompanhados em grupos reflexivos no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do município de Campina Grande – Paraíba, no recorte temporal de março a julho de 2018.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme a RESOLUÇÃO 466/12/CNS/MS, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos com graus variados. Este estudo poderá apresentar riscos mínimos de natureza psicológica, porém será facultada ao voluntário a participação na pesquisa. A pesquisa contribuirá para tornar visível no meio acadêmico o acesso as informações referentes a problemática da violência doméstica contra a mulher. Assim como na possibilidade interventiva de se pensar outras estratégias de enfrentamento à violência que não se concentrem apenas na mulher vitimada. "A pesquisa com esses homens, no caso do estudo, escutá-los, não se propõe a retrair da prática violenta por eles cometida o caráter da punição e criminalização, inclusive, pois a violência é considerada crime com legislação para o seu trato. Mas, a partir do estudo com esses sujeitos nos grupos reflexivos, compreender a percepção dos masculinos sobre essa violência, entendendo a violência em questão como relacional, demandando esforços de conhecimentos e intervenção tanto para as mulheres como para os homens". (Projeto de Pesquisa - Plataforma Brasil).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente proposta de pesquisa é de suma importância quanto ao papel e atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), mormente pesquisa com fins de Trabalho de Conclusão de

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
 Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
 UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
 Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cop@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.551.538

Curso de pós-graduação em nível de Mestrado em Serviço Social. Portanto, estando dentro do perfil das pesquisas de construção do ensino-aprendizagem significativa, perfilando a formação profissional baseada na tríade conhecimento-habilidade-competência, preconizada pelo MEC. Portanto, tem retorno social, caráter de pesquisa científica e, contribuição na formação de pós-graduação em Serviço Social, e áreas afins.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou, dentro da conformidade e quanto requisitos da Resolução de n. 466/2012 do CNS, os seguintes documentos: Folha de Rosto da Plataforma Brasil; Declaração de Concordância com o Projeto de Pesquisa; Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável em cumprir os Termos da resolução 466/12/CNS/MS; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Autorização para Gravação de Voz; Termo de Autorização Institucional (emitido pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca de Campina Grande-PB); Instrumento da Coleta de Dados.

Recomendações:

Recomendamos no Instrumento de Coleta de Dados retirar a identificação por nome do participante da pesquisa e substituir por código, numeração ou pseudônimo...

Enviar a Plataforma Brasil o Relatório de Conclusão de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pelo exposto, estando em conformidade com o Protocolo do CEP UEPB, bem como em dissonância com os critérios da Resolução 466/2012 do CNS, sou pela APROVAÇÃO do Projeto de Pesquisa com fins de produção de Dissertação de Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto atende as exigências protocolares. Diante do exposto, somos pela aprovação. Salvo melhor juízo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1089772.pdf	13/03/2018 13:16:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PLATAFORMA.docx	13/03/2018 13:15:13	GUTIERREZ ALVES LOBO	Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
 Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
 UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
 Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.551.538

Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL.pdf	13/03/2018 13:14:40	GUTIERREZ ALVES LOBO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_E_ESCLARECIDO.docx	13/03/2018 13:13:38	GUTIERREZ ALVES LOBO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_IGITALIZADA.pdf	13/03/2018 12:44:06	GUTIERREZ ALVES LOBO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 20 de Março de 2018

Assinado por:
Marconi do Ó Catão
(Coordenador)

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@uepb.edu.br